

**ANA MARIA DOS SANTOS BETTENCOURT**

(Assistente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

**A PAISAGEM E O HOMEM NA BACIA DO CÁVADO  
DURANTE O II E O I MILÉNIO AC**

**VOLUME 1: TEXTO**

Dissertação de Doutoramento apresentada ao Departamento de História do  
Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

BRAGA 1999

A todos os que estiveram comigo, por vezes na memória.

À minha família.

*"Ao princípio dizia que tinha tentado assim: deu a um desenho determinado de uma palavra, numa arbitrariedade total, um primeiro sentido. Depois, na segunda palavra a seguir, deu outro sentido, mas determinado pelo sentido suposto à primeira palavra, e fez assim até a frase inteira dizer alguma coisa com sentido. Depois compreendeu que a leitura era uma espécie de desenvolvimento contínuo no seu próprio corpo de uma história inventada por ele".*

(Marguerite DURAS, *Chuva de Verão*, 1991: 17)

## ÍNDICE

### AGRADECIMENTOS

### INTRODUÇÃO

## I. CONHECIMENTOS E PROBLEMÁTICAS

1. O estado da investigação relativa à Idade do Bronze e aos inícios da Idade do Ferro do Noroeste	23
1.1. As diferentes fases epistemológicas	23
1.1.1. A primeira	23
1.1.2. A segunda	23
1.2.3. A terceira	33
1.2. O quadro das questões	53
1.2.1. Questões de periodização e taxonomia	53
1.2.2. Questões sobre o povoamento, economia e organização social	58
1.2.2.1. Bronze Inicial	58
1.2.2.2. Bronze Médio	60
1.2.2.3. Bronze Final	62
1.2.2.4. Inícios da Idade do Ferro	66
1.2.3. Questões de âmbito ritual e simbólico: as gravuras rupestres, as expressões funerárias da Idade do Bronze e o papel do fenómeno megalítico	67
1.2.3.1. Gravuras rupestres	67
1.2.3.2. O fenómeno funerário	69
1.2.3.3. O fenómeno megalítico: monumentos sepulcrais e menires	73
1.2.4. Questões conceptuais e terminológicas: Idade do Bronze, "Horizonte de Montelavar", "Grupo Intermédio", "Bronze Atlântico", "Idade do Bronze: a 1ª Idade de Ouro na Europa" e Idade do Ferro	75
1.2.4.1. Idade do Bronze	75
1.2.4.2. Horizonte de Montelavar	76
1.2.4.3. O Grupo Intermédio	77
1.2.4.4. O conceito de Bronze Atlântico	79
1.2.4.5. A Idade do Bronze: a 1ª Idade de Ouro na Europa	89
1.2.4.6. A Idade do Ferro	90
2. O vale do Cávado	92
2.1. História da investigação	92

## II. OBJECTIVOS, METODOLOGIAS E LIMITAÇÕES

1. Objectivos	101
2. Posição teórica adoptada no âmbito deste trabalho	103
3. Os vários níveis de construção deste trabalho	109
4. Estratégias de pesquisa: a metodologia	111
4.1. Trabalho de campo	112
4.2. Trabalho de gabinete	113
4.2.1. A cerâmica: critérios de estudo e tabela de formas geral	118
4.3. Trabalho de laboratório	138
4.3.1. Radiocarbono e calibração: consequências na cronologia tradicional	138
4.3.2. O estudo paleo-ambiental	142
4.3.3. Metalurgia	147
4.4. Conceitos operatórios	150
5. Dificuldades	155

## III. A PAISAGEM E O HOMEM: O QUADRO ACTUAL E SEUS ANTECEDENTES HISTÓRICOS

1. Introdução	159
2. O quadro físico	161
2.1. O vale do Cávado no contexto do Entre-Douro-e-Minho	161
2.2. Geomorfologia	162
2.3. Substrato geológico	164

2.4. Recursos minerais	167
2.5. Solos	169
2.6. Clima	170
2.7. Recursos hidrológicos	170
2.8. Cobertura vegetal	173
2.9. Fauna	175
3. O povoamento actual e formas de exploração agro-pastoril	177
3.1. A montanha	177
3.2. O vale e a plataforma litoral	180
3.3. A organização e divisão do trabalho	181
3.4. Técnicas agrícolas	182
3.5. O comunitarismo agrário	187
3.6. Cultura material e vida quotidiana	189
3.6.1. A casa	189
3.6.2. As vias de comunicação	191
3.6.3. As trocas	193
3.6.4. Instrumentos e vestuário	194
3.7. Hábitos	195
4. As transformações do quadro tradicional	197

#### IV. A PAISAGEM E O HOMEM: O II E O I MILÉNIO AC NO VALE DO CÁVADO (OS DADOS)

1. Introdução	205
2. Inventário	215
2.1. Inventário das estações arqueológicas da Idade do Bronze	215
2.2. Marcas arquitectónicas anteriores ou contemporâneas do II e I milénio AC	300
3. Os dados de escavações antigas: reavaliação sumária	345
3.0. Introdução	345
3.1. Alto da Cividade (Braga)	347
3.2. Castelo de Faria (Barcelos)	361
3.3. Castro de Lanhoso (Póvoa de Lanhoso)	391
3.4. Citânia de Roriz (Barcelos)	409
3.5. Monte do Facho/Alto da Torre (Barcelos)	419
3.6. Santa Marta da Falperra (Braga)	433
4. Escavações: caracterização dos achados	461
4.0. Introdução	461
4.1. Alto de S. Bento (Braga)	463
4.2. Cabanas (Braga)	475
4.3. Granjinhos (Braga)	489
4.4. Santinha (Amares)	497
4.5. S. João de Rei (Póvoa de Lanhoso)	581
4.6. S. Julião (Vila Verde)	627
4.7. Sola (Braga)	859
4.8. Vasconcelos (Braga)	973

#### V. A PAISAGEM E O HOMEM: O II E O I MILÉNIO AC NO VALE DO CÁVADO (AS INTERPRETAÇÕES)

1. Introdução	993
2. Quadro cronológico e cultural	995
2.1. A problemática da construção cronológica e cultural	995
2.2. As sequências estratigráficas e a cronologia radiométrica	998
2.3. A generalização da proposta a outros contextos	1009
2.4. Quadro cronológico-cultural da bacia do Cávado	1020
2.4.1. Dos finais do III milénio AC aos inícios do último quartel do II milénio AC	1036
2.4.1.1. Contextos ocupacionais	1036
2.4.1.2. Cultura material	1039
2.4.1.2.1. Cerâmica	1039
2.4.1.2.2. Líticos	1058

2.4.1.2.3. Metalurgia	1059
2.4.1.3. Povoamento a nível local, regional e organização interna dos povoados	1068
2.4.1.3.0. Considerações prévias	1068
2.4.1.3.1. O povoamento no seu contexto espacial local	1069
2.4.1.3.2. A distribuição do povoamento a nível regional	1076
2.4.1.3.3. A organização interna dos povoados	1084
2.4.2. Do último quartel do II milénio AC (séc. XI) ao 2º quartel do I milénio AC	1090
2.4.2.1. Contextos ocupacionais	1090
2.4.2.2. Cultura material	1092
2.4.2.2.1. Cerâmica	1093
2.4.2.2.2. Líticos	1109
2.4.2.2.3. Vidro	1109
2.4.2.2.4. Azeviche	1110
2.4.2.2.5. Metalurgia	1110
2.4.2.3. Povoamento a nível local, regional e organização interna dos povoados	1120
2.4.2.3.1. O povoamento no seu contexto espacial local	1120
2.4.2.3.2. A distribuição do povoamento a nível regional	1129
2.4.2.3.3. A organização interna dos povoados	1139
2.4.3. Dos meados do 2º quartel do I milénio AC (séc. VI ?) aos séculos IV/III AC: a transição da Idade do Bronze para a Idade do Ferro e o Ferro Inicial	1156
2.4.3.1. Contextos ocupacionais	1156
2.4.3.2. Cultura material	1158
2.4.3.2.1. Cerâmica	1159
2.4.3.2.2. Líticos	1167
2.4.3.2.3. Metalurgia	1167
2.4.3.3. Povoamento a nível local, regional e organização interna dos povoados	1176
2.4.3.3.1. O povoamento no seu contexto espacial local	1176
2.4.3.3.2. A distribuição do povoamento a nível regional	1181
2.4.3.3.3. A organização interna dos povoados	1186
3. A evolução do povoamento entre os finais do III milénio e os meados do I milénio AC	1197
3.0. Palavras prévias	1977
3.1. A Idade do Bronze	1197
3.1.1. A distribuição espacial dos povoados	1198
3.1.2. A economia	1200
3.1.3. A sociedade	1213
3.1.4. O ritual e o ideológico	1214
3.2. Dos finais do II milénio AC aos finais do 2º quartel do I milénio AC: o fim da Idade do Bronze	1231
3.2.1. A distribuição espacial dos povoados	1231
3.2.2. A economia	1235
3.2.3. A sociedade	1248
3.2.4. O ritual e o ideológico	1253
3.2.5. Algumas considerações	1261
3.3. Dos meados do 2º quartel do I milénio AC (séc. VI AC) aos séculos IV/III AC: a transição da Idade do Bronze para a Idade do Ferro e os inícios da Idade do Ferro	1273
3.3.1. A distribuição espacial dos povoados	1273
3.3.2. A economia	1276
3.3.3. A sociedade	1288
3.3.4. O ritual e o ideológico	1291
3.3.5. Alguns comentários sobre a mudança dos finais da Idade do Bronze para a Idade do Ferro	1295
3.3.6. A transição da Idade do Bronze para a do Ferro: problemas cronológicos	1298
4. - Palavras finais	1307
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	1311
<b>ESTAMPAS</b>	

## AGRADECIMENTOS

Se a escrita de uma tese é, frequentemente, o resultado de um acto de isolamento intelectual e de grande inquietação interior, ele é, também, o resultado final do contributo de inúmeras pessoas. É assim que preservo, talvez com maior nitidez, a memória daqueles que contribuíram para que esta caminhada reflexiva se tornasse menos árdua e se empenharam para que a levasse a bom termo.

Em primeiro lugar quero expressar o meu profundo reconhecimento à Prof. Doutora Maria Manuela dos Reis Martins pelo facto de ter aceite orientar este trabalho e por, no decurso destes anos de investigação, convivência e amizade, me ter revelado o seu espírito crítico e aberto face às novas problemáticas epistemológicas, o que me abriu caminhos até aqui insuspeitáveis e me proporcionou a liberdade de encontrar o meu próprio percurso e discurso científico.

À Prof. Doutora Susana Oliveira Jorge, co-orientadora deste trabalho e também amiga, desejo expressar o meu enorme agradecimento, quer pelas diversas e gratificantes críticas efectuadas ao longo desta investigação, quer pelos contínuos desafios científicos que me foi lançando, motivadores de progresso pessoal e de novas etapas reflexivas.

Ao Prof. Doutor Vítor Oliveira Jorge, amigo de longa data, tenho que agradecer a forma calorosa com que me recebeu num dia de Julho de 1981, em plena serra da Aboboreira e me contagiou com o seu gosto pela Pré-História. Não esqueço, igualmente, o empenho e a confiança que sempre depositou na minha pessoa e os incentivos que me foi dirigindo, sobretudo nos momentos mais difíceis, ajudando-me a ultrapassá-los da melhor forma que conheço, ou seja, lançando-me novos desafios.

Ao Instituto de Ciências Sociais e ao Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, nas pessoas dos seus vários presidentes, agradeço todas as facilidades concedidas para a consecução deste trabalho.

Não foi em vão que solicitei ajuda aos meus colegas arqueólogos da Unidade da Arqueologia da Universidade do Minho, que sempre se prestaram a colaborar nos mais pequenos detalhes, quer fornecendo dados sobre novos achados de interesse para este

trabalho, quer classificando materiais arqueológicos. Assim, à Dr.<sup>a</sup> Manuela Delgado, expresseo o meu obrigada pela sua colaboração na classificação de cerâmicas de fases mais recentes e pelos valiosos conselhos de âmbito geral que sempre me deu, de forma entusiasta, didáctica e amiga. Para o Dr. Luís Fontes, que com os seus conhecimentos sobre arqueologia medieval, se prontificou a classificar os materiais deste período oriundos das mais diversas escavações, expresseo também o meu apreço. Ao meu colega Doutor Francisco de Sande Lemos agradeço a ajuda prestada e a sua boa disposição, *sui generis*, que aliviou a tensão das muitas horas de trabalho passadas naquela instituição.

O meu apreço vai, também, para os colegas do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Ao Prof. Doutor José Meireles fico grata pela prontidão em cooperar nas dúvidas sentidas em relação à classificação e identificação litológica de vários artefactos. Para o Professor Doutor Carlos Silva, que com os seus profundos conhecimentos e perfil didáctico, se prontificou a fornecer-me bibliografia e a discutir comigo alguns aspectos sobre o povoamento e as técnicas agro-pastoris do Entre-Douro-e-Minho, numa atitude de interdisciplinaridade que me é muito cara, expresseo o meu reconhecimento. À Prof. Doutora Conceição Falcão agradeço o apoio, o incentivo e o auxílio prestado na fase final e árdua da elaboração deste trabalho.

Não poderei deixar de referir a ajuda e o empenho em enviar-me bibliografia, assim como a amizade demonstrada ao longo destes anos por parte da Prof. Doutora Maria de Jesus Sanches, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a quem agradeço.

Da mesma instituição quero distinguir ainda o Prof. Doutor Carlos Alberto Brochado de Almeida, que deu provas de uma grande abertura científica, ao conceder-nos autorização para estudar materiais de várias escavações por ele dirigidas.

Ao Dr. Fernán Alonso do Instituto "Rocadolano", do Conselho Superior de Investigação Científica de Madrid, que executou a maioria das análises de C14 deste trabalho, comentando-os e esclarecendo as dúvidas que lhe coloquei durante a sua execução, expresseo, além do meu reconhecimento, uma profunda admiração e amizade.

À Doutora Isabel Figueiral, do Laboratoire de Paléobotanique de l'Université des



Sciences et Technique du Languedoc (Montpellier), conhecida e amiga de longa data, agradeço a disponibilidade para a troca de ideias, sempre importantes em trabalhos que se pretendem interdisciplinares.

Cabe-me também apresentar o meu obrigada aos Professores Doutores Francisco Diaz-Fierros Viqueira, Maria de Jesus Aira Rodriguez, Pablo Ramil-Rego e Teresa Taboada Castro, da Faculdade de Farmácia da Universidade de Santiago de Compostela, ao Doutor Ignacio Montero Ruiz, do Conselho Superior de Investigación Científica de Madrid, ao Prof. Doutor Curt Beck, do Ambar Research Laboratory - Vassar College de Nova Iorque, ao Doutor Adam Nadachowski, da Polska Akademia Nauk - Instytut Systematyki i Ewolucji Zwierząt, em Cracóvia, ao Prof. Doutor Miguel Telles Antunes, da Universidade Nova de Lisboa, ao Prof. Doutor Diamantino Pereira Ínsua, do Departamento de Ciências da Terra da Universidade do Minho, ao Doutor José Manuel Farinha Ramos, do Instituto Geológico e Mineiro do Porto e à Dr.<sup>a</sup> Giselda Oliveira pelas mais diversas análises do espólio arqueológico.

O meu agradecimento a toda a equipa da Unidade de Arqueologia: Senhores Quenor Rocha, Alfredo Barbosa e Senhora Paula Góis, pelos desenhos executados; D. Guilhermina Bonjardim, pela dedicação, empenho e constante boa disposição que sempre demonstrou na resolução dos muitos problemas burocráticos que surgiram pelo caminho; D. Conceição Oliveira e D. Maria Alves, que executaram frequentemente, tarefas fora da sua obrigação profissional, sempre com a simpatia que caracteriza as suas personalidades. Não posso deixar de destacar o papel do Sr. Manuel Abraão Pires, companheiro de oito anos de trabalho de campo, quer em prospecções, quer em escavações, e que sempre me ajudou, com empenho, não raro excedendo o seu horário normal de trabalho ou mesmo disponibilizando-se para trabalhar em dias feriados ou fins de semana.

A toda a equipa do Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, dirigida pela simpática e incansável Dr.<sup>a</sup> Isabel Silva, quero expressar um forte agradecimento. Entre os vários contributos, destaco o de Amélia Fernandes, Amélia Silva, Clara Lobo, Filipe Antunes, Isabel Marques, Manuel Santos, Maria Silva, Palmira Ramoa, Perpétua

Ferreira, Victor Hugo, pela disponibilidade incansável manifestada no tratamento laboratorial dos mais diversos materiais exumados nas escavações, no seu desenho e registo fotográfico.

Agradeço, igualmente, ao director do Museu de História Natural - Arqueologia, do Porto as facilidades concedidas no estudo de determinados materiais arqueológicos aí depositados e, ao Dr.º Huet Bacelar Gonçalves, o acompanhamento simpático que disponibilizou durante a nossa estadia nesta instituição.

Este trabalho também não poderia ter sido viável sem o apoio financeiro, técnico e humano de várias instituições que passo a citar e a quem agradeço, nas pessoas dos seus dirigentes, coordenadores e técnicos. São elas o IPPAR, as Câmaras Municipais de Amares, Braga, Póvoa de Lanhoso e Vila Verde, as Juntas de Freguesia de Ponte de S. Vicente (Vila Verde) e de S. João de Rei (Póvoa de Lanhoso), os Gabinetes de Arqueologia das Câmaras Municipais de Barcelos, Braga e Esposende, a Associação das Terras Altas do Homem e Cávado (ATAHCA), o Instituto Português da Juventude e o Governo Civil de Braga.

Do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, destaco a excelente colaboração do Dr.º Armandino Cunha e de Teresa Fonseca.

À Felismina Vilasboas e à Maria das Dores Pires o meu reconhecimento pelo esforço que fizeram em terminar os desenhos de materiais dentro de um tempo compatível com a entrega deste trabalho.

À Helena Paula Carvalho, com quem partilhei as ansiedades e as dúvidas existenciais no decurso desta caminhada, um grande abraço de agradecimento. Ao Abel, ao Dantas, à Fátima, ao Filipe, ao Francisco, ao Harry, à Isa, ao Jaime, à Josélia, à Luzinha, à Mita, ao Miguel, à Montse, ao Paulo, ao Quim, ao Rui, ao Sardinha, à Sílvia e ao José Manuel Pires, colegas e amigos, que proporcionaram todo o apoio e boa disposição necessária à consecução deste trabalho, um agradecimento muito especial.

Não posso terminar sem agradecer a todos os alunos(as) que participaram em trabalhos de escavação, prospecção e tratamento laboratorial do material lítico e cerâmico, proveniente das mais diversas escavações.

Por fim aos meus pais e irmã, por todo o apoio afectivo que sempre souberam dar, sem o qual, muito dificilmente, este trabalho chegaria a bom termo e, também, para aqueles que tiveram a coragem de telefonar ou estar presentes nos momentos mais difíceis.

## INTRODUÇÃO

O trabalho que apresentamos resultou de um projecto de investigação designado "O Bronze Final na Bacia do Curso Médio do Cávado: Regularidades e Especificidades", cuja consecução se destina à obtenção do grau de Doutor pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Pretendíamos, à partida, testar o modelo de povoamento efectuado por M. Martins (1990) para este período e aprofundar o estudo das comunidades do Bronze Final nos seus mais variados aspectos, assim como tentar articular este período com o da Idade do Ferro. Com o decorrer da investigação deparámo-nos com novos dados que tornaram pertinente alargar o âmbito cronológico deste projecto e redimensionar os nossos objectivos. Assim, tornou-se necessário estudar as comunidades anteriores aos finais da Idade do Bronze, nomeadamente as que ocuparam o território durante os finais do III e o II milénio AC e alargar a área geográfica até ao curso inferior do Cávado. Este último objectivo obrigou-nos a um esforço considerável, não inicialmente previsto, de recolha bibliográfica, de campo e de ordenação e reavaliação de uma informação esparsa e, frequentemente, contraditória.

A necessidade institucional de materializarmos discursivamente a investigação em curso, dentro de um determinado prazo, obrigou a uma interrupção da pesquisa, por vezes, em momentos menos oportunos. Por este motivo o tratamento dos dados de cada estação estudada e a estratégia de trabalho de campo não foram semelhantes em todos os casos, pelo que o resultado final deste trabalho apenas poderá ser encarado como um acordo pessoal entre os objectivos iniciais, permanentemente alargados, e o possível.

Este trabalho foi dividido em cinco capítulos.

No capítulo I avaliamos o quadro dos conhecimentos sobre a Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro, para o Noroeste peninsular. Em simultâneo, efectuamos uma desconstrução dos principais conceitos teóricos e premissas que nortearam o discurso arqueológico destes períodos, de que resultou um conjunto de questões que consideramos extremamente importantes para a investigação que desenvolvemos. Ao discorrermos sobre os conhecimentos para o vale do Cávado, além de um breve historial

sobre a Idade do Bronze em geral, sintetizamos o modelo efectuado por M. Martins (1990) para o povoamento da Proto-História, bem como as problemáticas deixadas em aberto por esta investigadora.

A especificação dos objectivos gerais e particulares deste projecto, a posição de ecletismo epistemológico assumida e os motivos desta escolha, os níveis de construção deste trabalho, que corresponderam, no fundo, a um processo de aprendizagem, a metodologia de campo e de laboratório usada e as dificuldades e limitações de vária ordem, encontradas no decurso deste projecto, constituem o capítulo II.

No capítulo III apresentamos o quadro natural do vale do Cávado, estudo que nos permitiu conhecer os recursos, as particularidades e o posicionamento desta sub-região no contexto do Noroeste peninsular. Mas como entendemos o meio natural e o humano como duas facetas da mesma realidade, a paisagem, tornou-se pertinente o estudo das populações e do povoamento do Entre-Douro-e-Minho rural, até meados do séc. XX, momento em que o processo de transformação do mundo rural se acelerou e provocou rupturas nas concepções tradicionais de vida. Assumindo, também, que a paisagem é o resultado de uma história que se inicia desde que o território é ocupado, tentámos esboçar os antecedentes históricos do Entre-Douro-e-Minho, com vista à compreensão das suas particularidades e à inferência de algumas continuidades entre a Idade do Bronze e a actualidade.

O IV capítulo regista e estuda a totalidade dos dados arqueológicos no curso médio e inferior do Cávado, dados esses, a partir dos quais, com as nossas opções teóricas, metodológicas e personalidade, tentámos efectuar algum conhecimento.

Este capítulo foi dividido em três partes. A primeira, consta do inventário, onde incluímos todos os indicadores de transformação física ou mental da paisagem até aos inícios da Idade do Ferro. Esta opção resultou da suposição de que as comunidades da Idade do Bronze e dos inícios da Idade do Ferro viviam já numa paisagem transformada, que certamente as influenciou. A segunda, refere os resultados obtidos com o estudo ou a reavaliação dos dados de escavações antigas e a terceira, abarca o estudo monográfico

de todas as estações escavadas no âmbito deste projecto. Quer na segunda, quer na terceira parte a ordem de apresentação é meramente alfabética.

O V e último capítulo faz a interpretação dos vários dados existentes para a sub-região do Cávado, tentando estabelecer uma proposta de sequência cultural plausível, criar algum conhecimento verosímil, de âmbito socio-económico e ritual, sobre as comunidades da Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro e deixar em aberto um quadro de questões propiciador de novos projectos de investigação.

## **CAPÍTULO I**

### **CONHECIMENTOS E PROBLEMÁTICAS**

## 0. INTRODUÇÃO

Neste capítulo pretendemos abordar, em linhas gerais, o quadro dos conhecimentos sobre a Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro do Noroeste peninsular até aos meados dos anos 90.

Numa análise crítica sobre o estado da investigação no Noroeste, com o objectivo de percepcionarmos as grandes etapas epistemológicas que ao longo do tempo orientaram o discurso arqueológico desta região, caracterizámos três etapas do conhecimento que designámos por descritiva, histórico-culturalista e antropológica, sem que tal signifique que algumas não possam ter coexistido em simultâneo. Abordaremos sucessivamente cada uma delas, tendo seleccionado, entre a extensa bibliografia, os trabalhos mais marcantes das 2ª e 3ª fases, efectuando-se um resumo sobre eles.

Pela extensão e actualidade dos trabalhos referentes à última etapa, considerámos na nossa abordagem os aspectos que nos pareceram mais pertinentes: características do povoamento; organização socio-económica; aspectos rituais e simbólicos e mecanismos explicativos de fenómenos de mudança e continuidade culturais.

Desta apreciação resultou uma série de questões, que constituíram a última parte do ponto 1 deste capítulo e que subdividimos em quatro *itens*: periodização e taxonomia; povoamento, economia e organização social; aspectos rituais e simbólicos e aspectos conceptuais.

No ponto 2 fizemos uma breve abordagem sobre os trabalhos realizados especificamente para o vale do Cávado, seguida de algumas questões que se colocaram para esta região.



# 1. O ESTADO DA INVESTIGAÇÃO NO NOROESTE RELATIVO À IDADE DO BRONZE E AOS INÍCIOS DA IDADE DO FERRO

## 1.1. As diferentes fases epistemológicas

Tendo em atenção que a investigação para os dois grandes períodos em estudo se efectuou, com algumas excepções, de forma independente, foi-nos mais fácil realizar uma aproximação epistemológica separada para a Idade do Bronze e a Idade do Ferro.

1.1.1. A primeira fase, nos finais do séc. XIX, inícios do XX, de índole essencialmente descritiva, caracteriza-se por um diletantismo onde os trabalhos esporádicos, o coleccionismo e a realização de trabalhos de campo sem qualquer metodologia científica, eram a regra. A recolha de artefactos significativos tinha por finalidade enriquecer as colecções dos museus institucionais ou particulares que se iam formando um pouco por toda a parte.

O estado dos conhecimentos nos finais do século XIX, inícios do XX era tão vago que José Leite de Vasconcelos (1906) considerou precoce, nessa época, uma sistematização sobre a Idade do Bronze em Portugal.

1.1.2. A segunda fase, também descritiva, classificativa, tipológica e artefactual aplica, no entanto, os paradigmas científicos da arqueologia europeia da época (evolucionismo linear tipológico e tecnológico e o histórico-culturalismo). O artefacto metálico é encarado como fóssil director, passível de estabelecer sequências cronológicas e etapas culturais, tendo como base a premissa de que os objectos simples eram os mais antigos e os complexos os mais recentes. Estas premissas marcaram a investigação arqueológica peninsular, digna desse nome, até à década de 80. A simples classificação tipológica dos objectos, tendo como objectivo primordial o estabelecimento de cronologias e fases de mudança, ignora as explicações socio-económicas, ideológicas e

simbólicas para cada fase, explicando as mutações pelo difusionismo. Para tal usou-se como metodologia o recurso à tipologia comparada de objectos descontextualizados com os de outras regiões, aparentemente contextualizados, partindo do princípio de que eram contemporâneos ou pertencentes à mesma cultura.

As mudanças nas etapas estabelecidas foram explicadas por fenómenos externos, mecanismos de difusão associados a migrações populacionais ou contactos frequentes, por vezes comerciais, entre povos de regiões diferentes.

Nesta perspectiva vão surgindo as primeiras sistematizações de achados metálicos e as primeiras tentativas de sínteses regionais ou peninsulares, que analisaremos de forma distinta para a Idade do Bronze e Inícios da Idade do Ferro.

#### Idade do Bronze (2ª etapa)

**Mendes Corrêa** (1924b: 227; 1928:148-150) ensaia a primeira sistematização sobre a Idade do Bronze, aplicando, para Portugal, o esquema cronológica proposto por Déchelette para a Idade do Bronze da Europa ocidental, com base na análise dos machados metálicos (os artefactos mais abundantes que então possuía). Esta opção é, no entanto, acompanhada de uma postura crítica por parte do autor, que tem consciência das assimetrias de desenvolvimento e das dificuldades de aplicação de um esquema linear de evolução proposto pelas periodizações ditas clássicas. *"...longe de haver uma sobreposição linear, regular e constante, de culturas sucessivas, há sobrevivências frequentes, há a coexistência de formas culturais atrasadas e de formas evolutivas, de tipos mais modernos, desafiando a simplicidade categórica dos quadros cronológicos que se dizem clássicos e que, instituídos para certas regiões, não podem considerar-se da universalidade que se lhes atribuíra"* (*Id. ibidem* 1928: 146). Além desta tentativa crítica de periodização da Idade do Bronze, este autor procura ir mais longe relacionando os machados metálicos com os recursos mineiros, método que lhe permite encontrar sobreposições geográficas (*Id. ibidem* 1928: 152), advertir para o exagero da importância dada às influências orientais na Península e defender a inexistência de

descontinuidades entre as populações "neo-eneolíticas" e as de "época-histórica" (*Id. ibidem* 1928: 155)<sup>1</sup>.

A primeira grande síntese peninsular surge pouco depois com **Bosch Gimpera** (1932a; 1932b) que divide a Península em duas grandes fases: o Bronze Levantino ou do Sudeste (2500-1400 a.C.) que se caracterizava pela cultura de El Argar e "Cultura do Bronze do Noroeste" (1200-1000/900 a.C.)<sup>2</sup>. Importações metálicas de origem atlântica, sustentavam estas última fase.

Este autor com uma formação germânica histórico-cultural, aplica a cartografia à arqueologia, tira ilações de carácter étnico dos artefactos e preocupa-se com problemas de continuidade cultural, na tradição dos ensinamentos de Kossina. Segundo Cortadella i Morral (1991:165) Bosch Gimpera com os seus trabalhos defende uma verdadeira "descolonização" da proto-história peninsular e cria uma perspectiva em que os povos autóctones se tornam "motor dos acontecimentos" em face do contacto com o exterior.

Dentro da mesma concepção epistemológico **M. Santa Olalla** (1941<sup>3</sup>) cria o conceito de Bronze Mediterrânico I e II (2000-1700 e 1500-1200), que aplica a toda a

---

<sup>1</sup>-Depois desta 1ª tentativa de síntese sobre a Pré-História portuguesa, a historiografia portuguesa ignora esta fase de investigação, com excepção de pequenos artigos de carácter muito genérico no *Dicionário de História de Portugal*, publicado entre 1963 e 1971, sob a direcção de Joel Serrão. Uma síntese sobre a Proto-História, da autoria de A. C. da Silva, é publicada na *História de Portugal* de J. Hermano Saraiva, em 1983/1984. Mas apenas em 1990, com a *Nova História de Portugal*, vol. I, dirigida por A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão se valoriza de novo a Pré-História portuguesa através de várias sínteses sobre o tema. Na História de Portugal dirigida por J. Mattoso, cujo 1º volume data de 1991, há de novo um retrocesso incompreensível face ao desenvolvimento da Arqueologia Portuguesa. Esta obra reserva apenas um capítulo à Proto-História da responsabilidade de Carlos Fabião. Seguidamente, aparece a *História de Portugal* orientada por J. Medina (s/d) onde o 1º e 2º volume se dedicam a diversos períodos da Arqueologia portuguesa.

As sínteses que nos serviram de referência são relativas à Idade do Bronze e à Idade do Ferro e assinadas por M. Calado e C. Fabião, respectivamente.

<sup>2</sup>-O Bronze do Sudeste corresponderia ao Bronze I e II da periodização da Europa continental e o do Noroeste ao Bronze III e IV da mesma periodização.

<sup>3</sup>-O autor parece já ter defendido estas ideias entre 1938, segundo informação de MacWhite (1951:14 e nota 3).

Península Ibérica e ao que faz suceder o Bronze Atlântico III e IV (1200-900 e 900-650 a.C.), este último, caracterizado por migrações de povos indo-europeus pré-celtas.

Após os trabalhos deste autor vão proliferar as publicações sobre a Idade do Bronze, entre as de Savory (1949; 1968)<sup>4</sup>, MacWhite (1951), Hawkes (1952), Monteagudo (1952; 1953; 1954; 1955; 1958; 1965; 1977; 1981); Hencken (1956), Junghens *et alii* (1960), Harbison (1967), Blance (1971), Almagro Gorbea (1972), Harrison (1974a e 1974b), Pingel (1977), M. Ruíz-Gálvez Priego (1979), Kalb (1980a; 1980b), Hartmann (1982), Ruíz-Gálvez Priego (1984a), Coffyn (1985) e Meijide Cameselle (1988).

Merece especial destaque o trabalho de MacWhite (1951) que individualiza para o Noroeste um Bronze II ou Proto-Atlântico (1800/1700 a 1200 a. C.), sincrónico de El Argar, mas culturalmente distinto. Considera ainda que o "Bronze Atlântico" só deveria aplicar-se para o Noroeste e Sudoeste peninsular.

Apesar de valorizar grandemente as influências forâneas na constituição da sua periodização, afasta-se de Santa-Olalla ao encará-las apenas como resultado de contactos comerciais intensos e não como consequência de migrações. Esta posição irá marcar muitos trabalhos posteriores, quer em relação à afinação da periodização do seu Bronze II, quer pela sua postura não migracionista na explicação das mudanças.

Monteagudo (1953; 1954; 1955; 1958; 1965; 1977; 1981) acusando as influências dos autores anteriores acentua o papel das comunidades indígenas nas sequências evolutivas e é o primeiro autor que efectua uma análise funcionalista ao associar o grande número de machados da fase final do Bronze Atlântico, às condições paleo-ambientais. Segundo este autor, as fortes chuvas ocorridas neste período, teriam originado a necessidade de uma intensa desflorestação, não alheia ao maior aproveitamento do estanho de aluvião no fabrico de machados<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup>-Data das publicações originais que virão posteriormente a ser traduzidas para português como de 1951 e 1974, respectivamente.

<sup>5</sup>-Em F. Acuña Castroviejo *et alii* (1979: 54).

**Harbison** (1967) considera que o denominado Bronze II do Noroeste, definido por MacWhite é demasiado extenso temporalmente e que inclui uma grande diversidade de artefactos que necessitam de revisão. Ao comparar os artefactos desta fase com os tipologicamente semelhantes na Grã-Bretanha efectua uma nova periodização, semelhante à existente naquele país, subdividindo o Bronze II do Noroeste em dois horizontes: o Horizonte Roufeiro (machados planos tipo Cabrales, punhais de lingueta, entre outros) e Horizonte Codeseda/Barcelos/Melide (machados de tipo Bujões/Barcelos, espadas de rebites e na fase final, machados de rebordo e de talão), já do Bronze Médio. Esta periodização desacredita a pretensa unidade cultural da periodização anterior e irá influenciar trabalhos subsequentes, como o de **Almagro Gorbea** (1972) que ao sistematizar as espadas peninsulares reforça a ideia da existência de uma segunda fase no Bronze II do Noroeste. Para este autor o Horizonte Roufeiro corresponderia, também, ao Bronze Inicial e o Horizonte Codeseda/Barcelos/Melide, ao Bronze Médio.

**Harrison** (1974a; 1974b), por sua vez, vai subdividir o Bronze Inicial do Noroeste em "Grupo Intermédio" e "Horizonte/Grupo de Montelavar", com base em artefactos metálicos e expressões funerárias, conceito que abordaremos de forma mais detalhada no subcapítulo "quadro das questões".

**M. Ruíz-Gálvez Priego** (1979) ao efectuar uma revisão para a Idade do Bronze Inicial distingue três fases com base em artefactos metálicos e na presunção da sua sincronia com os similares da Bretanha francesa e Inglaterra. Cria uma "Etapa Inicial/Formação" (1800-1700 a. C.) com utensílios de tradição local; uma "Etapa de Desenvolvimento" (1750/1700 ao finais de 1600 a. C.), caracterizada pela manutenção de objectos autóctones, pela introdução de artefactos de influência atlântica e do Sudeste e por uma intensa exploração de ouro aluvial do Noroeste, de que não se dissociará um florescimento da ourivesaria e uma "Etapa de Transição" (1600 - 1500 a. C.) com artefactos igualmente autóctones tal como de influência forânea. Em relação ao Bronze Médio (*Id. ibidem*: 1984a; 1984b:340) é da opinião que a aceitação desta etapa por muitos investigadores, apenas efectuada com base em objectos metálicos muito escassos,

se deverá relacionar com o desejo de criar para a Península uma periodização semelhante às propostas para a Europa. Tendo em conta as especificidades peninsulares propõe uma alteração da terminologia e das periodizações anteriores, preferindo usar o termo "Bronze Pleno" para designar uma etapa de origem Calcolítica (inícios do II milénio a. C. a 1300 a. C.), com grandes pervivências daquele período e alguns particularismos abarcando assim todas as fases anteriores; um Bronze Tardio, com modificações a nível artefactual e tumular e que estará na base da fase seguinte, o Bronze Final, já claramente individualizado.

A par deste tipo de trabalhos, cuja tónica passa pelas periodizações, com base em critérios tipológicos, surgem alguns discursos alternativos cujo sentido crítico ainda hoje se torna pertinente. Falamos dos textos de J. Eiroa García e de Maluquer de Motes. Em 1973/74, numa reflexão a propósito da periodização para a Idade do Bronze galega, J. Eiroa García (1973/1974: 100 esegs.) destaca-se pelo ataque que efectua à adopção de periodizações estrangeiras desde a década de 20 para o Noroeste e ao carácter definitivo e dogmático com que esses esquemas são apresentados. Chama a atenção para o facto dos quadros temporais serem construídos com base em comparações tipológicas de cronologia duvidosa (*Id. ibidem*: 101) e alerta para a impossibilidade de se estabelecer para a Galiza um quadro cronológico "*completo y definitivo*". Para contornar esta situação, J. Eiroa García preconiza uma metodologia assente em trabalhos de campo sistemáticos e recurso a novas metodologias; análises metalográficas dos achados metálicos e datações de radiocarbono. Da mesma forma J. Maluquer de Motes (1975: 142, 144-145), chama a atenção para o facto de não existir suporte arqueográfico para divisões cronológicas na Idade do Bronze do Noroeste efectuadas com base nos quadros europeus. Como solução propõe a elaboração de um estudo sobre a evolução da Idade do Bronze peninsular, a efectivação de uma periodização regional, a definição das características da metalurgia peninsular, a procura das causas e das vias da introdução de artefactos forâneos e o estudo da emergência e do desenvolvimento das várias etapas propostas. A metodologia que preconiza passa por estudos tipológicos sistemáticos, por análises técnicas, pela contextualização dos objectos, por escavações, pelo recurso a

amostras de radiocarbono extraídas de contextos precisos, pela utilização da estatística e de mapas de distribuição de achados. Entende que a procura sistemática de paralelos exteriores corresponde, afinal, a uma falta de alternativa metodológica.

É também a este autor que se deve uma importante discussão sobre o termo Idade do Bronze, pois, atendendo às assimetrias de desenvolvimento peninsular, só o aceita como uma divisão arbitrária e não como um período em que as comunidades usariam artefactos de bronze. Como hipótese de trabalho divide a Idade do Bronze em três períodos evolutivos: o Bronze A, B e C, de carácter endógeno, encarando as influências externas como resultado de comercialização e não de "invasões ou colonizações". Embora o efeito das suas propostas não fosse imediato nas gerações da época elas contribuíram gradualmente, para a aplicação de novas metodologias de investigação, cujos resultados práticos só foram visíveis nos finais da década de 80.

A escassez de conhecimentos sobre os povoados da Idade do Bronze, bem como a presunção da inexistência de estruturas funerárias no Bronze Médio e Final (ACUÑA CASTROVIEJO *et alii* 1979: 56) tornou os trabalhos das décadas de 70/80 ainda essencialmente tipológicos e tecnológicos, com base nos artefactos metálicos.

As primeiras tentativas que pretenderam associar a tipologia à tecnologia através da composição química dos objectos metálicos, foram efectuadas nos anos 60 com Junghans *et alii* (1960;1968), mas é nas duas décadas seguintes que eles ganham maior importância com Blance (1971), Hartmann (1982), Ruíz-Gálvez Priego (1984a) e Coffyn (1985). Estes autores visavam determinar focos de produção e distinguir os artefactos locais dos objectos de importação, quer fossem utensílios de cobre, bronze ou ouro.

Na tentativa de se desvincular de um trabalho puramente tipológico P. Kalb (1980a, 1980b) associa os objectos metálicos do Bronze Final português com povoados, cerâmicas e jazidas mineiras. Conclui que muitos dos achados metálicos dados como descontextualizados eram provenientes de povoados e cria três áreas de povoamento economicamente distintas para o território português: o Norte e as Beiras (associadas a jazidas de estanho); o Sul (associado a minas de cobre) e o Centro, correspondente à Estremadura, sem grandes recursos metalíferas, mas eventualmente beneficiando da sua

posição entre as duas regiões e das boas condições para a prática do comércio. Esta metodologia será futuramente seguida nos trabalhos subsequentes de M. Ruíz-Gálvez Priego (1984a) e A. Coffyn (1995), o que os demarca dos anteriores, apesar do seu carácter ainda demasiado arqueográfico.

### Idade do Ferro (2ª etapa)

Numa perspectiva que se associa a uma arqueologia histórico-cultural, são várias as abordagens que procuram identificar a raiz étnica dos povos do Noroeste durante a Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro através do registo arqueológico.

Destacamos de novo **Bosch Gimpera** (1932a: 171-184; 1932b; 1933: 54-72; 1939; 1942) que explica o surgimento da Idade do Ferro pelas invasões célticas, pós-hallstática que, chegando entre 900-570 a. C., teriam formado o que designa por "Cultura dos Castros", hipótese fundamentada através da análise de artefactos metálicos, em bronze e ouro.

No seio do mesmo paradigma **M. Santa Olalla** (1941) propõe o início da Idade do Ferro nos séc. VII/V a. C., época à qual associa invasões célticas, responsáveis pela introdução no Noroeste da "Cultura dos Campos de Urnas" e da metalurgia do ferro.

**Lopez Cuevillas** (1926, 1953, 1954), publica as primeiras sínteses sobre a Idade do Ferro do Noroeste e define as características da "Cultura Castreja". Partilha de uma visão exógena para explicar a sua emergência, que seria consequência da chegada dos Sefes, povos de origem indo-europeia ao Noroeste. Estas migrações, que não ultrapassariam a primeira metade do séc. VI a. C. explicariam o aparecimento de elementos hallstáticos nos castros. Para o Noroeste de Portugal, cabe a **M. Corrêa** (1924: 254, 262-263; 1928) a primeira arrumação dos dados deste período.

Embora, posteriormente, se fossem valorizando algumas dinâmicas internas a preocupação dominante da investigação, até aos anos 80, foi estabelecer as sequências evolutivas, a componente étnica e as características da cultura material da "Cultura Castreja". Nesta fase, enquanto alguns autores (**CARDOSO** 1956, 1958: 439-454, 1962:



5-37; BLANCO FREJEIRO 1960: 179-195) continuaram a explicar a origem desta "cultura" por visões externistas, outros (CARDOSO 1964:19; ROMERO MASIA 1976: 6-9, 19; VILLARES PAZ 1980: 11; SILVA 1983/1984: 121,126, 1986a: 37,135, 1986b, 1990, 1992; ARIAS VILAS 1984: 17; VAŠQUEZ VARELA 1984: 52:1985: 28; AGRAFOXO PEREZ 1986: 154<sup>6</sup>), numa postura menos rígida, assumem que a nova realidade cultural se deve à fusão entre populações indígenas e povos exógenos minoritários, mas que conquistaram o Noroeste pela força.

Dentro deste grupo destacamos M. Cardoso (1964:19) ao defender que a origem da Cultura Castreja deverá ter sido, por vezes, tributária da Idade do Bronze e que as migrações célticas no Noroeste poderão ter tido uma influência menos importante do que normalmente se pensava.

A. C. Silva (1983/1984: 121,126, 1986a: 37,135, 1986b, 1990) e A. C. Silva *et al* (1992) ao pretender afinar as balizas cronológicas, o faseamento interno, bem como efectuar uma revisão das "*componentes étnicas e culturais*" da Cultura Castreja, considera que a sua origem remonta ao Bronze Final, por volta do séc. IX a.C.. Não exclui, no entanto, as migrações de origem indo-europeia (Célticos e Túrdulos) nos finais deste período, i. é, por volta do séc. VI. a. C.. Estes povos seriam os eventuais responsáveis pela introdução de novidades de origem continental ou hallstática. O período que decorre entre o séc. VII e VI a. C. e que considera de transição para a Idade do ferro, caracteriza-se por manifestações de decadência, materializadas pelo abandono de alguns povoados, pela diminuição da metalurgia do bronze, pela introdução lenta da metalurgia do ferro e por transformações morfológicas e técnicas no espólio cerâmico e na ourivesaria. Estas alterações na joalheria explicar-se-iam, quer pela integração do Noroeste na área de "expansão comercial" de Tartessos, que teriam atingido o Norte por via marítima, através da navegação de cabotagem, quer pelas influências da Europa Central, ou hallstáticas, introduzidas aquando das migrações de Célticos e Túrdulos, oriundos do Sul. O conjunto destes fenómenos seriam responsáveis pelas mudanças verificadas nas populações autóctones deste período.

---

<sup>6</sup>-Alguns destes dados foram retirados de A. de La Peña Santos (1992: 377-378).

Na defesa de uma **origem autóctone** situa-se outro grupo de investigadores dos quais destacamos J. Eiroa García (1973; 1973/1974: 112, 119, 121, 123) e J. Maluquer de Motes (1973: 335-343; 1975: 273), por terem sido os primeiros a levantarem a questão das origens da "Cultura Castreja" nos finais da Idade do Bronze. **J. Eiroa García** (1973/1974: 112, 119, 121, 123) baseado na 1ª data de radiocarbono extraída de um contexto estratigráfico do Castro de Borneiro (Corunha) vai situar as origens da "cultura dos castros" nos finais da Idade do Bronze, a partir de uma evolução cultural onde as pervivências se misturam com inovações do interior da Península e de outras regiões atlânticas. Defende uma revisão da periodização tradicional para esta fase, que, segundo ele, se deve basear em dados arqueológicos e em escavações de povoados, principalmente daqueles onde se encontraram achados tipologicamente inseríveis na Idade do Bronze (*Id. ibidem*: 122). **J. Maluquer de Motes** (1973: 335-342; 1975), considera este processo como endógeno e resultante de uma conveniente adaptação ao meio ambiente, de cariz particular, por parte das populações locais.

O aparecimento das técnicas de investigação usadas no estudo de povoados deste período, com recurso à prospecção e aplicação sistemática de novas metodologias de escavação, vão possibilitar o registo de sequências estratigráficas com vários níveis de ocupação e o aumento de datas de radiocarbono que permitem alicerçar melhor as hipóteses sugeridas pelos autores que defenderam uma origem autóctone para a Idade do Ferro. Neste quadro conjuntural surgem novos trabalhos defendendo esta posição (ÁCUÑA CASTROVIEJO 1977: 249; TRANOY 1981: 38-41,77; CALO LOURIDO *et al* 1983: 19-85; FARINA BUSTO *et alii* 1983: 116-126; SILVA 1986, 1990; SILVA *et al* 1992)<sup>7</sup>.

Em resumo, os trabalhos desta segunda fase pautaram-se pela ausência de preocupações de âmbito socio-económico, ideológico ou simbólico que apenas surgem na terceira etapa.

---

<sup>7</sup>-Uma excelente síntese sobre este assunto pode encontrar-se em M. Martins (1990 e 1993/1994).

1. 1. 3. A terceira etapa, que podemos considerar "antropológica", manifesta-se na segunda metade dos anos 80 e está directamente relacionada com a difusão na Península dos paradigmas interpretativos da Nova Arqueologia americana e da Arqueologia Processual anglo-saxónica.

Nestas perspectivas teóricas a cultura é vista como um sistema adaptativo em interacção com o ambiente; as mutações resultam de mecanismos internos (na primeira fase), mas também de externos ou de conflitos sociais (2ª fase) e as diferenças artefactuais devem ser olhadas como reflexo de diversidades funcionais ou outras e não como indicadores cronológicos. A suposição optimista de que a partir da totalidade do registo arqueológico e da formulação de modelos é possível inferir aspectos sobre a organização social, económica, ideológica e ritual das comunidades começa a influenciar a arqueologia do Noroeste.

Estas influências teóricas vão ter repercussões metodológicas importantes: desenvolvem-se projectos regionais que visam estudar a evolução do povoamento e dos aspectos socio-económicos da pré e proto-história do Noroeste; aplicam-se novas metodologias nos trabalhos de campo (arqueologia espacial, escavações em área, contextualização dos achados, crivagem dos sedimentos, extracção de amostras para diferentes tipos de análises, etc.) e promove-se, ainda que de forma embrionária, o diálogo interdisciplinar com a antracologia, a arqueozoologia, a paleocarpologia, a palinologia, a Física, entre outras.

A conjugação destas técnicas, permitindo uma perspectiva diferente de olhar os dados, redundou em importante contributo para o estudo da Idade do Bronze. Destacamos os trabalhos de S. Jorge (JORGE 1988c; 1990, 1991, 1996), a que se seguiram muitos outros (BELEN *et alii* 1991; FABIÃO 1992; RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1990, 1991, 1993; SILVA *et al* 1993; FÁBREGAS VALCARCE 1993a, 1993b, 1995; FABREGAS VALCARCE *et al* 1994, 1995; MELJIDES CAMESELLE 1994; CALADO 1993). Sobre a **proto-história**, abarcando os finais da Idade do Bronze e os inícios da Idade do Ferro, proliferam igualmente uma série de sínteses. As primeiras influências "timidamente funcionalistas" devem-se aos trabalhos de Maluquer de Motes

(1973, 1975) mas, o desenvolvimento de abordagens socio-económicas e simbólicas só se afirma nas décadas de 80/90 com vários autores (CARBALLO ARCEO 1989<sup>8</sup>, 1990, 1993, 1996<sup>9</sup>; MARTINS 1990<sup>10</sup>, 1993/1994, 1994, 1996; CRIADO BOADO 1988, 1989; ALMEIDA 1990a; ALARCÃO 1992, 1996; PEÑA SANTOS 1992b; QUEIROGA 1992<sup>11</sup>; DINIS 1993<sup>12</sup>; LEMOS 1993<sup>13</sup>, 1996; MENDEZ FERNANDEZ 1993a, 1994). Contemporâneas são as publicação monográficas (JORGE 1988b; MARTINS 1988a; 1988b; 1989; 1991; CRUZ 1992; PEÑA SANTOS 1992b), ainda escassas, face à quantidade de materiais inéditos, de antigas escavações. Surgem igualmente os primeiros trabalhos sobre a "reconstituição" paleo-ambiental e paleoclimática regional associados a estas duas etapas cronológicas, permitindo estudos interactivos entre aspectos socio-económicos, ideológicos, simbólicos e o meio onde as comunidades se desenvolveram (LOPEZ GARCIA 1984a, 1984b; AIRA RODRIGUEZ & VASQUEZ VARELA 1985; AIRA RODRIGUEZ & GUITIAN OJEA 1985/1986, 1989/1990; DIAZ-FIERROS *et alii* 1988; SILVA 1988; AIRA RODRIGUEZ *et alii* 1989; 1990; RAMIL REGO *et alii* 1990; 1996; FIGUEIRAL 1990,1993 1994, 1995; ANTUNES 1991/1992; RODRIGUEZ LOPEZ *et alii* 1993; VERNET *et al* 1993; VASQUEZ VARELA & AIRA RODRIGUEZ 1986).

Entre os trabalhos que inauguraram discursos hipotéticos, levantaram questões e problematizaram os conhecimentos adquiridos abrindo novas perspectivas de investigação, destacamos para a Idade do Bronze os de S. Jorge (1988c, 1990, 1991,1996), M. Ruíz-Gálvez Priego (1990, 1991, 1993) e R. Fábregas Valcarce (1993a, 1993b) e para a proto-história os de F. Criado Boado (1988, 1989), M. Martins (1990,

---

<sup>8</sup>-Dissertação de doutoramento não publicada, apresentada à Universidade de Santiago de Compostela.

<sup>9</sup>-Trabalho escrito em 1992, mas publicado apenas nesta data.

<sup>10</sup>-Trabalho de facto finalizado em 1987 no âmbito da sua dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, embora publicado em 1990.

<sup>11</sup>-Dissertação de doutoramento não publicada, apresentada à Universidade de Oxford.

<sup>12</sup>-Dissertação de mestrado não publicada, apresentada à Universidade do Porto.

<sup>13</sup>-Dissertação de doutoramento não publicada, apresentada à Universidade do Minho.

1993/1994, 1994, 1996), X. Carballo Arceo (1990, 1993), A. Peña Santos (1992) e J. Alarcão (1992, 1996).

Atendendo à abordagem crítica que faremos sobre as sínteses enunciadas destacaremos, pela sua relevância teórica, os artigos de **S. O. Jorge** (1991,1996<sup>14</sup>) e de **M. Martins** (1993/1994, 1994). S. O. Jorge, no primeiro, admite a natureza relativa dos dados arqueológicos, só passíveis de descodificação através de um "aparelho teórico", preconizando a elaboração de projectos de investigação cujo objectivo seriam a compreensão global das comunidades "complexas", através da interacção entre a totalidade dos dados e da adopção de modelos hipotético-dedutivos apriorísticos. Revela, assim, uma adopção consciente dos pressupostos da Arqueologia Antropológica, com o mérito de se afastar das expressão mais ortodoxas desse paradigma: a da possibilidade de criar leis preditivas do comportamento humano e a adopção do determinismo ecológico e demográfico como factor explicativo dos fenómenos de mudança. No segundo, denota já uma forte crítica em relação àquele paradigma, ao discutir a noção de complexidade e o valor heurístico de certas combinatórias como indicadores de diferentes níveis de complexidade social: a monumentalidade; a organização dos espaços funerários, rituais e domésticos; a quantidade e/ou variedade de artefactos tidos como socialmente distintivos; a intensificação e especialização económica; a inovação e desenvolvimento tecnológico, patente nos artefactos. Assinala, também, a dificuldade existente em quantificar os indicadores arqueológicos de intensificação, hierarquização e integração, pelo facto de poderem estar associados a diversas configurações. Continua acentuando a dificuldade em correlacionar a complexidade com a visibilidade. Assim, a visibilidade ou opacidade do registo arqueológico decorrerá da estrutura organizacional das sociedades, pelo que a procura de níveis de complexidade exige, não a adição de um certo e conhecido número de variáveis, mas antes, a permanente articulação, a diversas escalas, e diferentes âmbitos de análise, de toda a documentação conhecida, tendo como quadro de referência uma ampla

---

<sup>14</sup>-Texto apresentado em 1994 no âmbito do Colóquio "The Identity of Bronze Age Europe", realizado em Londres, integrado na "Campanha da Idade do Bronze" do Conselho da Europa.

série de situações fornecidas pela Antropologia (*Id. ibidem*: 193 - 194). Em 1993/1994, M. Martins num importante texto onde apresenta as diferentes perspectivas com que foi interpretada a denominada "Cultura Castreja", discute os conceitos processuais de complexidade, mudança e evolução, propondo leituras do registo arqueológico que passem por novas concepções de tempo, espaço e cultura e pela "*revalorização das continuidades e mudanças*". No artigo de 1994, esta autora, ao escrever sobre continuidade e mudança no I milénio a.C., problematiza estes conceitos operatórios, considerando-os como produto do evolucionismo, embora necessários para ultrapassar a etapa narrativa da Arqueologia. Adopta já uma postura relativista em relação ao conhecimento.

### Idade do Bronze (3ª etapa)

#### Bronze Inicial

É a S. Jorge (1988c e 1990) que se deve a primeira síntese sobre o Bronze Inicial, não apenas de carácter arqueográfico e descritivo, mas, também, interpretativo em termos antropológicos, reinterpretando os dados existentes em termos socio-económicos e simbólicos. Pela primeira vez, são associados a este período (1800/1700 a 1500 a.C.), contextos habitacionais e sepulcrais com características tradicionais, expressões artísticas, "depósitos" e artefactos cerâmicos e metálicos em bronze, ouro e prata. Conjugando todos estes dados a autora defende a emergência, nalgumas comunidades, de uma organização social de tipo "chefado", com elites masculinas, que estaria relacionada com mecanismos de interacção social de longo curso, com outras sociedades de complexidade semelhante, nomeadamente de âmbito atlântico e meseteno, numa aplicação do modelo de "peer polity interaction", subscrito por C. Renfrew (1982, 1986). Esta organização social poderá explicar o aparecimento de novos rituais e formas de tumulação contendo *itens* de prestígio, a representação de armas nas gravuras rupestres, bem como os "depósitos", indicadores e legitimadores de poder. Para

a autora, apesar da existência de *itens* de prestígio em diferentes regiões, não devemos daí inferir uniformidade em termos regionais (1990: 213, 220-225). A diversidade patente, por exemplo, na variedade tumular e nos seus espólios é explicada pela existência de "*comunidades em diferentes estádios evolutivos*", embora considere que as interações supra-regionais entre elites as "*aglutine na mesma teia de interdependências*".

Apesar da explicação monocausal para a emergência das elites, este trabalho, além dos méritos já apontados no parágrafo inicial, representa a fuga a explicações generalistas tão caras à arqueologia processual.

Em 1996, S. Jorge, sem pôr em causa os pressupostos anteriores, defende que na fachada atlântica ocidental da Península Ibérica, a aparente uniformidade conferida por artefactos metálicos ou outras manifestações, seria reflexo da existência de grupos sociais "abertos", menos competitivos, onde a produção, a transformação e o intercâmbio de metais se efectuariam numa rede menos "apertada" de transacções supra-regionais, o que teria promovido uma diversificada utilização social dos artefactos metálicos, ao contrário das sociedades do Sudoeste (*Id. ibidem*: 200-201). Defende ainda a existência de vestígios de povoamento sedentário, como a estação monumentalizada, de tradição Calcolítica, de Castelo Velho, Vila Nova de Foz Côa e a 1.ª fase do povoado aberto da Bouça do Frade, Baião, onde a autora identificou indicadores de "*aumento da produção agro-pastoril*".

M. L. Ruíz-Gálvez Priego (1990,1991,1993) e R. Fábregas Valcarce & M. L. Ruíz-Gálvez Priego (1994: 152-154) atendendo à precaridade dos povoados deste período que classificam, com base em critérios cronotipológica (presença da cerâmica campaniforme e da metalurgia do cobre) localizados em terras baixas, preconizam uma organização económica baseada numa agricultura de corte e queimada, praticada em itinerância entre terras altas e baixas, em associação com um amplo recurso à caça e à recollecção. Esta organização reveladora de alguma intensificação da produção agrária, de aumento populacional e expansão para novas terras, poderá relacionar-se com a adopção de elementos da "Revolução dos Produtos Secundários" (arado ligeiro).

Contudo, o provável desconhecimento de práticas de rotação agrícola entre cereais e leguminosas e a inexistência de técnicas de estrumagem adequadas em quantidade e qualidade, deverá ter impedido a sedentarização das comunidades (RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1993:12).

Apesar deste aspecto económico os autores, no âmbito duma incipiente diferenciação social, admitem a existência de uma organização social que integraria uma elite ligada a uma rede de intercâmbios e contactos a nível supra-regional. Esses contactos entre grupos de regiões distintas, teria permitido a troca de conhecimentos e a introdução de objectos, de nova tecnologia e a "*...generalización en Europa Occidental de las mismas convenciones en armamento, bebida y adorno, uso de vajilla de oro y ricos ajuares asociados al varón*", materializados no registo arqueológico dos túmulos com espólio rico e nos depósitos, como por exemplo o de Caldas de Rey (RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1991, 1993:12).

A. C. Silva *et al* (1993) acentua o polimorfismo do fenómeno sepulcral que supõe estar ligado a diferentes tradições culturais. Refere o grande decréscimo de povoados em relação ao Calcolítico, que explica por um decréscimo demográfico, cujas causas poderiam estar relacionadas com a deterioração das condições climáticas, acções antrópicas sobre o meio ou problemas sociais. A partir das inovações materiais e dos túmulos com espólio rico e exótico reconhece, no entanto, que este é um período de assimetrias no seio do qual terão, eventualmente, surgido sociedades em processo de maior diversificação e hierarquização social de onde teriam surgido as primeiras elites associadas à exploração e circulação de recursos minerais, ligadas a influências mediterrânicas e atlânticas, apesar de considerar um grande peso do substracto cultural anterior.

Meijide Cameselle (1994) efectua uma síntese deste período que consideramos pobre, sendo o seu maior contributo a defesa da coexistência de rituais de inumação e incineração na mesma necrópole - Agro de Nogueira (*Id. ibidem*: 211-212), embora, quanto a nós, não apresente argumentos convincentes para colocar tal hipótese pois baseia-se apenas num fragmento cerâmico muito comum (o vaso de tipo taraio),



encontrado num túmulo, e na existência de situações similares na Europa atlântica, como a Irlanda para datar toda necrópole.

Em texto mais recente **R. Fábregas Valcarce** (1995) assume uma posição mais moderada em termos sociais. Relaciona este período (c. de 2300/2200 - 1600)<sup>15</sup> com uma diversidade tumular em termos arquitectónicos, rituais e de espólio, que explica, quer pela diferenciação social do defunto, quer pela diversidade de "...*tradiciones y estrategias de reproducción social en las distintas comunidades*" (*Id. ibidem*: 107). Defende, no entanto, que a desigualdade social é incipiente, embora existente num quadro de actividades masculinas, materializado pela presença de artefactos metálicos nos túmulos e nas gravuras rupestres, localizadas em áreas de grande domínio visual.

### Bronze Médio

Cabe a **M. Martins** (1990: 199-201)<sup>16</sup> a primeira síntese sobre este período dentro dos parâmetros da arqueologia social. A pesar dos dados escassos, a autora baseia-se na descontinuidade entre povoados que atribui ao Calcolítico Final/Bronze Inicial e os do Bronze Final, para colocar a hipótese de que durante este período teriam existido comunidades que viveriam em pequenos povoados pouco perceptíveis na paisagem com grande mobilidade, relacionada com uma economia de autoconsumo, de carácter misto. A par destas comunidades teriam surgido outras mais complexas do ponto de vista económico-social, o que se infere pela metalurgia do bronze e pela presença de *itens* exóticos. Esta autora assinala um momento de viragem na interpretação dos dados deste período, afastando-se das fastidiosas descrições artefactuais para tentar uma interpretação de ordem socio-económica.

Se a **M. Martins** coube o mérito do primeiro corte epistemológico com o modo tradicional de apreender o registo arqueológico deste período, é a **S. Jorge** (1988c: 92-94; 1990: 225-226, 228-231) que se deve a primeira grande narrativa socio-económica

---

<sup>15</sup>-Este autor utiliza datas calibradas.

<sup>16</sup>-Trabalho escrito em 1987, mas só publicado em 1990.

que sobre ele se efectua, numa inspiração clara da Arqueologia Social. Apesar de contar apenas com artefactos metálicos descontextualizados, admite a pervivência formal de objectos da fase anterior e considera este período uma etapa de inovações que, num processo gradual e lento, estaria na base das sociedades subsequentes. Para tal baseia-se na presença de alguns objectos de cobre de influência argárica, que traduzem contactos com o mundo meridional, na adopção da metalúrgica do bronze e no aparecimento de "depósitos" ou "tesouros", por vezes em ouro, de inspiração atlântica. A introdução da metalurgia, que pressupõe a exploração de jazidas de estanho; o fabrico de artefactos; a distribuição de matéria prima; o abastecimento de cobre e o controlo destas actividades "*...por parte de algumas comunidades*" levaria à inclusão do Norte de Portugal numa rede supra-regional de intercâmbios de matérias-primas e objectos metálicos de maior complexidade do que na etapa anterior, o que aproximaria esta fase das sociedades do Bronze Final.

Explica a ausência de tumulações pela hipotética alteração dos indicadores de poder, que já não se materializariam nos enterramentos, mas nos depósitos metálicos e na "manutenção e ampliação" dos locais de culto (gravuras rupestres "galego-portuguesas"). Neste sentido, os túmulos e os povoados, não sendo referências de poder, seriam muito difíceis de detectar na paisagem, devido à precaridade dos materiais usados na sua construção e à pobreza material.

Em 1996, S. Jorge chama a atenção para a ocorrência de um maior número de dados para este período, nomeadamente túmulos e povoados, ainda que escassos.

M. Ruíz-Gálvez Priego (1993) e R. Fábregas Valcarce & M. Ruíz-Gálvez Priego (1994) associam a este período um aumento da instabilidade social e de uma grande mobilidade das populações, que por motivos técnicos ligados com a incapacidade de tornar os solos produtivos durante muito tempo, teriam uma economia itinerante à semelhança do praticado no Bronze Inicial. O desconhecimento de povoados atribuíveis a este período e a escassez de tumulações leva-os a considerar este momento como de recessão socio-económica face ao anterior.

M. Calado (1993) atribui ao Bronze Médio (1500-1200 a. C.) sociedades que se caracterizam por um fenómeno de retracção económica e social onde dominariam os povoados abertos e dispersos. Estas características explicam-se por um eventual decréscimo populacional (*Id. ibidem*: 329-330, 350) que se inserem no determinismo demográfico da Nova Arqueologia funcionalista.

R. Fábregas Valcarce (1995) e R. Fábregas Valcarce & R. Bradley (1995) reformulam a tese da recessão económica durante o II milénio, considerando o Bronze Médio como um período de "(r)evolución silenciosa", marcado por uma gradual desflorestação e uma progressiva antropização do território, evidenciada pelo registo polínico; por um incremento da pastorícia; pela estabilização do regime agro-pastoril; por inovações tecnológicas (generalização do bronze de estanho) e artefactuais (machados de tipo Barcelos, espadas). Em termos socio-económicos R. Fábregas Valcarce (1995: 110) defende uma alteração em relação ao período anterior "... *que conlleva una tendencia hacia la fragmentación del hábitat, adaptándose a la constitución de unidades sociales de menor tamaño...*". No que respeita ao ritual funerário defendem a diversidade de rituais e de túmulos, embora menos visíveis arquitectonicamente e mais pobres artefactualmente do que no período anterior. Com algumas reservas põe a hipótese de que, a partir dos meados do II milénio AC e até ao Bronze Final, devido a modificações ideológicas, se teria procedido à deslocação dos rituais funerários para meios fluviais, o que explicaria o aparecimento de objectos metálicos nesse contexto (FABREGAS *et al* 1995:160). De qualquer modo, reconhece-se que a existência de áreas em meios aquáticos poderá derivar de outras motivações, como a valorização "comercial" e política dos rios como vias estratégicas de penetração e circulação (FABREGAS 1995:113-114).

### O Bronze Final

Uma maior particularização das opiniões de M. Martins (1990=1987) e S. Jorge (1988c: 95-105, 1990: 231, 244-251) impõe-se por terem sido as primeiras que

assumiram uma mudança de perspectiva cognitiva na interpretação dos dados relativos à região Norte e pela influência que vão ter em trabalhos posteriores.

**M. Martins** (1990=1987), em relação à organização socio-económica defende a existência de diferentes unidades sociopolíticas, hierarquizadas entre si, mas ligadas por fenómenos de interdependência, resultantes da inclusão do Norte de Portugal no intercâmbio supra-regional de artefactos metálicos ou minérios, com outras comunidades atlânticas. Nalgumas zonas teriam emergido chefes, representantes de um poder centralizado, cujo prestígio se valorizaria através de artefactos exóticos e jóias. Estes chefes estariam ligados ao controlo e circulação de matérias-primas e de objectos metálicos. Ao analisar a distribuição de artefactos de ouro, a autora conclui que estes se acumulam nas bacias do Ave e Tâmega, o que poderá estar relacionado com a existência, nesses locais, de comunidades socio-económicas mais complexas e centralizadas, controladoras da exploração, manufactura ou circulação de recursos mineiros a nível inter e supra-regional. Os diferentes padrões de povoamento, registados neste período: povoados fortificados e abertos, parecem associar-se a distintas tradições materiais e económicas, podendo relacionar-se com as assimetrias de desenvolvimento das diferentes unidades sociopolíticas. M. Martins considera que nos povoados fortificados, fenómeno que se generaliza nos inícios do I milénio a.C. (*Id. ibidem*: 202), ou nos que dispunham de condições naturais de defesa, em posição de controlo das grandes vias de circulação, ter-se-ão estabelecido comunidades responsáveis por actividades metalúrgicas importantes, enquanto que os povoados abertos continuariam a estar vocacionados para a actividade agrícola, atendendo ao facto de ser improvável que todas as comunidades do Noroeste fossem influenciadas pelo intercâmbio da metalurgia do bronze, ou tocadas com a mesma intensidade. Com este trabalho chama-se a atenção, pela primeira vez, para as assimetrias de desenvolvimento no Bronze Final; para a emergência dos povoados fortificados na Idade do Bronze e para o facto destes não resultarem de fenómenos migracionistas ou de comunidades em estado de guerra endémico. A autora, afastando-se das explicações difusionistas que proliferavam para este período explica este

fenómeno através de mecanismos endógenos, ocorridos nos finais da Idade do Bronze e que se relacionariam com o aumento da instabilidade provocada pelo "conflito" entre algumas comunidades que exerciam o controlo da exploração das jazidas mineiras, dos corredores de circulação do metal ou dos produtos acabados e outras comunidades mais interessadas na manutenção e posse da terra. Os povoados fortificados seriam, assim, reflexo do conflito pelo controlo político e territorial por parte de comunidades mais desenvolvidas e inseridas em mecanismos de intercâmbio de âmbito atlântico.

S. Jorge na primeira obra publicada em (1988c: 95-105) subdivide o Bronze Final em três etapas, mas, posteriormente (1990: 231, 244-251), vai reduzi-las para duas: a primeira entre 1250-1000 a. C. e a segunda entre 1000/900 a 700 a.C. tentando uma caracterização de âmbito socio-económico para cada uma delas.

Na primeira etapa integra vários acontecimentos que enumeramos: o momento da emergência ou incremento das condições que levarão à instabilidade social da fase seguinte; um incremento, ainda que incipiente, da manufactura e circulação de espólio metálico em bronze e ouro, este último do tipo "Villena-Estremoz"; uma influência forânea de origem mesetenha e mediterrânica ténue; uma intensificação económica baseada na especialização agro-pastoril, capaz de abastecer de forma auto-suficiente a comunidade; um povoamento ainda disperso e sem características de defesa na paisagem, embora não exclua a possibilidade de uma *"organização habitacional quiçá hierarquizada"*, em alguns locais, nos finais desta etapa, e uma fraca competição social, onde as novas elites estariam ligadas ao controlo da terra, das vias de circulação e intercâmbio do metal, bem como à produção dos bens de subsistência.

A segunda etapa, de maior instabilidade social, é caracterizada por um incremento em número e diversidade da produção e circulação de objectos em bronze e ouro, de grande influência mediterrânica. Surge uma nova estratégia de povoamento, com a emergência dos primeiros povoados alcantilados com defesas naturais ou artificiais, pautados pela complexificação dos contactos supra-regionais à escala europeia onde o Norte se integra nos circuitos atlânticos, mas com um forte incremento

mediterrânico, através dos quais poderão ter entrado rituais e usos e da Europa Central. Estes povoados seriam, contudo, sincrónicos de outros abertos, de tradição anterior.

Estas alterações são vistas como representativas de hipotéticos sistemas de hierarquia de povoamento no seio dos quais se desenvolveriam povoados com funções diversificadas, sendo os povoados fortificados eventuais "habitats centrais" controladores da manufactura e circulação metálica, dos bens de subsistência e da sua redistribuição, assim como do intercâmbio à distância. Seriam assim prováveis "unidades sociopolíticas" regionais ou "centros de poder pré-estatal", cujos chefes teriam uma liderança fortemente individualizada, por vezes de carácter teocrático.

As assimetrias de poder entre diversas unidades sociopolíticas e a instabilidade social generalizada, explicável pela necessidade de conquista de mercados receptores da produção metalúrgica (antes da chegada dos fenícios), poderá explicar o fenómeno da fortificação. Em 1996, S. Jorge (1996) já admite que a fortificação dos povoados se poderá relacionar, em última instância, com um fenómeno abrangente de territorialização, ou seja, da materialização de sistemas de ocupação e percepção do território, totalmente novos.

A existência de uma hierarquia social da qual teriam saído elites, poderá sustentar-se pelas estátuas-menires, vistas como símbolos do poder, entidades divinas ou divinizadas, ou como representação de chefes glorificados (JORGE 1990: 248).

A autora termina elaborando um quadro de questões referentes à procura de especificidades regionais; à compreensão dos processos desempenhados por essas áreas no âmbito das relações supra-regionais; ao modo como se teriam processado a entrada de diferentes influências no Norte de Portugal e à forma como cada comunidade assimilou as novidades.

Salienta, ainda, que a pretensa unidade material, transmitida pela grande circulação de *itens* de valor, esconde as especificidades de diferentes comunidades (JORGE 1988c; 1990) e, em particular, dos sistemas sociais e cognitivos que os integram (JORGE 1996), que só poderiam ser clarificadas por trabalhos de investigação de âmbito regional, sobre os sistemas de povoamento, formas de necropolização,

estruturas económicas ou sociais, bem como dos "padrões de vida" de cada área (JORGE 1988c e 1990).

Numa tónica algo distinta surgiram os trabalhos de M. Ruíz-Gálvez Priego (1990, 1991, 1993) que admitem também diferentes padrões de povoamento no Bronze Final. Esta autora considera que os povoados abertos seriam representativos de um modo de vida não sedentário, associados a uma economia itinerante enquanto que os povoados de altura, sedentários, com artefactos metálicos (armas, adornos e utensílios) relacionar-se-iam com determinados usos no vestuário assim como com rituais comunitários varonis, que seguiriam os padrões comuns da Europa ocidental. A existência desses varões, explicar-se-ia por factores multicausais, como a intensificação e estabilidade agrária em bons solos agrícolas; um maior controlo dos recursos de estanho e das grandes vias de circulação do intercâmbio supra-regional.

A sedentarização estaria ligada a uma economia agro-pastoril complexa, pautada por uma agricultura rotativa de cereais e leguminosas, por uma nova visão do espaço, com apropriação e parcelamento de terras, introdução de novas plantas (favas) e de estímulo externos.

A partir dos trabalhos destas autoras (MARTINS 1990=1987; JORGE 1988c, 1990; RUÍZ-GÁLVEZ PRIEGO 1990, 1991), que representam um corte epistemológico com a tradição histórico-culturalista, pela aplicação de influências e conceitos operatórios da Arqueologia Social, as obras futuras pautar-se-ão, de um modo geral, por serem pouco inovadoras. Caem no que designámos por "discurso de recorrência" repetindo sistematicamente algumas hipóteses já elaboradas, apenas com pequenas *nuances*.

É o caso de C. Fabião (1992) que ao dissertar sobre o Bronze Final do Norte de Portugal aceita genericamente o mesmo tipo de organização de povoamento, acrescentando, apenas, que os povoados com defesas artificiais são indicadores de sedentarização e os abertos, sem tradição anterior no Noroeste e de tradição mesetenha (*Id. ibidem*: 84-86), indicam uma ocupação sazonal, aproximando-se das ideias defendidas por M. Ruíz-Gálvez Priego (1990, 1991, 1993).

Explica esta dicotomia de povoamento (mesmo em locais onde ambos se manifestam), através de três hipóteses. Numa, defende que, apesar da contemporaneidade, cada sistema de assentamento se dedicaria à exploração de recursos diferenciados, permitindo uma coexistência pacífica, numa tónica distinta das interpretações de S. Jorge (1988c e 1990). Noutra, os dois tipos de povoados seriam manifestação de uma hierarquia de povoamento onde se inscreveriam *habitats* de vocação diferenciada (no seguimento daquela autora) e, uma terceira, que considera mais aceitável, em que os povoados abertos seriam manifestação de actividades específicas e sazonais praticadas por populações dos povoados alcantilados. O povoamento seria denso e disperso, o que para o autor traduziria um aumento populacional expressivo. Caracteriza o sistema económico deste período, por uma produção excedentária, uma especialização de alguns produtos manufacturados e um sistema redistributivo (*Id. ibidem*: 90). Em relação à organização social admite hierarquização vertical com a figura de um chefe controlador das actividades produtivas e sua redistribuição, a coordenação dos intercâmbios supra-regionais e das obras de carácter público de que são exemplo as estruturas defensivas. Admite também a existência de artífices especializados, parcial ou exclusivamente ausentes da produção de alimentos. Em suma, comunidades com "crescente complexificação social" e centralização do poder, em que este se expressaria por alguns símbolos (estátuas-menires, armas, adornos), segundo o modelo de S. Jorge.

O aspecto mais relevante deste trabalho é o facto de o autor admitir que tais explicações correspondem apenas a um modelo teórico da arqueologia antropológica, pois os dados arqueológicos apenas sugerem que "...o processo de diferenciação social em curso durante o Bronze Final, no Noroeste, deveria ser pouco significativo..." e reconhecer que imediatamente antes da conquista romana a região parecia acusar "...arreigados sentimentos comunitários, de feição arcaizante..." (*Id. ibidem*: 92).

J. Alarcão (1992) ao expor algumas ideias sobre a primeira etapa da "cultura castreja", que inclui no Bronze Final, defende uma organização sociopolítica caracterizada por sociedades hierarquizadas, onde os chefes assentariam o seu poder, não pela posse e competição pela terra, mas na capacidade de organizar a produção, a



circulação e redes de troca de artefactos de bronze (*Id. ibidem*: 47). Sendo esta posição já conhecida, a tónica está na explicação monocausal adoptada e numa certa aplicação de conceitos de influência marxista na descrição da organização social, ao preconizar que a especialização de algumas funções poderia ter levado a uma "divisão social do trabalho", onde a par dos chefes existiriam "metalurgistas", "comerciantes" e, eventualmente oleiros para manufatura de louça fina (*Id. ibidem*: 48).

A. Peña Santos (1992) afasta-se dos modelos normalmente preconizados para o Norte de Portugal ao considerar para o Bronze Final da Galiza a existência apenas de povoados de vertente, sem estruturas defensivas, reflexo da longa pervivência de uma economia itinerante, de base agrícola pouco desenvolvida. Para o autor os primeiros povoados sedentários seriam já dos inícios da Idade do Ferro e posteriores ao séc. VIII a.C.

Numa perspectiva algo semelhante F. Méndez Fernández (1993) a partir de um trabalho que tinha como objectivo determinar os padrões de povoamento das comunidades da Idade do Bronze da serra de O Bocelo conclui que só a partir da Idade do Ferro se verificará uma agricultura de lavradio permanente, associada a um povoamento sedentário. Assim, as comunidades anteriores dedicar-se-iam a um tipo de economia onde estava presente uma agricultura de roça já desenvolvida, fazendo uso do arado e do esterco animal como técnica de adubagem. Estes dois factores permitiriam uma maior rentabilização de terrenos de monte, que poderiam produzir durante duas ou três temporadas. Este fenómeno estaria associado a ocupações não sedentárias, em pequenas bacias de recepção e perto de lameiros, proporcionando bom pasto para o gado bovino (o maior produtor de estrume) durante o período estival. O autor considera, também, que as estruturas encontradas (em materiais perecíveis) seriam reflexo de *habitats* não permanentes.

A. C. Silva *et al* (1993) considera que durante o Bronze Final se verificaram importantes transformações económicas, como a generalização de um sistema agro-silvo-pastoril, da exploração e fabrico de objectos de bronze e ouro e de um modelo de povoamento hierarquizado, onde os povoados de altura, fortificados, controladores das

bacias fluviais, da exploração e circulação dos recursos minerais e da terra se associariam a "chefaturas militares". Embora coetâneos destes, os povoados abertos neste período encontravam-se já em declínio.

Para M. Calado (1993) apenas no Bronze Final se verificam grandes alterações de foro político, social e ideológico. Em termos sociais dá-se um aumento da complexificação e hierarquização social, onde elites guerreiras, eventualmente hereditárias, manteriam o poder com base em suportes religiosos. As estátuas-menires deste período, ou já da Idade do Ferro, representariam estas personagens importantes, como factor de memória a preservar. Às elites caberiam decisões de foro político, militar, religioso, e o controlo dos excedentes de produção, dos recursos mineiros e do "comércio" (*Id. ibidem*: 336-337). Esta interpretação do registo arqueológico passa pela existência de um novo sistema de povoamento hierarquizado e especializado onde não faltariam os povoados centrais, localizados em altura e os abertos, com profusão de fossas de armazenagem e ligados às actividades agro-pastoris (*Id. ibidem*: 350). Para o autor o sistema económico não parece sofrer grandes alterações desde os inícios da Idade do Bronze, mas aceita a concepção da "Revolução dos Produtos Secundários" que, emergindo no Calcolítico, se desenvolveria com o uso do carro e do arado de forma mais sistemática no Bronze Final provocando excedentes de produção e uma consequente especialização do trabalho (*Id. ibidem*: 345).

Como se pode constatar este autor repete de forma acrítica os modelos anteriores, mas distinguindo-se, contudo, pela explicação das mutações segundo uma perspectiva neodifusionista, com recurso a movimentos populacionais (reposição da ideia de migrações dos povos dos "Campos de Urnas") e a intensos contactos com áreas atlânticas e mediterrânicas.

Meijide Cameselle (1994:209-223) efectua um trabalho muito arqueográfico, mas defende a posição de M. Ruíz-Gálvez Priego (1993) de que os objectos metálicos, com paralelos entre as diferentes regiões, são representativos de uma esfera ideológica comum. Fala de uma "koiné cultural" e de um eventual substracto linguístico comum. A

ausência de tumulações para o Bronze Final, em todas as regiões atlânticas, constituiria, igualmente, um traço comum do comportamento ritual, entre diferentes áreas.

A explosão de sínteses que se verificou sobre a Idade do Bronze, baseadas num fundo teórico similar e com recurso a dados já publicados, conduziram a uma tendência uniformizadora do discurso arqueológico para este período, sobretudo para os finais da Idade do Bronze, como acentuou S. Jorge (1995) ao discutir a "*operacionalidade da actual investigação arqueológica portuguesa*". Com pequenas *nuances* repete-se uma pré-história cujos principais intervenientes são "elites", "varões" "chefes", "vassalos" e senhores de "chefados" que comandam a partir dos seus "povoados centrais" uma "sociedade hierarquizada" afirmando-se socialmente pela ostentação de *itens* exóticos (armas, jóias, etc.) o que nos parece, em última análise, o resultado de uma importação acrítica de modelos forâneos, principalmente o de chefado.

Como acentua T. Hjorungdal (1995: 24) este modelo foi construído com base em estereótipos masculinos, como a presunção de que as relações entre homem/mulher eram assimétricas e de que os artefactos pertenciam a géneros concretos. Assim, as armas, os objectos do domínio público ou associados a eventos da esfera social, seriam masculinos, enquanto que os achados da esfera doméstica, privada e invisível pertenceriam a elementos femininos. Temos pois a sensação de que a Idade do Bronze peninsular se encontra "submetida" a um tipo de narrativa masculina<sup>17</sup>, elaborada por uma elite académica, com meios institucionais capazes de rapidamente divulgarem e afirmarem as suas ideias no contexto científico europeu. A visão masculina que parece dominar a arqueologia do Noroeste, deve-se, quanto a nós, ao recente desempenho das mulheres na investigação e à falta de interesse por questões epistemológicas ligadas a problemas feministas<sup>18</sup>. A importação acrítica de modelos que quando aplicados à arqueologia do Noroeste, levou a interpretações, *quicá* desfasadas dos dados

---

<sup>17</sup>-Acerca desta problemática consultar L. Embree (1992: 41-50).

<sup>18</sup>-O papel das mulheres na arqueologia portuguesa encontra-se sistematizado num trabalho de V. Jorge & S. Jorge (1996b).

arqueológicos que pretensamente as sustentavam decorre, segundo cremos, da exiguidade de trabalhos teóricos na arqueologia galega e portuguesa e do divórcio quase completo entre a Arqueologia, a Antropologia e a História Local destas regiões.

É notória a especial atenção que todos os autores dão a factores económicos na explicação dos padrões de povoamento e da organização social e como as diferentes práticas socio-rituais se têm interpretado como mecanismos de legitimação do poder, numa manifesta influência da ideologia marxista. Começa, também, a transparecer, em algumas abordagens, um interesse por aspectos rituais e simbólicos das sociedades, numa perspectiva processual cognitiva.

### Inícios da Idade do Ferro (3ª etapa)

Apesar de muitos autores reconhecerem que a investigação sobre este período é ainda incipiente, estando as questões levantadas longe de resolução, quer em termos culturais, quer cronológicos, têm-se ensaiado, nos últimos anos, algumas propostas de interpretação para os dados existentes, atendendo à premissa de que o conhecimento não é apenas cumulativo mas explicativo no quadro de vários processos cognitivos da arqueologia.

M. Martins (1990: 135,142, 189; 1994, 1996) procura mecanismos de carácter interno<sup>19</sup> para explicar a etapa de transição da Idade do Bronze para a Idade do Ferro, que considera de recessão ou de involução e que situa entre os séc. VII e VI a. C.

Em relação às premissas, preconizadas pelos linguistas para o Noroeste, de que esta etapa se deveria atribuir à indo-europeização e à celtização, a autora, baseada na análise do registo arqueológico "*...não regista descontinuidades nem culturais, nem de povoamento, que justifiquem sustentar tal interpretação*", defendendo que a "indo-

---

<sup>19</sup>-A admissibilidade da emergência da Idade do Ferro de forma endógena foi também manifestada por muitos outros autores, embora as balizas cronológicas variem (RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1987:261; CARBALHO ARCEO 1989, 1990; QUEIROGA 1992; REY CASTIÑEIRA 1990/1991: 157; 1993: 166; FABREGAS VALCARCE *et al* 1994; MEIJIDE CAMESELLE 1994: 199).

europização" desta região, se deverá encarar como um fenómeno endógeno de longuíssima duração, que teria ocorrido desde a pré-história até aos finais da Idade do Bronze e da Idade do Ferro, por contacto com áreas mediterrânicas e atlânticas, através dos quais circulariam matérias-primas, artefactos, técnicas, ideias, usos, costumes e expressões linguísticas que facilitaríamos esses contactos. Preconiza para esta fase de transição alterações de âmbito social (desaparecimento da integração política que caracterizava a fase anterior); económico (desarticulação dos mecanismos de exploração e produção metalúrgica, escassez de produtos forâneos, comprovativos da diminuição do intercâmbio supra-regionais e retracção agrícola); material (empobrecimento gradual da cultura material, enfraquecimento ou colapso da metalurgia do bronze e o fim da cerâmica fina do Bronze Final), povoamento (desaparecimento dos povoados abertos e predomínio por povoados de altura ou fortificados, estes últimos que se tornarão exclusivos da Idade do Ferro). Estas alterações estariam relacionadas com a diminuição do fluxo de cobre ao Noroeste, motivada pela instalação definitiva dos Fenícios no Sul peninsular e pelo eventual esgotamento de solos agrícolas, motivadas pela intensa desflorestação das áreas circundantes dos povoados.

A instabilidade provocada pela "*ruptura do equilíbrio anterior*" teria levado a uma maior competição pela terra e seus recursos e criado a necessidade da delimitação mais visível do espaço habitacional.

J. Alarcão (1992: 52-53, 1996: 22, 25) que aceita a involução da complexidade social a partir do séc. VII a. C., perceptível no desaparecimento das tradicionais redes de circulação do bronze, no colapso desta metalurgia, na redução da joalheria e no desaparecimento de formas de olaria fina, típicas da Idade do Bronze, discorda, no entanto, dos factores explicativos apresentados por M. Martins. Para este autor (1992) o agente determinante da involução poderá ter sido a introdução da siderurgia do ferro no Sul peninsular. Ao colocar a hipótese de invasões no Noroeste no séc. IV ou na segunda metade do séc. III a. C., assume, igualmente um postura endogenista em relação à emergência da Idade do Ferro.

Contrariamente, **A. de la Peña Santos** (1992: 377 esegs.) que coloca o período de transição entre os séculos VIII e V a.C., considera-o de grandes alterações a vários níveis, embora não esqueça as assimetrias de desenvolvimento regional. As alterações verificar-se-iam ao nível económico (substituição de uma agricultura itinerante por uma estável e excedentária, incremento da metalurgia do bronze, manutenção dos intercâmbios supra-regionais com áreas atlânticas, continentais e maior abertura ao mundo mediterrânico), social (existência de uma sociedade estratificada, cujas elites assentavam o seu poder no controlo da produção e intercâmbio de artefactos e matérias-primas metálicas) e no povoamento (aparecimento dos povoados sedentários fortificados, cuja fixação sistemática só se teria verificado no séc. V a.C.).

Explica estas alterações pelas alterações climáticas, pelo contacto das comunidades indígenas com novos circuitos supra-regionais, criados pelo estabelecimento dos Fenícios no Sul da Península e pela introdução de novidades tecnológicas. O fenómeno da fortificação é visto como factor revelador de estabilidade, de poder económico e como mecanismo de prevenção e de prestígio. O autor termina este trabalho dizendo que a aplicação do modelo que usou está longe de poder comprovar-se.

**F. Calo Lourido** (1993) que aceita as origens da Idade do Ferro nos finais da Idade do Bronze defende que o início deste período, que denomina de "Cultura Castreja", se terá verificado pelo séc. V a. C. resultante de fortes influências externas (centro-europeias e mediterrânicas) sobre o substracto indígena e de alterações climáticas (aumento da temperatura e da pluviosidade). Segundo o autor as estratégias de ocupação do território, para o interior e de povoamento, em zonas altas, estariam relacionadas com o aumento substancial do bosque nas zonas de vale, o que também teria favorecido uma agricultura de meia encosta ou no alto de outeiros, onde os solos, menos pesados e húmidos, se adequavam melhor à tecnologia disponível (enxada). Este período estaria relacionado com a expansão da agricultura e de novas áreas arroteadas, embora com a pervivência de uma importante componente pastoril. Em termos de

organização social o autor defende um regime igualitário, criticando as posições que defendem a existência de elites guerreiras.

Para os inícios da Idade do Ferro o estado dos conhecimentos, ainda embrionário e acusando a falta de projectos de investigação que privilegiem esta fase, tem suscitado poucas sínteses no âmbito do paradigma da arqueologia antropológica ou social, o que torna mais difícil identificar eventuais tendências. Mesmo assim, os trabalhos existentes parecem acusar duas posturas distintas: uma caracterizadora desta fase como de decadência em face da organização socio-económica anterior (MARTINS 1990; 1993/1994, 1994, 1996; ALARCÃO 1992, 1996) e outra que faz corresponder a este período um modelo socio-económico semelhante ao dos finais da Idade do Bronze definidos para o Norte de Portugal (PEÑA SANTOS 1992). De forma implícita parece-nos que F. Calo Lourido (1993) também aceita uma certa intensificação económica para este período. Com excepção deste último autor, quer se fale de decadência ou de manutenção das características anteriores, parece dominar a aceitação da ideologia masculina do poder, nas explicações encontradas.

## **1.2. O quadro das questões**

Feita uma sinopse crítica dos conhecimentos relativos à Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro do Noroeste, onde referimos as diferentes posições teóricas assumidas até aos meados dos anos 90, pareceu-nos oportuno questionar algumas premissas orientadoras de diversos trabalhos e retomar algumas discussões, ainda em aberto.

### **1.2.1. Questões de periodização e taxonomia**

- Uma questão pertinente é a da validade de uma **divisão tripartida para a Idade do Bronze do Noroeste peninsular**, largamente aceite. Desde a sua adopção por

J. Hatt (1958; 1961)<sup>20</sup> para a Idade do Bronze francesa foi importada para o Noroeste Peninsular, embora, por vezes, matizada com outras terminologias ou cronologias.

Uma exposição exaustiva dos variadíssimos esquemas cronológicos propostos para este período, bem como dos critérios que os corporizaram, tornaria este capítulo demasiado fastidioso pelo que optámos por uma apresentação esquemática, em tabela anexa.

Nesta tabela verifica-se que a maioria dos investigadores têm dado grande relevância aos artefactos metálicos, em cobre, bronze ou ouro. Ora estes artefactos não representam mais do que um fenómeno de excepção, na panóplia de objectos das comunidades que habitaram o Noroeste Peninsular, durante o que se convencionou designar por Idade do Bronze. O seu número global, por muito impressionante que seja, é sempre escasso para os cerca de dois mil anos em que ela decorre e para uma área geográfica tão vasta. Convém ainda destacar que a maioria dos achados metálicos usados como indicadores de etapas cronológicas, por vezes, extremamente precisas, foram encontrados descontextualizados, pelo que a sua datação se efectuou com base em paralelos com outras regiões europeias, onde por sua vez, alguns destes objectos, também não se encontravam bem contextualizados cronológica e culturalmente.

Ainda em desfavor deste critério, lembramos que dado o peculiar carácter ritual ou de excepção que se lhes atribui, muitos destes artefactos tiveram uma longa pervivência, pelo que não poderão ser olhados como fósseis directores. É com um certo espanto que vemos A. C. Silva *et al* (1993: 265) defender que os "*...machados de talão são o produto mais característico do Bronze Final Atlântico do foco metalúrgico do Noroeste peninsular, de que justamente são considerados seu fóssil director*".

Parece-nos importante referir ainda outras duas questões: a primeira, é de que a mudança tecnológica nem sempre atinge o todo social, pois os mecanismos de adopção das novidades processam-se de modo complexo, vertical e com temporalidades e

---

<sup>20</sup>-Este autor defende um Bronze Antigo entre 1800-1500 a. C., um Bronze Médio entre 1500-1200 a. C. e um Bronze Final entre 1200-700 a. C. O último período foi ainda subdividido em Bronze Final I (1250-1150 a. C.), Bronze Final IIa (1150-1050 a. C.), Bronze Final IIb (1050-950 a. C.), Bronze Final IIIa (950-850 a. C.), Bronze Final IIIb (850-725 a. C.).



significados distintos, dependentes de quem as adquire, mesmo dentro de uma região; a segunda relaciona-se com o facto de que a inovação tecnológica não implica necessariamente mutações estruturais a nível socio-económico e cultural.

Assim procurou-se uma nova definição de etapas culturais, baseada em critérios de ordem social, económica, ideológica e ritual (MARTINS 1990; JORGE 1988c, 1990, RUÍZ-GÁLVEZ PRIEGO 1995). A consciência de que esses processos se desenvolvem a diferentes temporalidades torna difícil aceitar, sem algumas reservas, que com base neles, se possa proceder a determinadas periodizações. Surge então a dúvida, sobre como reconhecer, através do registo arqueológico, alterações que permitam a identificação e individualização dessas etapas e que combinatórias de variantes privilegiar.

As periodizações gerais são pois difíceis de estabelecer e de manter e mesmo que queiramos adoptar qualquer uma delas por comodidade científica, como signo discursivo mais facilmente inteligível, ou como meio consciente de evitar uma discussão assaz incómoda, não podemos alienar-nos do seu carácter apenas classificativo, arrumador, e simultaneamente redutor, do espírito humano ocidental.

Tendo em atenção as questões levantadas conclui-se que a divisão tripartida da Idade do Bronze peninsular e em particular do Noroeste, resulta de uma tradição histórica de fazer arqueologia, baseada no paradigma epistemológico de carácter evolucionista que, esquecendo frequentemente assimetrias de desenvolvimento, parte de uma homogeneidade material e cultural para cada fase cronológico-cultural estabelecida. Mesmo tendo consciência desses factos não é fácil libertarmo-nos do peso institucional que representam. A este propósito gostaríamos de referir A. C. Silva *et al* (1993: 241) que numa síntese sobre a Idade do Bronze do Norte de Portugal, admite a escassez de dados para efectuar uma sequência cultural consistente para este período, mas acaba por utilizar a divisão tripartida de inspiração francesa, proposta por Hatt, subdividindo a última etapa, o Bronze Final, em duas fases, seguindo as propostas de S. Jorge (1988c; 1990).

Ao admitirmos que não dispomos de resposta para muitas das questões aqui levantadas, nem de dados arqueológicos para criar etapas de desenvolvimento dentro do período que se convencionou chamar de Idade do Bronze do Noroeste, não nos parece operativo o uso das terminologias e das periodizações globalizantes que tem sido efectuadas para a totalidade da região tal como já defendemos anteriormente (BETTENCOURT 1995a; 1995d; 1996). Tentaremos, apenas, uma sequência cultural para a bacia do Cávado que, de futura, e em conjugação com outras sequências de sub-regiões particulares, poderá levar á criação de novas taxonomias e periodizações para o Noroeste.

## IDADE DO BRONZE: TABELA CRONOLÓGICA

AUTOR	TERMINOLOGIA	PERIODIZAÇÃO	CRITÉRIOS
Bosch-Gimpera (1932)	Bronze Levantino / El Argar	2500 - 1400 a.C.	Tipologia (artefactos metálicos)
	Bronze do Noroeste	1200 - 1000/900 a.C.	
Santa Olalla (1941)	Bronze Mediterrânico I	2000 - 1700 a.C.	Tipologia (artefactos metálicos)
	Bronze Mediterrânico II	1500 - 1200 a.C.	
	Bronze Atlântico III	1200 - 900 a.C.	
	Bronze Atlântico IV	900 - 650 a.C.	
E. MacWhite (1951)	Bronze II / Proto-Atlântico	1700 - 1200 a.C.	Tipologia (artefactos metálicos)
	Bronze Atlântico III	1200 - 800 a.C.	
	Bronze Atlântico IV	800 - 400 a.C.	
H. Savory (1949, 1968)	Bronze Atlântico	600 - 200/100 a.C.	Mudanças sepulcrais Tipologia (artefactos metálicos e cerâmicos)
R. Harrison (1974a; 1974b)	Bronze Inicial (Gr. Intermédio)	(?) - 1750/1700 a.C.	Tipologia (artefactos metálicos e cerâmicos)
	Bronze Inicial (Gr. Montelavar)	1750/1700 - 1500/1400 a.C.	
M. Almagro Gorbea (1977)	Bronze Médio	1500 - 1300 a.C.	Tipologia (artefactos metálicos)
	Bronze Final I	1300 - 1150 a.C.	
	Bronze Final II	1150 - 900 a.C.	Tecnologia
	Bronze Final III	900 - 700 a.C.	
Ruíz-Gálvez Priego (1979)	Bronze Inicial (Formação)	1800 - 1700 a.C.	Tipologia (artefactos metálicos)
	Bronze Inicial (Desenvolvimento)	1750/1700 - 1600 a.C.	
	Bronze Inicial (Transição)	1600 - 1500 a.C.	
	Bronze Pleno	1500 - 1300 a.C.	
Ruíz-Gálvez Priego (1984)	Bronze Antigo I	1850 - 1750 a.C.	Tipologia (artefactos metálicos) Tecnologia
	Bronze Antigo II	1750 - 1600 a.C.	
	Bronze Antigo III	1600 - 1500 a.C.	
	Bronze Médio	1500 - 1200 a.C.	
	Bronze Final I	1200 - 1000 a.C.	
	Bronze Final II	1000 - 900 a.C.	
	Bronze Final IIIa	900 - 800 a.C.	
Bronze Final IIIb	800 - 700 a.C.		
A. Coffyn (1985)	Bronze Antigo	2000 - 1800 a.C.	Tipologia (artefactos metálicos) Tecnologia
	Bronze Médio	1800 - 1200 a.C. (?)	
	Bronze Final I	1200 - 1050 a.C.	
	Bronze Final II	1050 - 900 a.C.	
M. Almagro Gorbea (1986)	Bronze Final I	1250 - 1150 a.C.	Tipologia (artefactos metálicos) Tecnologia
	Bronze Final II	1100 - 900 a.C.	
	Bronze Final III	900 - 850 a.C.	
	Bronze Final IV	800 - 750/700 a.C.	
	Bronze Final V	700 a.C. - (?)	
Ruíz-Gálvez Priego (1987)	Bronze Final III (fase 1)	séc. IX a.C.	Tipologia (artefactos metálicos) Tecnologia
	Bronze Final III (fase 2)	séc. VIII a.C.	
	Bronze Final III (fase 3)	2.ª metade séc. VIII a.C.	
S. Jorge (1988)	Bronze Inicial	1.ª metade do II milénio a.C.	Mudanças socio-económicas e da cultura material
	Bronze Médio	1600 - 1300 a.C.	
	Bronze Final I	1250/1200 - 1100 a.C.	
	Bronze Final II	1100 - 900 a.C.	
S. Jorge (1990)	Bronze Final III	900 - 700/600 a.C.	Mudanças socio-económicas rituais e da cultura material
	Bronze Inicial	1800/1700 - 1500 a.C.	
	Bronze Médio	1500 - 1200 a.C.	
Coffyn & Sion (1993)	Bronze Final I	1250 - 1000 a.C.	Tipologia (artefactos metálicos) Tecnologia
	Bronze Final II	1000/900 - 700 a.C.	
	Bronze Final I	1100 - 950 a.C.	
Ruíz-Gálvez Priego (1995)	Bronze Final I	950 - 750 a.C.	Mudanças socio-económicas e rituais Tipologia (artefactos metálicos)
	Bronze Final II	1250/1200 - 1100 AC	
	Bronze Final III	1100 - 940 AC	
		940 - 750 AC (Datas calibradas)	

## 1. 2. 2. Questões sobre o povoamento, economia e organização social

### 1.2.2.1. Bronze Inicial

- São pouco conhecidos os povoados deste período e os classificados como tal, foram-no com base em critérios tipológicos como a presença de cerâmica campaniforme (RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1991; 1993:12; FABREGAS VALCARCE *et al* 1994: 152-154), por vezes de temática Ciempozuelos (JORGE 1988c: 89) e de vestígios de fundição do cobre (FABREGAS VALCARCE *et al* 1994: 152-154). 9) e de vestígios de fundição do cobre (FABREGAS VALCARCE *et al* 1994: 152-154). Como excepção destacamos Castelo Velho e a 1ª fase da Bouça do Frade, datadas por radiocarbono (JORGE 1993; 1996).

Sem que tenhamos bases concretas para confirmar ou infirmar as classificações cronológico-culturais dos povoados apenas queremos lembrar a fragilidade da utilização da cerâmica campaniforme como critério de periodização. Hoje, a comunidade científica discute as balizas cronológicas desta cerâmica que eventualmente terá perdurado desde o 2º quartel/meados do III milénio AC até fases avançadas do II milénio AC (MARCEN *et alii* 1992; BOAST 1994; MENDEZ FERNANDEZ 1994<sup>21</sup>; SANCHES 1995b:157; 1997).

A presunção de que o estilo Ciempozuelos era mais recente do que o marítimo e o pontilhado geométrico, é igualmente questionável, pois estilos diferentes têm sido encontrados em simultâneo em contextos sepulcrais e domésticos.

O facto desta cerâmica ser conhecida também em contextos Calcolíticos e se assumir como um *item* de prestígio que poderá ter sido assimilada em diferentes cronologias por comunidades distintas desaconselha a sua utilização como critério cronológico ou fóssil director (SANCHES 1995b; BETTENCOURT *et al* 1998). A metalurgia do cobre também não pode constituir factor cronológico atendendo a que é

---

<sup>21</sup>-Este autor encontrou níveis com cerâmica campaniforme no povoado da A Lagoa, em contextos de 3030± 50 BP e 3140 ± 70 BP, bem como noutros de 3900±70 BP e 3800±30BP.

conhecida desde contextos Calcolíticos do Norte de Portugal (JORGE 1986; SANCHES 1997; BETTENCOURT *et al* 1998).

- Todos estes povoados, com estruturas perecíveis e localizados em zonas sem defesas naturais parecem representar um tipo de economia não sedentária, provavelmente associada ao desconhecimento de práticas de rotação agrícola, entre cereais e leguminosas, e à inexistência de técnicas de estrumagem adequadas às necessidades (RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1991; 1993:12; FABREGAS VALCARCE *et al*, 1994: 152-154). Esta hipótese foi importada directamente de modelos explicativos para o que ocorre no Sul de Inglaterra em data semelhante, pelo que a sua transposição para o Noroeste é perigosa e, de certo modo, pode traduzir uma forma acrítica de enquadrar os dados, esquecendo as tradições culturais e económicas vigentes na região, em períodos anteriores. Mas é em relação à caracterização da organização agrícola que colocamos um maior número de reservas. Se numa perspectiva de desenvolvimento assimétrico, a inexistência de uma agricultura rotativa se pode considerar para algumas zonas do Noroeste, não podemos generalizar este padrão a toda esta região, pautada por uma grande diversidade ecológica.

Os dados de que dispomos para o Calcolítico Final e inícios da Idade do Bronze do Norte de Portugal indiciam o conhecimento da fava, percentualmente bem representada no Buraco da Pala (Mirandela), em contextos desde a 1ª metade aos meados do III milénio AC (SANCHES *et alii* 1993: 188, 1995b: 81, 119-120) e no Castro de Palheiros (Murça), na 2ª metade do III milénio AC, em conjunto com a Ervilha e a *Brassica* (SANCHES 1996; BETTENCOURT *et al* 1998). Favas e *Brassicas* foram igualmente conhecidas na 1ª metade do II milénio AC no povoado da Sola (Braga), onde há também evidências de uma agricultura cerealífera. Estes dados traduzem o conhecimento e uso de várias leguminosas e da policultura na agricultura do Norte de Portugal, pelo menos, nalgumas regiões, pelo que o modelo proposto deverá ser visto em função de cada contexto específico.

- Os túmulos com espólio exótico (metálico ou cerâmico-campaniforme) e os depósitos em ouro, são explicados pela existência de uma sociedade com elites masculinas (JORGE 1988c:) inseridas em mecanismos de intercâmbios com outras elites da fachada atlântica, através dos quais circulariam objectos, conhecimentos e informações (JORGE 1988, 1990; RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1991; 1993:12; FABREGAS VALCARCE *et al* 1994: 152-154). As questões relacionadas com a estrutura social foram solucionadas tentando ajustar ao Noroeste um modelo importado, de carácter masculino, baseando-se em escassíssimas tumulações (inferior a duas dezenas para todo o Noroeste), cuja integração cronológica e cultural permanece hoje em discussão. Só o estudo destes monumentos em interacção com outras variáveis poderá indiciar o significado social dos inumados e o seu género (BETTENCOURT *et al* 1998).

Também o valor social da cerâmica campaniforme deverá ser questionado. Se entendermos estas cerâmicas como *itens* de valor elas poderão ocorrer em comunidades com diferentes níveis socio-económicos, tecnológicos e culturais, assimilando este artefacto em diferentes cronologias e com distintas polissemias.

#### 1.2.2.2. Bronze Médio

- É comum dizer-se que este período representa uma fase de retracção económica e provavelmente demográfica dada a pretensa ausência de povoados, tumulações e cultura material, com excepção de alguns artefactos metálicos (COFFYN 1985; RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1984a: 484; 1984b, 1991, 1993: 3; FABREGAS VALCARCE *et al* 1994: 153; CALADO 1993: 329-330, 350). Tem-se atribuído esta retracção à existência de uma agricultura não rotativa entre leguminosas e cereais com consequente esgotamento dos solos (RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1991; 1993:12; FABREGAS VALCARCE *et al* 1994). Valorizando os artefactos metálicos, as gravuras rupestres e os depósitos, S. Jorge (1988c: 92-95, 1990:228-231) adopta uma leitura socio-económica contrária à dos investigadores anteriores, embora assumia igualmente a ausência de expressões tumulares ou de povoados durante este período, o que explica, actualmente pela falta de programas de prospecção orientados especificamente para a detecção de

povoados e enterramentos em diversas topografias e ecossistemas (JORGE 1996). Posições semelhantes foram adoptadas por R. Fábregas Valcarce (1995) e por Fábregas Valcarce & R. Bradley (1995), quer em relação à problemática da pobreza do registo arqueológico, quer por se terem afastado da hipótese da recessão económica.

Em relação à pretensa escassez de povoados e de túmulos, partilhamos a opinião destes últimos autores, mas gostaríamos de acentuar que tal facto depende mais do foro metodológico do que do arqueológico. Parece estar ainda implícita a ideia de que o registo arqueográfico deste período deveria ser substancialmente diferente do Bronze Final, para o qual se possuem algumas tabelas de formas cerâmicas bem contextualizadas e datadas por radiocarbono. Provavelmente, por este motivo, todas as cerâmicas manuais, predominantemente lisas e de pasta arenosa, encontradas em prospecções arqueológicas, em contexto de possíveis povoados, têm sido imediatamente atribuídas aos finais da Idade do Bronze. Com base em novas investigações (BETTENCOURT 1991/1992; CRUZ 1993; JORGE 1993: 188; MURALHA 1996: 41-65; BOTELHO 1996: 60-65 e est. 76-79)<sup>22</sup> verificou-se que as características genéricas da olaria parecem ter sobrevivido desde o II até aos inícios do I milénio AC, existindo, todavia, *nuances* que só o estudo de conjuntos representativos de cerâmicas poderão determinar. Deste modo, a análise do espólio recolhido em prospecções não nos parece determinante para atribuir, por comparação, determinado povoado aos finais da Idade do Bronze (BETTENCOURT 1993/94: 253). Põe-se, assim, a questão de sabermos até que ponto muitos dos povoados atribuídos ao Bronze Final do Norte de Portugal (mais de duas dezenas), corresponderão, de facto, a este período e não a fases anteriores. Na mesma ordem de ideias, cabe igualmente perguntar se muitos povoados com cerâmicas de tipo "Cogeces-Cogotas I", identificados no Norte de Portugal (JORGE 1988b: 71; 1993; MARTINS 1985; LEMOS 1993: 172; 1996: 147), não poderão incluir-se neste período, como defendemos recentemente (BETTENCOURT 1995a).

---

<sup>22</sup>-As três últimas obras referem-se a estudos sobre as cerâmicas de Castelo Velho.

Uma possível resposta a esta questão passará certamente por projectos de investigação sistemática que privilegiem a utilização de métodos diversos de prospecção intensiva em áreas aparentemente vazias de povoamento, assim como de escavação de estações entretanto identificadas.

- O problema da escassez de tumulações neste período será discutido na alínea 1.2.3.2.

- Quanto ao problema do suposto desconhecimento de uma agricultura rotativa com recurso às leguminosas o que foi referido a propósito do Bronze Inicial, aplica-se a esta fase e desaconselha a generalização desta ideia.

#### 1.2.2.3. *Bronze Final*

As sínteses mais recentes sobre este período baseiam-se em pressupostos que embora diverjam pontualmente contêm muitos aspectos em comum.

- O primeiro de foro socio-económico, assume a existência de chefes e de sistemas políticos próximo do "chefado", vivendo em povoados fortificados, cujo poder assentaria no controlo e posse da terra, na exploração, produção e circulação de matéria-prima ou artefactos metálicos a nível regional e supra-regional, ou ambos (MARTINS 1990, 1994, 1996; JORGE 1988c, 1990, 1991; FABIÃO 1992; RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1990, 1991, 1993; ALARCÃO 1992; VILAÇA 1992; SILVA *et al* 1993; CALADO 1993).

Parte-se sempre do princípio de que *itens* exóticos (metálicos) e povoados fortificados reflectem, quase sempre, um povoamento, uma sociedade e a uma economia, hierarquizadas. Estas premissas foram fortemente criticadas por J. D. Hill (1996: 49) que ao analisar a Idade do Ferro do Sul da Inglaterra, e ao defender, no seguimento de outros autores, que o poder deveria estar muito mais ligado às pessoas do que a locais específicos, preconiza, como alternativa para este período e para a Idade do Bronze,



estudos de maior interação entre aspectos sociais e espaciais, uma maior contextualização dos dados e um esforço para inferir aspectos simbólicos, *versus* funcionais do registo arqueológico. De facto, a leitura dos achados metálicos e das manifestações de fortificação têm sido feitas 'privilegiando sempre os aspectos económicos e funcionais das sociedades, quando na verdade, elas poderão ser passíveis de ter outras interpretações, sob pena de se tornarem extremamente limitativas do conhecimento destas sociedades.

- A segunda premissa que gostaríamos de abordar é a de que os povoados alcantilados e fortificados surgiram na 1º metade do I milénio a.C. (MARTINS 1990; JORGE 1988c, 1990; FABIÃO 1992; ALARCÃO 1992, 1996; FABREGAS VALCARCE *et al* 1994) e de que os últimos se parecem generalizar (MARTINS 1990; CARBALLO ARCEO 1996). Estudos recentes têm demonstrado que estes padrões de povoamento podem remontar ao Calcolítico e perdurar pelos inícios da Idade do Bronze (JORGE 1994; 1996) ou pelo II milénio AC. Como exemplo podemos referir o povoado da Sola I, Braga (BETTENCOURT 1991/1992), o Castro de Palheiros II e III, Murça (SANCHES 1996 e com. pessoal), Castelo de Aguiar, Vila Pouca de Aguiar (JORGE 1985), Castelo Velho, Vila Nova de Foz Côa (JORGE 1993). A generalização de povoados fortificados nos finais da Idade do Bronze, parece não se confirmar, como acentuou S. Jorge (JORGE 1995, 1996), e tem vindo a ser comprovado por alguns dos nossos trabalhos. De facto, poucos são os povoados deste período onde se poderá reconhecer este fenómeno de forma indiscutível: Coto da Pena, Caminha (SILVA 1986); eventualmente Santa Ana, Chaves (SANTOS 1995), S. Julião, Vila Verde (MARTINS 1988) e S. Juzenda, Mirandela (HOCK 1980). Aquilo que nos parece realmente importante, não é apenas a presença ou ausência de fortificações, mas sim: a natureza das actividades presentes ou ausentes nos mais diversos tipos de povoados (fortificados, alcantilados ou "abertos" em zonas topográficas pouco dominantes); estabelecer conexões intra-regionais, entre os povoados e outros testemunhos arqueológicos (depósitos, estátuas-menires, necrópoles, enterramentos isolados, gravuras rupestres,

expressões megalíticas), bem como com a relação do todo com as vias de circulação e os diferentes ecossistemas. Pretende-se assim descortinar as eventuais motivações que terão conduzido à fortificação nuns locais em detrimento doutros, bem como apreender melhor a grande diversidade de padrões de povoamento que parecem estar presentes durante este período, facto já anunciado em 1995 (BETTENCOURT 1995a).

-M. Ruíz-Gálvez Priego (1987, 1991, 1993), C. Fabião (1992), A. de la Peña Santos (1992), F. Méndez Fernández (1993)<sup>23</sup> e R. Fábregas Valcarce & M. Ruiz-Gálvez Priego (1994) têm vindo a afirmar que os povoados em paisagem aberta, com estruturas construtivas feitas com materiais perecíveis se deverão associar a um modo de vida itinerante, instável ou sazonal, relacionado com uma economia de base agrícola pouco desenvolvida. Embora alguns sistemas de povoamento dos finais da Idade do Bronze possam integrar povoados sazonais, a presença em quantidade apreciável de leguminosas (favas), concomitantes com diversos cereais (trigo e cevada) no povoado da Lavra, Marco de Canavezes, associados a grande quantidade de artefactos metálicos (SANCHES 1995a), permite pôr em causa esta generalização que tem, também, como pressuposto que as construções de materiais perecíveis seriam "menos nobres" se localizadas em locais de menor visibilidade. Tal como S. Jorge (1996: 205) pensamos que a associação entre invisibilidade e mobilidade social não deverá ser tão linear, nem que se deva pensar em termos da equação (ocupação permanente de um local = a exploração de um território de forma organizada e permanente). Ainda subscrevendo aquela autora defendemos que *"The "permanent" occupation of a given territory cannot be checked by the durability of some domestic structures only, or their continuous use. It is verified by the correlation of several variables, such as economic intensification and specialization"* (Id. *ibidem*: 205). Cabe assim questionar a leitura puramente funcionalista e economicista para locais que desempenharam na paisagem onde se inserem um papel certamente polissémico, que só poderá ser apreendido através de estudos que contemplem múltiplas variáveis.

---

<sup>23</sup>-Este autor defende esta perspectiva para toda a Idade do Bronze.

- Em relação à cultura material é usual dizer-se que a última fase do Bronze Final, já nos inícios do 1º milénio a.C., se caracteriza por um aumento e maior diversidade formal de objectos de bronze (SIERRA *et al* 1975; MONTEAGUDO 1977, 1981; RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1984: 212-214; SIERRA *et alii* 1984 COFFYN 1985:16-21, 1987: 261; ALMAGRO GORBEA 1986; SILVA 1986: 9-42; JORGE 1988c, 1990; FABIÃO 1992; PEÑA SANTOS 1992: 376; SILVA *et alii* 1992): 40-41, 1993: 246, 251; VILAÇA 1992: 77; COFFYN *et al* 1993) e por um incremento do intercâmbio supra-regional (RUIZ GÁLVEZ PRIEGO 1993: 13). Tais pressupostos alicerçam-se em poucos objectos contextualizados pelo que deverão ser encarados com algumas reservas. Os últimos trabalhos efectuados em diversos povoados do país (Pontes de Marchil, Faro (MONTEIRO *et alii* 1980; SOARES *et al* 1995), Monte Fadre, Penamacor (VILAÇA 1995), Cabeço do Castro de S. Romão, Seia (SENNA-MARTINEZ 1989) e muito provavelmente no Coto da Pena, Caminha (SILVA 1986; SENNA-MARTINEZ 1995) têm demonstrado um grande número e diversidade de objectos metálicos no último quartel do II milénio AC, o que parece pôr em causa o pretenso desenvolvimento do intercâmbio supra-regional em fase tão recente, na eventualidade de que este factor possa, por si só, explicar tal fenómeno. A descontextualização da maioria dos artefactos metálicos do Noroeste obriga à prudência pois, se muitos poderão ser incluídos no II milénio AC, outros poderão ser já expressão dos inícios da Idade do Ferro.

- A existência de artefactos metálicos de bronze, subdivisíveis em objectos de prestígio e de "uso comum", "agrícola" ou "quotidiano" (VILAÇA 1992: 77; SILVA *et al* 1993: 265; MARTINS 1994: nota 20) é outra premissa comum. Apesar de muito valorizados na caracterização deste período, estes artefactos constituem sempre uma manifestação material extremamente rara face ao conjunto de artefactos conhecidos. Assim interrogamo-nos se eles não serão sempre objectos de prestígio, não divulgados entre os efectivos populacionais para as suas tarefas diárias. O seu uso deveria restringir-se a cerimónias rituais de âmbito alargado, pelo que o seu significado parece-nos mais do

foro simbólico. Nem mesmo os machados de talão de dois anéis (se é que pertencem na sua totalidade aos finais da Idade do Bronze) se poderão encarar como utensílios de uso comum. A sua composição química, com teores de chumbo muito elevados, torná-los-ia pouco funcionais para o abate e corte de árvores (MALUQUER DE MOTES 1975), como armas (VASQUEZ VARELA 1995), ou como enxadas.

#### 1.2.2.4. *Inícios da Idade do Ferro*

- Para este período, são vários os autores que defendem uma retracção económica e um desmantelamento da organização social própria do Bronze Final, admitindo, simultaneamente, que o registo arqueológico para esta fase é muito escasso (MARTINS 1990, 1993/94, 1994, 1996; SILVA *et alii* 1992; ALARCÃO 1992, 1996). Trata-se pois de uma ilação efectuada com base na ausência de dados e nos pressupostos assumidos para o período anterior.

Nesté processo de retracção estaria implícita a diminuição da metalurgia do bronze (MARTINS 1990: 135,142, 1994, 1996; SILVA *et alii* 1992), ou mesmo o seu colapso (ALARCÃO 1992). Se atendermos à quantidade e diversidade de achados encontrados no Castro de Torroso, Pontevedra, entre os séc. VIII e VI AC (PEÑA SANTOS 1992b), esta ideia terá que ser forçosamente revista. Os dados da nossa própria investigação também permitem concluir pela continuação de uma metalurgia do bronze, em nada inferior à das fases anteriores.

- Igualmente discutível é a premissa de que os povoados abertos, sem defesas e com estruturas perecíveis, teriam desaparecido nos finais da Idade do Bronze dando lugar a um povoamento sempre fortificado (CARBALLO ARCEO 1990: 165, 1996; MARTINS 1990, 1994; QUEIROGA 1992). Mesmo considerando que a fortificação é progressivamente implantada a partir de determinado momento do I milénio AC, parecem-nos que ainda estão por esclarecer, a fase em que tal se verificou de forma sistemática e as circunstâncias desse processo, certamente variável de região para região. Dados da nossa própria investigação permitiram verificar a existência de povoados abertos até ao

3º quartel do I milénio AC, pelo que só uma avaliação regional permitirá perceber os factores que estão na base destas diferenças de *habitat*.

### 1. 2. 3. Questões de âmbito ritual e simbólico: as gravuras rupestres, as expressões funerários da Idade do Bronze e o papel do fenómeno megalítico

#### 1.2.3.1. Gravuras rupestres

Aspecto de capital importância no estudo do povoamento da Idade do Bronze do Noroeste é a inserção cronológica-cultural das gravuras rupestres e o seu significado.

O estudo destas manifestações, frequentes na orla mais litoral do Noroeste Peninsular tem vindo a ser efectuado, até datas muito recentes, quase sempre em termos de inventariação cartográfica, de descrição técnica e temática e de estudos de estratigrafia para determinação de fases evolutivas. Só a partir de meados dos anos 90 se tem procurado relacionar esta forma de expressão com outros tipos de manifestações e com o meio-físico, na tentativa de compreender o(s) seu(s) significado(s) no âmbito das comunidades em que se inserem.

O primeiro problema que se coloca é o das suas balizas cronológicas. A tendência dominante é situá-las desde os finais do Calcolítico até aos inícios da Idade do Ferro (OBERMAIER 1923, 1925; SOBRINO LORENZA-RUZA 1955; V. JORGE 1983, 1986; BAPTISTA 1986: 48; V. JORGE *et al* 1990; SILVA *et al* 1993; VAZQUEZ VARELA 1995<sup>24</sup>, entre vários). Outros admitem a sua existência em períodos diferentes: desde o Epipaleolítico até aos finais da Idade do Ferro (ANATI 1968); desde o Neolítico até à Idade do Ferro (SANTOS JUNIOR 1940); aos finais do Calcolítico, inícios da Idade do Bronze (PEÑA SANTOS *et al* 1993; COSTAS GORBENA *et al* 1993; PEÑA SANTOS *et alii* 1996<sup>25</sup>) ou ao Bronze Antigo (BAPTISTA 1995). A opção por uma cronologia dos finais do Calcolítico/inícios da Idade do Bronze baseia-se nos seguintes

---

<sup>24</sup>-Apesar deste artigo ter sido publicado em 1995 ele corresponde a uma comunicação proferida em 1993, no âmbito do Iº Congresso Peninsular de Arqueologia.

<sup>25</sup>-Estes autores admitem, no entanto, que as covinhas possam ter uma cronologia mais lata.

critérios: o tipo de armas representadas nas gravuras; a presença de ídolos-cilíndricos; a existência de povoados deste período na proximidade e a semelhança com algumas manifestações artísticas existentes nos monumentos megalíticos (PEÑA SANTOS *et al* 1993; PEÑA SANTOS *et alii* 1996). Reconhecendo o mérito deste trabalho, sobretudo pela metodologia utilizada, não podemos ignorar o facto de existirem insculturas em povoados cuja ocupação é mais vasta do que o Calcolítico Final/Bronze Inicial, pelo que é passível de discussão a atribuição de gravuras exclusivamente a este período. Como exemplo do que referimos destacamos as insculturas esquemáticas do Castro de Álvora, (Arcos de Valdevez), Castro de S. Lourenço (Esposende), Citânia de Briteiros (Guimarães), Citânia de Sabroso (Guimarães), Monte de Santa Marta da Falperra (Braga), Monte do Facho (Barcelos), S. Julião (Vila Verde), entre outras existentes nos distritos de Viana do Castelo ou Braga. Assim, parece-nos lícito aceitar a posição de R. Bradley (1994) e de R. Bradley *et alii* (1998) de que estes locais foram frequentemente sujeitos a "reutilizações" ao longo do tempo, assumindo certamente distintas cosmogonias (BETTENCOURT *et al* 1998).

Se aceitarmos que a cultura material móvel (ceramológica, lítica e eventualmente metálica) aparenta grande continuidade entre a 1ª metade do II e os inícios do I milénio AC parece verosímil aceitar uma maior amplitude temporal para estas gravuras que, a nosso ver, materializam parte do sistema ideológico e ritual das comunidades, sistema esse que, *grosso modo*, acusa uma pervivência mais longa do que o socio-económico e o material.

Além dos problemas cronológicos existe ainda o da integração semiótica destas expressões no seio das comunidades que as utilizaram, sobretudo quando se situam no perímetro dos povoados

A par das explicações associadas à afirmação do poder por parte de elites (JORGE 1990), à simbologia da guerra (VAZQUEZ VARELA 1995), ao xamanismo (PEÑA SANTOS *et alii* 1996), ou a marcos culturais, portadores de mensagens codificadas no seio do mundo selvagem, permitindo a apropriação conceptual do território e o direito de uso de diversos ecossistemas com recursos variados por parte de

comunidades com economias parcial ou totalmente móveis (BRADLEY *et alii* 1994a; 1994b; BRADLEY *et alii* 1998<sup>26</sup>), outras explicações serão possíveis.

Pensamos que a "resolução" das questões equacionadas não deverá apoiar-se, exclusivamente, em metodologias da Arqueologia Espacial, na Etnografia comparada, na História das Religiões ou no Xamanismo (PEÑA SANTOS *et alii* 1996), mas, igualmente em análise endólicas e trabalhos de escavações efectuados junto destes locais (BETTENCOURT *et al* 1998). Neste linha de pensamento é conveniente não esquecer que mesmo que estes locais se liguem a fenómenos de identidade o significado das acções aí efectuadas não deve ser encarado como idêntico por todos os actores que nelas participaram, atendendo a que encaramos identidade como resultante de uma "multiplicidade de componentes" (SILVANO 1997: 2).

#### 1.2.3.2. O fenómeno funerário

Nas sínteses que abordam o fenómeno tumular durante a Idade do Bronze do Noroeste, é comum encontrarmos expressa a ideia de que o Bronze Inicial se caracterizaria por grande abundância de tumulações e de que o Bronze Médio e Final se pautaria pela escassez ou inexistência de sepulcros.

A análise das ideias expressas em diferente obras, permite-nos sintetizar os pressupostos em que assentam estas ilações.

- Em relação ao **Bronze Inicial** é um facto adquirido que as manifestações funerárias, se caracterizam pela existência de um ritual de inumação individual; diversos tipos de sepulturas sem espólio, contendo objectos metálicos em ouro, prata e cobre arsenical) ou simplesmente vasos cerâmicos. Os diversos tipos de tumulação identificados com esta fase são as cistas ou estruturas cistóides, com ou sem *tumulus* (RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1979, 1984a, 1984b; PEÑA SANTOS 1985; JORGE 1988c,1990), os *cairns* (JORGE 1982,1992; S. JORGE 1888c, 1990), os enterramentos

---

<sup>26</sup>-Em A. Bettencourt *et al* (1998).

secundários em túmulos megalíticos<sup>27</sup>(MEIJIDES CAMESELLE 1993: 85) e as sepulturas abertas no saibro, em fossas circulares ou antropomórficas (MEIJIDES CAMESELLE 1993: 85; 1994: 210-211).

A unidade cronológica desta grande diversidade sepulcral seria conferida pelo espólio, principalmente pela presença de determinados objectos ou associações de objectos que têm vindo a ser encarados como verdadeiros "fósseis directores" deste período. Encontram-se neste caso os vasos de tipo "Taraio", objectos metálicos em cobre que se supunham arsenicais (punhais longos de lingueta), em ouro e prata (gargantilhas de tiras, espirais) e vasos troncocónicos, associados à ausência de cerâmica campaniforme. É importante realçar o papel que na Galiza têm tido os vasos de tipo "Taraio", que, só por si, tem servido para inserir no mesmo contexto cronológico-cultural, todas as expressões sepulcrais de uma necrópole.

Considerando os dados de investigações recentes em que apenas alguns objectos, como as espirais de prata e alguns vasos troncocónicos foram datados pelo radiocarbono, acusando cronologias desde os finais do III aos meados do II milénio AC (V. JORGE 1980; 1983a; 1983b, 1988; S. JORGE 1983;1985) é de questionar a atribuição cronológica e cultural de muitos monumentos atribuídos ao Bronze Inicial, através das comparações tipológicas.

A cronologia dos vasos de tipo "Taraio" é, também, muito discutível, pois esta forma cerâmica, extremamente simples, é comum desde a 1ª metade do II à 1ª metade do I milénio AC (BETTENCOURT 1996). Recentemente, R. Fábregas Valcarce *et al* (1998: 205) refutam a nossa hipótese em relação a este tipo de vasos, argumentando que eles se individualizam dos potinhos, onde os inserimos, pelo fabrico (cozedura, pasta) e pelas dimensões. Quanto a esta questão parece-nos pertinente referir que dentro do que se convencionou designar de Taraio também existe uma variedade formal. Se os vasos da própria cista de Taraio (Corunha) e de O Cubillón (Lugo), são de panças ovóides, bordos verticais e de dimensões semelhantes (RAMIL SONEIRA *et al* 1979: 66-67), já o

---

<sup>27</sup>- Trata-se de enterramento secundário do túmulo 2 da Mina de Parxubeira, Corunha, onde ocorreu uma ponta de tipo "Palmela" e um vaso de tipo "Taraio".



recipiente da cista de Agro de Nogueira (Corunha), apresenta perfil em S, colo mais pronunciado, bordo esvasado e pasta fina (MEIJIDE CAMESELLE 1993: 85), distanciando-se dos anteriores. Cabe-nos precisar ainda, de que aquilo que designamos por potinho (forma 10 da tabela formal para a região do sub-Cávado), é uma abstracção, que contempla peças de pequeno e médio porte, onde os bordos podem ser verticais ou esvasados, as panças ovóides ou mais hemisféricas, as pastas grosseiras ou medianas/finas, os acabamentos rugosos, alisadas ou polidos e as cores entre os alaranjados, os beges e os castanhos. Algumas destas características são bem visíveis nos desenhos publicados em 1996 (BETTENCOURT 1996). Assim, o vaso da Santinha é apenas uma variante da forma idealizada e não pode ser visto como protótipo.

Quanto a nós, é também difícil individualizar um "tipo" de vaso pela sua pasta e cozedura, sobretudo em cerâmicas da Pré e Proto-História do Noroeste. A impressão que nos ficou, após o estudo de muitos milhares de fragmentos cerâmicos de entre o 1º quartel do II milénio AC ao 2º quartel do I milénio AC, é de que todos os recipientes se caracterizam por serem de fabrico manual, com desengordurantes predominantemente arenosos, processos de cozedura pouco capazes de controlar uma tonalidade específica, fabrico doméstico extremamente variável e a ausência de especialização, salvo raras excepções, já dos inícios do I milénio AC. Curiosamente, esta é, também, a opinião de M. D. Cruz (1993) após ter estudado as cerâmicas calcolíticas e da 1ª metade do II milénio AC de Castelo Velho (Alto Douro), ou mesmo de G. Little (1990) ao analisar a produção cerâmica da Idade do Ferro do Noroeste português. Parece-nos, pois, que tentar individualizar fabricos para um período tão recuado como o da Idade do Bronze é uma tarefa ingrata e, talvez, pouco operativa em termos de resultados concretos.

Com tudo isto, não pretendemos negar a hipótese do que os denominados vasos de tipo "Taraio" tenham sido usados na fase mais antiga da Idade do Bronze, mas demonstrar que dificilmente poderão constituir um tipo cerâmico bem definido, capaz de fornecer uma cronologia precisa, a partir do qual, qualquer contexto possa ser datado sem discussão.

A presunção de que os punhais longos de lingueta eram tecnologicamente mais evoluídos do que os curtos e, portanto, já dos inícios da Idade do Bronze, também não se pode continuar a sustentar face à composição química efectuada em ambos os tipos de artefactos por B. Comendador Rey (1996), pois não se distinguem, nem na composição, nem na tecnologia de fabrico.

Tendo em atenção estes dados parece urgente uma revisão do universo sepulcral frequentemente atribuído aos inícios da Idade do Bronze do Noroeste Peninsular.

- Para o **Bronze Médio e Final** alguns autores realçam a ausência de dados referentes ao Noroeste Peninsular, explicando-os por factores culturais relacionados com eventuais práticas rituais pouco propícias a deixarem vestígios evidentes. Para M. Ruíz-Gálvez Priego (1987: 252, 286, 1991: 282) e A. Bélen *et alii* (1991: 229, 252) o fenómeno funerário durante estas etapas caracteriza-se pela inexistência de tumulações visíveis ou convencionais, com hipotéticos rituais funerários nas águas, cujo testemunho seria dado pelas armas encontradas nos rios e estuários (RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1991; 1993: 14; PEÑA SANTOS 1992: 377; MEIJIDES CAMESELLE 1994: 212), embora R. Fábregas Valcarce (1993b:85) e R. Fábregas Valcarce *et al* (1995) não excluam a coexistência de tumulações na água e em terra.

A escassez de dados para estes dois períodos poderá ser atribuível a uma deficiência na investigação. Na tentativa de preencherem este vazio, alguns autores defenderam a continuidade de enterramento em fenómenos de tradição megalítica ou "paramegalítica", ao longo do Bronze Médio e eventualmente do Bronze Final (FABREGAS VALCARCE 1993a, 1993b; VAQUERO LASTRES 1993; FABREGAS VALCARCE *et al* 1994, 1995). Para a transição Bronze Médio/Final e Bronze Final, S. Jorge (1988c: 98, 1990: 245-246), C. Fabião (1992), A. Silva (1993: 257) e R. Fábregas Valcarce (1994: 152) têm atribuído expressões funerárias contendo vasos de largo bordo horizontal (cistas de inumação individual, reutilização de monumentos com *tumulus* ou de tradição megalítica) e eventuais sepulturas em fossas associadas ao ritual de

incineração (SILVA *et al* 1993: 257). A este período atribuem-se, também, a necrópole do Tapado da Caldeira (Baião), de sepulturas planas abertas no saibro, também de inumação individual e com espólio exclusivamente cerâmico (JORGE 1988c; 1990; 1996: 202-203; FABIÃO 1992; SILVA *et al* 1993: 256, ALARCÃO 1996:15) e o enterramento em gruta (SILVA *et al* 1993: 258<sup>28</sup>).

Novas datas de radiocarbono obtidas para vasos de largo bordo horizontal, ampliando as balizas cronológicas destes recipientes para momentos entre o 2º quartel do II milénio e o 1º quartel do I milénio AC, permitem considerar que as várias expressões funerárias a eles associadas se dilataram igualmente por todo este período (BETTENCOURT 1996).

É também de admitir que muitos sepulcros integrados no Bronze Inicial pela sua associação aos vasos de tipo "Taraio" se possam enquadrar por todo o II e inícios do I milénio AC (*Id. ibidem* 1996).

É igualmente de repensar a cronologia atribuída à necrópole do Tapado da Caldeira, atendendo a que a calibração das datas obtidas a incluem em meados do II milénio AC, o que aliás não é discordante com o espólio aí encontrado.

No momento actual dos conhecimentos parece-nos pois lógico admitir um mundo sepulcral extremamente heterogéneo, rico e complexo para toda a Idade do Bronze do Noroeste peninsular. Este espectro contrasta com a visão de ausência tumular, que durante muitas décadas se defendeu para o Bronze Médio ou Final do Noroeste e, que, em determinado momento, pareceu mesmo constituir uma característica de união da fachada atlântica ocidental (RUIZ-GALVEZ PRIEGO 1987: 252).

#### *1.2.3.3. O fenómeno megalítico: monumentos sepulcrais e menires*

É do conhecimento geral que a maioria das expressões megalíticas, sobretudo os monumentos sepulcrais, se inserem em contextos cronológicos do Neolítico e Calcolítico. Sabe-se igualmente que também existem expressões tumulares de tradição

---

<sup>28</sup>-Segundo este autor teriam aparecido enterramentos acompanhados de espólio cerâmico no Penedo do Urso, Ponte de Lima).

megalítica datáveis da Idade do Bronze e reaproveitamento de túmulos, de construção anterior<sup>29</sup>.

Desconhece-se, no entanto, a resposta a uma série de questões, que passamos a formular:

- Que significado teriam os monumentos megalíticos na memória colectiva das comunidades da Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro?

- Que papel atribuir, em particular aos monumentos ou necrópoles megalíticas existentes nas proximidades de povoados com ocupações da Idade do Bronze de que são exemplos os povoados do Barbudo, da Falperra, de Faria, do Monte de Vasconcelos, de S. Lourenço, de S. João de Rei, de Talhoz, entre muitos outros?

Representariam estas expressões megalíticas áreas ritualizadas para as comunidades que viviam nas suas imediações e que as utilizariam para cerimónias ou enterramentos secundários até épocas muito recentes da Idade do Bronze? Seriam os menires locais de culto ainda importantes?

Constituiriam estes monumentos meros marcos de "sinalização" na paisagem, sem grande sentido simbólico, mas valorizados como pontos auxiliares de memória visual ao longo dos caminhos de montanha, certamente trilhados por pastores e outros viajantes?

Serviriam como marcos de territorialização, como ainda hoje acontece?

Recorrendo à Etnologia e História Local verificamos que estes monumentos exerceram até há bem pouco tempo um papel mítico na memória colectiva das populações rurais, normalmente associados a lendas de mouros, frequentemente encantados, mas constituíram, também, marcos delimitadores de propriedades, de freguesias, de coutos de mosteiros, acompanharam o traçado de antigas vias de circulação humana e animal, serviram de guarita a pastores, etc. Enfim, fazem parte da

---

<sup>29</sup>-Uma síntese sobre parte deste fenómeno, para o Norte de Portugal, pode consultar-se em H. Gonçalves *et al* (1994), A. Bettencourt (1996) e, para a Galiza, em R. Fábregas Valcarce (1993a; 1993b; 1995) e R. Fábregas Valcarce *et al* (1994; 1995; 1998).

imagética das populações rurais minhotas. Tal facto, associado às evidências de reutilização, pelo menos até ao II milénio AC, leva a conjecturar que estas expressões arquitecturais representariam um referência importante no mapa cognitivo das populações da Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro que com eles partilharam o mesmo espaço vivencial.

Uma via de abordagem para "responder" a estas conjecturas passaria por trabalhos mais sistemáticos de articulação destes monumentos com expressões da Idade do Bronze e dos inícios da Idade do Ferro, em termos de visibilidade, proximidade, entre outras, por escavações junto dos menires e por escavações mais amplas do que a usual abertura de quatro sanjas, nos monumentos sob *tumuli*.

#### **1.2.4. Questões conceptuais e terminológicas: Idade do Bronze, "Horizonte de Montelavar", "Grupo Intermédio", "Bronze Atlântico", "Idade do Bronze: a 1ª Idade de Ouro na Europa" e Idade do Ferro**

##### *1.2.4.1. Idade do Bronze*

O significado do conceito de Idade do Bronze é um tema que praticamente não tem sido debatido pela comunidade científica peninsular, pelo menos no âmbito das teses de doutoramento que sobre este período se tem efectuado.

Inicialmente este conceito definia-se como um estágio tecnológico entre a Idade da Pedra e a Idade do Ferro, caracterizado pela emergência da metalurgia do bronze. Este critério baseado no evolucionismo linear do século passado, que encara as modificações técnicas como símbolo de progresso e pressupõe que todas as comunidades passaram pela mesmas etapas evolutivas, torna-se pouco satisfatório. Ao longo do tempo, vão surgindo diferentes posições epistemológicas sobre este conceito, sem, no entanto, levar a uma situação de consenso.

Corresponderá a um estágio cultural entre o Calcolítico e a Idade do Ferro?

Esta é também uma concepção imbuída de um evolucionismo linear, que pressupõe que as comunidades passaram todas pelas mesmas fases evolutivas, num crescendo de complexificação social e económica.

Sendo a construção de etapas evolutivas um processo subjectivo e estando a discussão sobre o conceito de Idade do Bronze longe do desejável, encaramos este período como correspondente a um processo cultural assimétrico e cronologicamente diverso de região para região, onde algumas comunidades desenvolveram diferentes mecanismos, que interagindo, geraram quadros sociais, económicos, simbólicos e tecnológicos diversos. A um nível mais geral esta etapa caracterizar-se-ia por uma maior apropriação e "domesticação" física do território através de uma intensa transformação da paisagem, pela criação de concepções de espaço mais ligadas ao *habitat* e pela exploração dos diferentes recursos e a uma crescente desigualdade social.

#### 1.2.4.2. *O Horizonte de Montelavar*

A expressão "Grupo/Horizonte de Montelavar" encontra-se frequentemente na bibliografia relativa aos inícios da Idade do Bronze. Foi quase sempre utilizada sob reserva, embora sem no entanto se explicitar razões ou se tomarem posições concretas sobre o assunto. O problema agudizou-se após a publicação de M. Ruiz-Gálvez Priego (1979), onde o significado original do conceito foi alterado, sem que os investigadores que o continuaram a utilizar especificassem qual a "versão" adoptada. Perante este facto pareceu-nos pertinente efectuar um breve historial sobre os conceitos "Grupo Intermédio" e "Horizonte de Montelavar", bem como expor o que pensamos sobre o assunto.

Este conceito, criado por R. J. Harrison, em 1974 (1974a; 1974b), a partir do estudo da cista de Montelavar (Sintra) foi aplicado a uma ampla região do Bronze Inicial peninsular (Noroeste, Meseta, Estremadura portuguesa e Sudeste). Pretendeu-se com ele enquadrar os achados detectados entre 1750/1700 a 1500/1400 a.C., ou seja, num momento posterior ao final do Calcolítico, caracterizado então pelo denominado Grupo Campaniforme. Definia-se por enterramentos em cistas, fossas ou grutas, rituais de inumação individual, presença de espólio metálico em cobre (pontas de tipo "Palmela" e espadas ou punhais longos de lingueta, com predomínio das primeiras sobre as

segundas), existência eventual de gargantilhas de tiras, em ouro, cerâmicas lisas e inexistência de punhais curtos de lingueta e de vasos campaniformes.

#### *1.2.4.3. O Grupo Intermédio*

Este conceito foi também criado por Harrison, para caracterizar uma etapa dos inícios da Idade do Bronze, eventualmente intermediária entre o Grupo Campaniforme e o "Horizonte de Montelavar"<sup>30</sup> e, portanto, anterior a 1750/1700 a.C. Este seria pois um grupo "híbrido", contendo artefactos dos dois grupos que o limitavam.

Caracterizava-se por um tipo de enterramento individual, em cista, cujo espólio poderia conter apenas um artefacto metálico do "Horizonte de Montelavar", pela não obrigatoriedade de apresentar pontas de tipo "Palmela" em maior número do que as espadas/punhais longos de lingueta e por anexar novos artefactos em ouro e os primeiros de prata (espirais), alguns deles de inspiração atlântica.

Em 1979, M. Ruíz-Gálvez Priego (1979; 1984a) ao estabelecer uma periodização fina para o Bronze Inicial, acaba, implicitamente, por recuar as balizas cronológicas do "Horizonte de Montelavar" para 1800 a. C., argumentando que ele apresenta paralelos culturais e morfológicos com os grupos europeus de Wessex I e da primeira série de Túmulos Armoricanos, datáveis de 1800/1700. Na prática, acaba por fundir cronologicamente os dois conceitos propostos por Harrison, passando o "Horizonte de Montelavar" a traduzir uma realidade arqueológica distinta da original. Esta fusão também se verifica pela inclusão neste "Horizonte" de objectos descontextualizados como as alabardas e de expressões funerárias do Noroeste com espólios que segundo o conceito original se deveriam atribuir ao "Grupo Intermédio", como é o caso das espirais de prata. A autora insere igualmente neste grupo tumulações, que por conterem punhais curtos de lingueta<sup>31</sup>, não cabiam nos conceitos estabelecidos por Harrison como salienta S. Jorge (1986: 877). Numa série de críticas aos modelos propostos que, além de não estarem confirmados por trabalhos de escavação e se

---

<sup>30</sup>-Embora o autor não inviabilizasse a hipótese dele ser contemporâneo deste último.

<sup>31</sup>-Como o caso da cista de Taraio, Corunha.

basearam em aspectos arqueográficos, enfermam de algumas debilidades: a valorização de apenas uma parte dos artefactos recolhidos nos enterramentos; o facto de muitas sepulturas que serviram de base à formulação do conceito se encontrarem violadas e a rigidez da proposta face à diversidade e riqueza dos contextos tumulares das áreas para o qual foi criado. S. Jorge refere ainda que estes túmulos traduzem uma realidade social e económica não valorizada (1986: 877; 1990: 217, 221).

Recentemente B. Comendador Rey (1996), baseado em estudos de arqueometalurgia, salienta que a pretensa diacronia estabelecida no tamanho das folhas dos punhais de lingueta (sendo os mais pequenos inseríveis no "Grupo Campaniforme" ou "Intermédio" e os maiores integráveis no "Horizonte de Montelavar", pós-campaniforme) não tem correspondência tecnológica. Ao analisar a composição química de 16 punhais de ambos os tipos, a presunção de que os mais recentes seriam tecnologicamente mais complexos e com níveis maiores de arsénio, não pode sustentar-se, pelo que conclui não ser possível estabelecer fases produtivas com base na composição química dos artefactos<sup>32</sup>.

As críticas de S. Jorge (1986, 1990) e as conclusões de B. Comendador Rey (1996), associadas à falta de datas de radiocarbono que permitam aceitar sem reservas a persistência dos objectos metálicos de cobre, ao longo do Bronze Inicial e a pervivência da cerâmica campaniforme ao longo de grande parte do II milénio AC (GONZALEZ MARCEN *et alii* 1992; BOAST 1994; MENDEZ FERNANDEZ 1994<sup>33</sup>; SANCHES 1995:157) levam-nos a pôr em causa a pretensa diacronia entre objectos metálicos inscritos no "Horizonte de Montelavar" ou "Intermédio" e a cerâmica campaniforme, permitindo considerá-los como fenómenos sincrónicos<sup>34</sup>. Deste modo, parece-nos que as

---

<sup>32</sup>-A premissa de que o aumento percentual de arsénio nos artefactos de cobre se deva considerar como indicador de cronologia mais recente tem vindo a ser contestada por S. Rovira *et al* (1994: 165).

<sup>33</sup>-Este autor encontrou níveis com cerâmica campaniforme no povoado da A Lagoa, em contextos de 3030±50 BP e 3140±70 BP, bem como noutros de 3900±70 BP e 3800±30BP.

<sup>34</sup>-A diferença de contexto poderá explicar-se pela adaptação de determinados objectos no seio de sociedades historicamente distintas que absorvem estes artefactos de diferentes modos e os usam em diferentes associações.



divisões estabelecidas por Harrison são demasiados simplistas para definir uma fase tão complexa como a dos inícios da Idade do Bronze. As premissas da definição destes conceitos são discutíveis e levam-nos a considerar a sua inoperacionalidade total, porque não valorizam a contextualização cronológica-cultural dos artefactos que os suportam nas diferentes áreas onde ocorrem; por homogeneizarem ou generalizarem as etapas de desenvolvimento de uma grande área geográfica; por assentarem em dados tecnológicos hoje refutáveis e baseados numa cronologia assente em paralelos, também eles, em fase de revisão.

#### *1.2.4.4. O conceito de Bronze Atlântico*

Desde a 1ª metade do séc. XX, que muitos investigadores tem utilizado o termo Bronze Atlântico para designar, quer a totalidade da Idade do Bronze do Noroeste, quer a sua fase final. Em trabalho comunicado em 1995 no Colóquio "Existe uma Idade do Bronze Atlântico?" tomámos uma posição sobre a pertinência da sua utilização face aos novos dados e aos pressupostos teóricos mais recentes (BETTENCOURT 1998). Pelo facto das actas deste evento terem tardado em serem publicadas optámos por resumir as ideias então manifestadas e acrescentar-lhes algumas sugestões decorrentes de reflexões após essa data.

Já foi referido no início deste capítulo que o conceito de Bronze Atlântico foi criado por **Santa Olalla**, em 1938<sup>35</sup> para abarcar as fases finais da Idade do Bronze peninsular (Bronze III e IV), partindo da perspectiva evolucionista e linear de que a Península Ibérica tinha passado, na íntegra, pelos mesmos estádios evolutivos. Assim, a um Bronze Mediterrânico (Bronze I e II) ter-se-ia sucedido um Bronze Atlântico, cuja origem, na fase II, explica por vagas migracionistas oriundas da Europa central, no âmbito do paradigma histórico-cultural então em voga.

---

<sup>35</sup>-Informação retirada de MacWhite (1951: 14 e nota 3).

Em 1949<sup>36</sup>, Savory restringe este conceito ao Noroeste e ao Sudoeste peninsular. Numa postura difusionista mais moderada atribui as mudanças culturais às relações externas e a algum migracionismo. Em 1974<sup>37</sup> considera já o conceito pouco "satisfatório" face à diversidade da realidade arqueológica peninsular.

Tal como já referimos na primeira parte desta capítulo E. MacWhite (1951), adopta a área geográfica definida por Savory, mas identifica um período que intitula de Bronze II ou Proto-Atlântico com fortes influências atlânticas e centro-europeias, que resultam de um fenómeno marítimo de intercâmbios excluindo assim as migrações como factor de mudança. Faz corresponder o Bronze III, de Santa-Olalla, ao Noroeste e o Bronze IV ao Sudoeste, áreas de influência francesa e irlandesa, respectivamente.

Almagro Gorbea (1986<sup>38</sup>) alarga a área geográfica de Bronze Atlântico para a zona Astur-Cantábrica, parte da Meseta Norte, Estremadura espanhola, Huelva e baixo Guadalquivir, e situa-o nos finais da Idade do Bronze. Explica-o pela existência de fortes relações metalúrgicas existentes entre as comunidades da fachada costeira da Europa atlântica e, esporadicamente, com países escandinavos. A sua periodização apresenta também um carácter evolucionista, com base em artefactos metálicos, explicando as mudanças evolutivas através do papel da metalurgia na sociedade.

Cabe a P. Kalb, em 1980, o mérito de se afastar de critérios puramente metalúrgicos na interpretação deste período. Ao associar os objectos metálicos com as cerâmicas encontradas em povoados das diferentes regiões e com as jazidas mineiras, cria, para Portugal, três áreas economicamente distintas, afectas ao Bronze Final: o Norte e Beiras; o Centro/Estremadura e o Sul.

Em 1984, M. Ruíz-Gálvez Priego inclui toda a fachada ocidental e o Norte da Península no "Bronze Atlântico" e adopta o termo "mundo atlântico" para explicar a uniformidade metalúrgica, dentro das várias regiões que o integram.

---

<sup>36</sup>-Tradução portuguesa do artigo intitulado - The atlantic bronze age in South Western Europe, publicado nos *Proceedings of the Prehistoric Society*, 15, pp. 128-155.

<sup>37</sup>-Tradução da obra "Spain and Portugal", publicada em 1968.

<sup>38</sup>-O autor defende, em trabalhos efectuados já na década de 70, algumas ideias que desenvolverá em 1986.

Defende, pela primeira vez, a existência dos contactos atlânticos no Bronze Inicial, mas só elabora uma periodização fina para o Bronze Final. A mudança cultural é explicada através do aumento do comércio extra-peninsular, quer com países banhados pelo atlântico, quer com os países mediterrâneos, estes últimos, principalmente a partir da fase IIIb.

A. Coffyn (1985) e A. Coffyn *et al* (1991) defendem que o conceito deverá alargar-se a toda a Idade do Bronze abrangendo toda a região do extremo ocidental da Europa, com vocação marítima e riqueza mineira, nas quais integra o Noroeste, o Centro-Oeste e o Sudoeste peninsular.

A frequência das relações comerciais, entre as diferentes zonas atlânticas, teriam permitido contactos tecnológicos e culturais, manifestados por objectos standardizados que admitem a existência de uma "comunidade atlântica".

Para a Península elabora uma periodização também ela evolucionista mas subdivide o último período, o Bronze Final III em 3 grupos metalúrgicos (o do Noroeste, o Lusitano e de Huelva que considera problemático), cada um deles com produções específicas, apesar do "fundo comum"; a espada de língua de carpa - verdadeiro fóssil director do "atlantismo".

M. Ruíz-Gálvez Priego, em 1987, prefere falar de "culturas ligados ao comércio atlântico" com uma produção metálica comum, cujo papel no desenvolvimento das sociedades considera difícil de determinar. Contesta a existência de uma "cultura atlântica" e considera que determinadas características consideradas comuns são ambíguas pois com excepção da metalurgia, da acumulação de depósitos e da inexistência de tumulações convencionais, desconhecem-se todas as características de âmbito socio-económico. Para a autora o termo "Bronze Atlântico" também não designa uma sincronia tipológica e tecnológica, entre as diferentes regiões europeias que o compõem.

Apesar da pertinência destas questões o artigo parece não ter suscitado a discussão que seria necessária.

Na década de 90 Coffyn & Sion (1993), e a própria Ruíz-Gálvez (1995b) reanalisam os dados existentes e admitem novas periodizações, embora a segunda pareça ter abandonado o termo atlântico na sua cronologia para o Bronze Final.

Em síntese, na ausência de "habitats" escavados e de contextos tumulares conhecidos, os trabalhos sobre o Bronze Atlântico peninsular, deram grande ênfase à tipologia e a estudos diacrónicos, numa perspectiva evolucionista.

A maioria dos autores considera o Bronze Atlântico peninsular como um fenómeno dos finais da Idade do Bronze, circunscrito ao Norte, Noroeste, Centro-Ocidental e Sudoeste, como uma identidade cronotipológica e cronotecnológica, caracterizado por produções metalúrgicas de filiação preferencialmente atlânticas, sem exclusão das influências continentais e mediterrânicas. Além das semelhanças artefactuais estas regiões estariam ainda ligadas pela posição relativa ao oceano, pela riqueza em jazidas mineiras e pela ausência de povoados e contextos tumulares.

Questionando a natureza e validade das identidades propostas tentámos desmontar os pressupostos que as sustentavam como identidade cultural, ou como fenómeno cronotipológico e cronotecnológico.

Apesar da dificuldade em caracterizar "cultura" experimentámos aplicar aos dados o conceito histórico-culturalista. Segundo G. Childe, a recorrência de associações de objectos-tipo (sepulturas, *habitats*, depósitos, objectos materiais) numa determinada área, identifica um grupo cultural e corresponde a uma identidade étnica.

Os dados disponíveis para o Bronze Atlântico peninsular, durante o IIº e os inícios do Iº milénio AC, resultado dos trabalhos efectuados nos anos 80 e inícios dos 90, apesar de escassos, são suficientes para demonstrar divergências na cultura material, nas estratégias de tumulação e nas expressões artísticas das diferentes áreas onde o conceito tem sido aplicado. Uma certa uniformidade formal dos artefactos metálicos, objectos de excepção e escassos, não constitui, a nosso ver, indicador de identidade cultural e muito menos étnica.

Se não é uma cultura, como muitos autores têm defendido, examinemos a suposta identidade cronotipológica<sup>39</sup>.

A recolha por nós efectuada de objectos contextualizados e datados por radiocarbono permite-nos tecer algumas considerações: a primeira relaciona-se com o pressuposto de que o período de maior dinamismo e diversidade metalúrgica, se verificou no 1º quartel do I milénio AC (950 e 750 a. C.), momento de intensas relações com áreas atlânticas e mediterrânicas, nomeadamente com os colonos fenícios no ocidente europeu. Os dados que dispomos indicam, por um lado, uma metalurgia peninsular florescente, anterior às datas propostas e, por outro, inviabilizam os factores explicativos associados à referida colonização.

Em relação à importância dos colonos fenícios como difusores do ferro na Península, parece importante referir a introdução de objectos deste metal em contextos do Bronze Final no Centro-Sul e Noroeste. Naquela região, contextualizam-se antes do séc. X A.C. e nesta, entre o séc. IX e VIII A.C, portanto anteriores e contemporâneos da sua fixação.

É também comum considerar-se que nesta fase de dinamismo do Bronze Atlântico teriam circulado abundantemente machados de alvado e de talão de duas argolas. Sobre este assunto ocorrem-nos uma série de questões. Uma delas prende-se com a cronologia dos machados de alvado, contextualizados apenas no Castro de Torroso, já no 2º quartel do I milénio AC. Corresponderá a maioria destes objectos à fase de transição Bronze/Ferro e, portanto, a um momento mais avançado do que o proposto para a sua difusão no território peninsular?

Sem esgotarmos as problemáticas salientamos que ao pretendermos verificar arqueograficamente a validade das periodizações estabelecidas para o Bronze Atlântico peninsular acabámos por ter dificuldades em enquadrar os artefactos datados por C14, pois as propostas são demasiado rígidas para as amplitudes cronológicas fornecidas pelas calibrações.

---

<sup>39</sup>-Explicitamos desde já que estamos a trabalhar com datas calibradas a 2 sigma.

Tabelas cronológicas bem definidas, à semelhança do que existe para alguns artefactos romanos, são absolutamente impossíveis de adequar à realidade com a qual trabalhamos. A calibração das datas, ao não permitir a precisão cronológica evolucionista a que nos habituámos durante cerca de 30 anos, obriga-nos a "perder a inocência" e impossibilita a defesa de uma identidade cronotipológica para o Bronze Atlântico peninsular. Resta-nos, como solução, a reaprendizagem de manipularmos novas dimensões de tempo.

Em termos cronotecnológico é usual dizer-se que a última etapa do Bronze Atlântico se caracteriza por artefactos efectuados com ligas ternárias e que a Península Ibérica funcionaria como uma província metalúrgica, dividida em fases, consoante as diferentes ligas. Contudo, apesar de se conhecerem bronzes ternários nesse período, os dados recentes indiciam combinações binárias para a Península nos 1º e 2º quartéis do I milénio AC. O adição intencional de chumbo manifesta-se, quase sempre, por quantidades insignificantes, pelo menos até aos inícios do 2º quartel desse milénio. Só a partir desse período e exclusivamente para o Noroeste, por falta de dados concretos para outras regiões, poderemos falar de um aumento significativo de bronzes ternários com percentagens médias de chumbo, coexistindo com os binários.

Permanece por estabelecer a cronologia dos machados de talão, com altas percentagens deste metal. Serão exclusivos da transição Bronze/Ferro ou já mesmo do Ferro Inicial do Noroeste?

Se considerarmos esta amplitude cronológica para estes objectos, que combinação química terão artefactos similares noutras regiões e em que momento cronológico os deveremos situar?

A combinação ternária será característica apenas do Noroeste durante a transição Bronze/Ferro ou este fenómeno será sincrónico no Centro-Oeste e no Sudoeste peninsular onde não se têm detectado jazidas deste período?

Deveremos considerar a combinação ternária como um indicador de diacronia e evolução tecnológica? Nesse caso, como explicar a coexistência de combinações distintas, no 2º quartel do I milénio do Noroeste?

Poderão as combinações ternárias revelar opções funcionais, aplicadas a objectos específicos ou resultar de uma particularidade regional?

As análises de Torroso (Pontevedra) evidenciaram algumas ligas ternárias ricas em estanho. Estariam relacionadas com dificuldades no abastecimento de cobre ou corresponderiam a uma característica meramente cultural?

Todavia, desconhecem-se com precisão quais as fontes de abastecimento de cobre e os motivos passíveis de terem dificultado o seu abastecimento no Noroeste, a partir do séc. VIII AC, atendendo a que é possível a sua obtenção na zona artur-leonesa, na própria Galiza e no Norte de Portugal (COMENDADOR REY 1998: 107).

Com tantas questões sem resposta parece difícil estabelecer cronologias baseadas em aspectos tecnológicos, pelo que para a caracterização da identidade tipológica e tecnológica do Bronze Atlântico resta-nos estudar a filiação geográfica dos artefactos peninsulares.

Desde cedo foi usual defender-se que a metalurgia peninsular se filiava em protótipos atlânticos, oriundos da Grã-Bretanha, da Irlanda e da Bretanha francesa, sem exclusão de influências continentais e nórdicas, esporádicas e, numa fase recente, mediterrânicas.

Percorrendo a bibliografia da década de 90, verificamos que a filiação ou origem de protótipos e artefactos metalúrgicos do "Bronze Atlântico" peninsular não oferece consenso e, não raramente, se tem acentuado as afinidades mediterrânicas, continentais e nórdicas nas produções peninsulares ou o carácter endógeno de muitos objectos.

O estado da questão obriga, pois à prudência e torna difícil sustentar, sem reservas, a ideia de que a produção peninsular se inscreve maioritariamente numa "província metalúrgica atlântica" (LUNGWORTH 1994).

A situação geográfica e a riqueza mineira da Ibéria, parecem ter feito desta região uma zona de variadíssimas influências, o que terá certamente contribuído para uma grande vitalidade e originalidade dos "ateliers" locais, desde, pelo menos, o último quartel do II milénio AC, como indiciam os vestígios da prática metalúrgica encontrados no Centro-Oeste e Noroeste.

Se é incongruente defender o Bronze Atlântico como cultura, se é difícil estabelecer periodizações fechadas face à tipologia dos objectos conhecidos, se alguns objectos, tradicionalmente enquadrados neste período, parecem inserir-se em contextos mais recentes, se é imprudente tentar estabelecer regularidades tecnológicas para o Bronze peninsular, se a filiação geográfica dos objectos está a ser redimensionada e se são mais as questões do que as respostas - que valor atribuir ao conceito de Bronze Atlântico?

Bronze Atlântico criado na primeira metade do séc. XX, é um conceito historicamente datado. Apesar dos avanços da produção teórica, este conceito foi sendo aceite e caracterizado, até aos meados dos anos 80, com base em achados metalúrgicos descontextualizados e a sua arrumação imbuída de pressupostos empiristas e evolucionistas.

Abandonando as perspectivas anteriores e abraçando um conjunto de pressupostos da Arqueologia Social, Ruíz-Gálvez Priego, em 1993, procura uma nova "identidade" para este período.

Defende que os elementos metálicos do Bronze Final, reflectem um mundo simbólico/ritual e uma organização social, comuns às da Europa atlântica, materializada por rituais funerários idênticos (aquáticos) e por cerimónias comunitárias idênticas (associadas ao uso de caldeiros e de espetos) e pelos mesmos *items* de ostentação e exibição (objectos metálicos semelhantes) como forma de poder, por parte de uma elite, que controla e manipula estes bens. A autora sustenta que as formas de interacção entre as elites atlânticas, deverão ter criado convenções e códigos de comunicação comuns que poderão estar na base das línguas existentes antes da História.

Cria assim uma nova "identidade atlântica" simultaneamente social, simbólica e ritual.

Esta postura abriu novas perspectivas de leitura para o Bronze Atlântico, embora a identidade encontrada, possa ser comprometedor, em termos dos interesses políticos e ideológicos da Europa actual. Nunca é demais lembrar que a construção do passado tem sido frequentemente usada para fundamentar o presente, muitas vezes através da criação



de comunidades com memórias colectivas ou "partilhadas" (SHACK 1994: 115). Deste modo não podemos deixar de perguntar o que significaria a uniformização simbólica de uma vasta zona europeia?

A substituição de Bronze Atlântico por uma identidade socio-simbólica europeia não será, ainda que inocente, o reflexo da conjuntura política actual, que pretende construir um passado que justifique ou fundamente, em termos arqueológicos o conjunto de interesses da União Europeia? Esta é uma questão que voltaremos a abordar mais adiante.

Em 1995 Ruíz-Gálvez Priego aplica à Idade do Bronze peninsular o modelo de "Economia-Mundo" mas, contrariando a posição anteriormente assumida, afasta-se das perspectivas que vêem, no conjunto de objectos metálicos afins, uma linguagem simbólica e sociopolítica comum. Sustenta agora que os contextos onde os artefactos se encontram diferem de região para região, pelo que os seus significados e os rituais em que se inscrevem devem ser distintos. Assinala ainda que muitos objectos são aceites pelo seu valor material, independentemente do estatuto de origem, pelo que serão adaptados à linguagem ideológica local, não representando fenómenos de "aculturação" ou "imitação" mas sim de "emulação".

Esta perspectiva valoriza, implicitamente, os estudos regionais e está de acordo com a linha de investigação que preconizamos: a necessidade de um retorno aos estudos regionais, à contextualização artefactual dos achados e à "*criação de realidades individuais*", contra as narrativas globalizantes e europeias do passado (ROWLANDS 1994).

A bibliografia e os dados mais recentes demonstram que é usual aparecerem objectos metálicos comuns em contextos distintos: povoados, grutas, túmulos, depósitos fluviais e terrestres, estelas do Sudoeste e Centro-Oeste ou nas estátuas-menires do Noroeste. A tal variedade contextual fazemos corresponder uma polissemia de interpretações rejeitando a criação de significados uniformizantes ou "europeus" para tais artefactos.

A etnografia tem revelado que os valores funcionais e simbólicos de objectos idênticos variam de sociedade para sociedade e que, quanto mais longo for o percurso a percorrer, maior será a distorção do seu significado original.

Sem a contextualização dos achados, as regularidades, para eles defendidas poderão ser apenas aparentes, já que não questionam os motivos pelos quais os objectos se enquadram em determinadas sociedades e anulam o contributo das diferentes tradições e condições sociais locais em que eles se inserem.

O estudo destes aspectos passa, necessariamente, por trabalhos de escavação que contemplem "*as micro-estruturas da vida diária*" (SHERRATT 1993) e determinem o "*ciclo de vida social dos objectos*" (APPADURAI 1986<sup>40</sup>; NEEDHAM 1993: 166-167). Só deste modo poderemos renovar as leituras do material disponível e percebermos os mecanismos sociais em que se movem os actores que manipulam os artefactos, bem como as estratégias económicas e simbólicas em que se integram peças semelhantes, provenientes de grupos e áreas distintas.

Nesta perspectiva, rejeitamos estudos com base em mapas de distribuição de objectos como meio de atingir os objectivos propostos. Estes não representam o momento de vida em que os materiais foram abandonados, pois ignoram os processos pós-deposicionais: São apenas "*mapas de recuperação*" segundo S. Needham (1993) e não representam mais do que o local de achado dos objectos. Revelam "*contextos opacos*", incomparáveis e não adequados para extrair leituras de ordem social, simbólica ou ritual.

Mais uma vez só a comparação de estudos regionais poderá revelar a existência de áreas geográficas com "*padrões de sistema de valor material idênticos*", tornar inteligível as mudanças no valor dos artefactos e os motivos porque tal ocorreu e permitir, posteriormente, uma visão-mais alargada do passado.

Desmontados os critérios que definiam o conceito de Bronze Atlântico peninsular verificámos que ele não pode ser encarado como uma cultura no sentido histórico-culturalista, ou como uma província com uniformidade cronotipológica ou

---

<sup>40</sup>- Em R. Bradley (1990:33).

cronotecnológica e que não oferece consenso como área de filiação artefactual "atlântica". De igual modo, parece difícil sustentar que representa uma identidade simbólica e social, para uma área tão vasta, como o ocidente e o Norte peninsular.

Ao considerarmos a região que compreende **Bronze Atlântico** como uma "realidade" plural, em termos culturais e cronológicos, tecno-tipológicos e socio-simbólicos, o conceito esvazia-se de "identidade", torna-se redutor, normativo e fechado e de muito pouca utilidade prática.

#### *1.2.4.5. A Idade do Bronze: a 1ª Idade de Ouro na Europa*

Tendo assistido e participado no programa do Conselho da Europa intitulado "A Idade do Bronze: a 1ª Idade de Ouro na Europa", pareceu-nos pertinente tecer algumas considerações sobre este evento que, de certo modo, marcou a investigação portuguesa sobre a Idade do Bronze em 1994 e 1995, se bem que ele não se possa considerar como um conceito, no sentido ortodoxo do termo.

Entendemos ser importante a desmontagem dos objectivos que estão subjacentes à promoção da Idade do Bronze como a 1ª Idade de Ouro da Europa e interpretar a sua pertinência política na conjuntura europeia actual. Dos artigos publicados nas revistas e folhetos que acompanharam este programa citamos um excerto do artigo do M. G. Trozig (1994: 5), presidente do Comité de Especialistas do Plano Europeu para a Arqueologia "... a Idade do Bronze foi uma época onde apareceram numerosos elementos através dos quais identificamos a Europa dos nossos dias " e de R. Peroni & C. Belardelli (1994:102), da Universidade "La Sapienza" de Roma, para os quais esta campanha foi efectuada com o objectivo de "... dar consciência a um público mais vasto das origens comuns da civilização europeia....", através do debate e do aprofundamento científico do tema proposto (*Id. ibidem*: 102) facilmente se verifica a utilização política da arqueologia, por parte do Conselho da Europa, ao pretender remontar à Idade do Bronze as origens da civilização europeia e ao considerar de grande importância a divulgação deste passado junto do grande público e dos média. Estamos pois perante um acontecimento que privilegia a criação de um sentido de identidade junto dos cidadãos

européus, construindo um passado que lhes possibilite partilhar uma memória colectiva. O pressuposto de que a Idade do Bronze seria, à macro-escala, um período uniformizante em toda a Europa, não só parece querer escamotear as assimetrias deste período, como poderá esconder o desejo de abolir as dicotomias de desenvolvimento actual existentes em cada país da actual União Europeia.

A criação de passados que pretendem abolir, no plano simbólico, as dessemelhanças, favorecem os mais fortes (os patrocinadores) que, ao permitirem aos países menos desenvolvidos uma hipotética igualdade, os engrandecem, criando as condições para a quebra de resistências e para a abertura às inovações necessárias para a introdução das propostas políticas e económicas da União Europeia. O evento "A Idade do Bronze: a 1ª Idade de Ouro na Europa" pauta-se pois, pela aplicação de uma racionalidade moderna ao passado, criando uma lógica dominante, utilitária, culturalmente aceitável por todos, como a mais adequada, escamoteando o que M. Shanks & C. Tilley (1987) denominam de lógica de contingência.

Se este procedimento é compreensível à luz da conjuntura actual do Conselho da Europa, ele é discutível em termos científicos e deverá ser consciencializado pelos arqueólogos que tomaram parte neste evento, atendendo ao renovado interesse da arqueologia, como arma política poderosa.

#### *1.2.4.6. A Idade do Ferro*

Em relação ao conceito de Idade do Ferro estamos de acordo com X. CARBALLO ARCEO (1990: 165) quando salienta o facto de não podermos falar de uma Idade do Ferro tecnológica, já que a produção desse metal só se generaliza após a 2ª metade do I milénio a. C., pelo que só terá sentido falar-se de uma Idade do Ferro teórica. Discordamos deste autor quando define este período como uma etapa cultural baseada apenas no aparecimento de um novo padrão de povoamento para o Noroeste (os povoados fortificados), representativos de uma mudança estrutural profunda em relação a etapas anteriores.

Baseados em alguns dados que apresentamos neste trabalho aceitamos que a Idade do Ferro é uma etapa que, em diferentes temporalidades consoante as regiões, se consolidaram mudanças estruturais a nível ideológico, socio-económico e simbólico, face ao que se considera Idade do Bronze.

## 2. O VALE DO CÁVADO

### 2.1. História da investigação

A história da investigação no vale do Cávado não se divorcia dos diferentes percursos paradigmáticos por que passou a investigação arqueológica do Noroeste.

Numa primeira fase, desde os finais do século passado, até à década de 70 deste, surgiram publicações esporádicas e genéricas de achados descontextualizados ou de estações arqueológicas que se iam descobrindo, um pouco por toda a parte. Entre os muitos autores que noticiaram achados da região (FONSECA 1838; COSTA 1868; LEAL *et al* 1873-1890; SILVA 1880; SARMENTO 1883-1884, 1895; VIEIRA 1886-1887, 1917; AZEVEDO 1896a, 1986b, 1897, 1898, 1900, 1908; VEIGA 1891; VASCONCELOS 1895, 1901, 1906, 1913, 1930-1931, 1933; FORTES 1905a, 1908; OLIVEIRA 1908; BELLINO 1909; FONTES 1916; CORREIA 1924; PINTO 1932; CARDOSO 1936a, 1938, 1950a, 1950b, 1951, 1957, 1961; FONSECA 1938; TEIXEIRA 1939, 1940a, 1940b, 1941; CEPA *et al* 1944; CORTEZ 1946; VILLASBOAS 1948a, 1948b, 1948c; LEISNER 1956, 1958; MOITA 1966, 1974; FREITAS 1971; SOUSA 1978) destacamos pela excelente qualidade o trabalho sobre a descoberta da necrópole de S. Paio de Antas, apresentado no *I Congresso do Mundo Português*, em 1940, por A. Ataíde & C. Teixeira.

Da segunda metade do séc. XX registamos o persistente trabalho de A. R. Cunha sobre os "castros" da bacia do Cávado, que foi amplamente noticiando no *Diário do Minho*, entre 1948 a 1974 e cujos resultados culminaram, em 1975, no artigo "Trepando aos Montes", publicado na revista *O Distrito de Braga*. A par destes trabalhos, vocacionados para a arqueologia, surgem as primeiras monografias históricas dos concelhos de Amares (SILVA 1958-1959), Barcelos (FONSECA 1948) e Esposende (MACHADO 1951), onde, frequentemente, se encontram referências a achados ou estações arqueológicas. Datam, também, deste período as primeiras escavações nalguns

monumentos megalíticos e em castros, praticados sem aplicação da metodologia hoje entendida como a mais adequada e de que resultaram, por vezes, escassas e sumárias publicações (SARMENTO 1933; TEIXEIRA 1939, 1940a, 1940b, 1941; SOUSA 1968/1970).

Os finais das décadas de 70, inícios de 80, pautam-se por uma série de escavações arqueológicas, efectuadas em "castros" que, embora usem modernas metodologias de investigação, não se inscrevem em projectos de investigação coerentes. Do conjunto desses trabalhos resultaram alguns artigos, na maioria dos casos pontuais (JORGE 1979; JORGE *et al* 1979; SOUSA 1979; ALMEIDA *et al* 1980; CASTRO *et alii* 1980; COSTA *et alii* 1980; SILVA *et alii* 1981, 1984; PETRUSO 1982; ALMEIDA 1982a, 1982b, 1985b, 1985c).

A importância de alguns achados da pré-história recente e dos inícios da proto história da bacia do Cávado poderá inferir-se pelas referências em obras de síntese peninsular ou do Norte de Portugal como as de E. MacWhite (1951), S. Junghans *et alii* (1960, 1968); P. Harbison (1967), R. Harrison (1974a), L. Monteagudo (1977), P. Kalb (1980a, 1980b), M. Ruíz-Gálvez Priego (1979, 1984a), A. Hartmann (1982), A. Coffyn (1985), A. Silva (1986) de marcado carácter tipológico e tecnológico, bem como em outras de carácter mais antropológico como as de V. Jorge (1982) e S. Jorge (1986), onde se vão inserindo cronológico-culturalmente alguns achados parcelares.

A criação, a partir de inícios da década de 80, de uma delegação dos Serviços Regionais de Arqueologia da Zona Norte, sediada em Braga e afecta ao então IPPC, o aparecimento a partir dos anos 80, de trabalhos de foro individual de alguns investigadores ligados a instituições académicas e as iniciativas camarárias, a partir da década de 90, permitiram a consecução de inventários arqueológicos de forma sistemática e a criação de um acervo de informação importante para trabalhos subsequentes realizados na bacia do Cávado (ALMEIDA 1979b, 1983, 1985a, 1986, 1988, 1989, 1990b, 1990/1991, 1993; ALMEIDA *et al* 1984; REGALO 1986; FONTES 1990, 1993; REGALO *et al* 1991).

Reportam-se aos finais dos anos 80 e à década de 90 os projectos sistemáticos de investigação que privilegiam a bacia do Cávado, ou que, abarcando áreas mais vastas do Noroeste português, englobam em parte esta região. Em consequência surgem as primeiras arrumações cronológicas e culturais do vasto registo arqueológico, entretanto publicadas. Entre os dedicados à bacia do Cávado destacamos o de M. Martins, sobre a Proto-História e a Romanização do curso médio da bacia do Cávado, finalizado em 1987 e publicado entre 1988 e 1990 e entre os de âmbito geográfico mais alargado, notificamos o trabalho sobre as indústrias líticas pré-históricas do litoral minhoto, da autoria de J. Meireles (1992) e o de C. A. B. de Almeida (1997) sobre a Proto-História e a Romanização do litoral minhoto. Em fase de finalização encontram-se, igualmente, os trabalhos de E. J. Silva sobre o megalitismo do Norte de Portugal e de H. P. Carvalho, este último, sobre a "*civitas* de Bracara Augusta", incidindo, igualmente, sobre a proto-história e a romanização de uma vasto território, que abarcará a bacia do Cávado. No âmbito destes projectos foi aparecendo extensa bibliografia.

Esta curta resenha demonstra que, apesar da longa tradição de estudos arqueológicos que contemplam a região e do interesse que ela tem suscitado recentemente, poucos são os projectos de investigação sobre grande parte da pré-história antiga e recente. O desconhecimento sobre os povoados, as tumulações<sup>41</sup> e as expressões de arte rupestre destes períodos é quase total, salvo raras excepções.

O nosso trabalho insere-se numa ampla faixa cronológica, que se estende,  *grosso modo*, desde os meados do III e os meados do I milénio AC, inserindo a Idade do Bronze e os inícios da Idade do Ferro. Tem como objectivo, através de um diálogo, por vezes desigual, entre o resultado de escavações e de prospecções, definir as bases cronológico-culturais que permitam integrar, recuperar e valorizar os dados que sobre estes períodos se foram descobrindo e articulá-los com as fases subsequentes.

Para o estudo da última fase sobre o qual incide o nosso trabalho, ou seja, a 1ª metade do I milénio AC, as investigações mais recentes foram as efectuadas por M.

---

<sup>41</sup>-Sobre este último tema existe um trabalho da autoria de T. Soeiro (1988) que sistematiza os achados sepulcrais, com manifestações de vasos de largo bordo horizontal, do concelho de Esposende.



Martins (1988a, 1988b, 1988c, 1989 e 1990) para o curso médio da bacia do médio Cávado. As hipóteses então formuladas e o quadro de questões que enunciou, constituíram um ponto de partida e uma base de referência que nortearam a nossa investigação, pelo que nos parece pertinente expor numa breve resenha algumas problemáticas deixadas em aberto por esta autora que tinha como objectivos primordiais perspectivar um quadro cronológico e cultural das comunidades do I milénio a. C. e explicar os mecanismos de continuidade ou mudança entre as diferentes etapas evolutivas que foi estabelecendo para este período. Três questões pareciam fundamentais: a emergência do povoamento fortificado nos finais da Idade do Bronze; a transição da Idade do Bronze para a do Ferro e o modo de integração no sistema administrativo romano das populações autóctones que habitaram a região.

Através de um intenso trabalho de escavação e de prospecção subdivide o I milénio a.C. em 4 fases ocupacionais, sendo a fase I atribuível ao Bronze Final, a fase II, ao Ferro Inicial, a fase III, ao Ferro Recente e a fase IV a uma etapa de romanização.

A fase I, caracterizar-se-ia pela emergência dos povoados fortificados, cujas reduzidas dimensões, estariam provavelmente dependentes dos recursos, do meio ambiente e das condições tecnológicas. O crescimento populacional obrigaria à fragmentação do povoado inicial, podendo originar padrões de assentamento semelhantes, o que explicaria a generalização deste tipo de povoamento, hipótese esta que, segundo a própria autora, necessita de confirmação.

Entre os sécs. VII/VI a. C. (cronologia relativa), coloca o fim da fase I, momento, a partir do qual, se verificam "rupturas" artefactuais, reordenamento do espaço interno dos povoados e uma alteração da organização socio-económica que lentamente levará à emergência do que denomina fase II ou Ferro Inicial. A escassez do registo arqueológico para a transição entre a fase I e II, não permitiram demonstrar, de forma inequívoca, a existência de continuidade de ocupação entre o Bronze Final e o Ferro Inicial. Permanecendo esta uma questão em aberto muitas outras se colocam de ordem cronológica, material, socio-económica e simbólica.

Na presunção de que a cada fase cronológico-cultural corresponde um determinado comportamento de distribuição espacial dos seus povoados e que essa distribuição poderá reflectir as estruturas socio-económicas e políticas (MARTINS 1988c: 143, 145; 1990), esta autora utilizou como metodologia de trabalho técnicas de análises de arqueologia espacial, para determinar esses comportamentos. Estabelece assim um hipotético padrão de povoamento para o I milénio a.C. no qual inscreve três tipos de povoados. Os que designa de tipo A, com vestígios do Bronze Final, ocupando relevos destacáveis na paisagem, assentes em esporões, ou nos seus limites, com cotas superiores aos 200m de altitude e com boas condições de visibilidade sobre os vales (*Id. ibidem*: 147-148). Aplicando a estes povoados a combinação das metodologias de E. Higgs *et al* (1972) e de I. Davidson *et al* (1984), com o objectivo de definir territórios potenciais de exploração ou de influência, verificou que eles "...parecem distribuir-se de forma mais ou menos equitativa, fugindo às zonas mais baixas dos vales" com um raio de acção que não parece ir além de 1h/1.30h e com uma economia que se organiza em torno de recursos de montanha e de vale (*Id. ibidem*: 149, 150).

Nos povoados de tipo B, situados em colinas de altitude média e nos de tipo C, localizados em pequenos outeiros ou colinas, mais próximos do vale, não detectou vestígios atribuíveis à Idade do Bronze, pelo que os considera já da Idade do Ferro, eventualmente politicamente dependentes dos de tipo A e resultando da necessidade de expansão para aquisição de novos territórios económicos.

Este modelo inaugurou para a região uma tipologia de povoamento para os finais da Idade do Bronze e para a Idade do Ferro que pressupunha, igualmente confirmação futura.

A quantidade de questões levantadas no ponto 1 e 2 deste capítulo são apenas algumas das muitas que poderiam equacionar-se para a Idade do Bronze e os inícios da Idade do Ferro do Noroeste. Mesmo limitadas aos aspectos que nos pareceram mais importantes estamos cientes que não termos dados, no âmbito de um trabalho regional, para responder a todas elas, o que aliás nunca foi nossa pretensão. Se no final deste exercício tivermos efectuado um discurso aberto, susceptível de novas interrogações,

elas próprias passíveis de integrarem a introdução de um novo trabalho então, daremos este esforço por compensado.

## **CAPÍTULO II**

### **OBJECTIVOS, METODOLOGIAS E LIMITAÇÕES**

Como todos os projectos de investigação, também este é o resultado de uma história não linear, resultante de uma caminhada pessoal que acabou por constituir um desafio com efeitos simultaneamente penosos e benéficos. Neste capítulo incluímos os objectivos deste projecto de investigação, as posições teóricas adoptadas, as estratégias de pesquisa, os vários níveis de construção deste trabalho e as dificuldades dele decorrentes.

## 1. OBJECTIVOS

Numa primeira fase os objectivos genéricos deste projecto prenderam-se com o estudo sincrónico das comunidades dos finais da Idade do Bronze e a sua articulação com as dos inícios da Idade do Ferro, na bacia do curso médio do rio Cávado<sup>42</sup>. Pretendia-se dar continuidade a parte do trabalho efectuado por M. Martins, publicado em 1990, sob a designação de "A Proto-História e a Romanização na Bacia do Curso Médio do Rio Cávado". Com o avanço dos trabalhos, nomeadamente da escavação de povoados relativos a épocas mais recuadas do que as inicialmente propostas, tornou-se pertinente alargar o âmbito cronológico deste estudo aos finais do III, inícios do II milénio AC. Estas últimas descobertas tornaram, por sua vez, oportuno a extensão da área de trabalho ao curso inferior do Cávado, de modo a possibilitar a contextualização cronológica e cultural de inúmeros dados daquela zona, descobertos em épocas anteriores.

Assim, os objectivos gerais da presente tese são o estudo e o conhecimento das comunidades dos finais do III, inícios do II milénio AC até meados do I milénio AC na bacia do curso médio e inferior do Cávado e o seu contributo na formação da paisagem do Entre-Douro-e-Minho, até meados dos anos 60.

---

<sup>42</sup>-Projecto intitulado "As Comunidades do Bronze Final da Bacia do Médio Cávado: Regularidades e Especificidades", apresentado ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, em 1990.

Para cada período (Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro) visámos o estudo do povoamento<sup>43</sup> procurando a contextualização ambiental de todos os dados registados, na tentativa de encontrarmos regularidades e especificidades nos padrões de ocupação. Particularizando um pouco, tentámos distinguir diversas formas de assentamento (fixo, sazonal ou itinerante) e as possíveis interações entre eles; perceber a estrutura interna dos diferentes tipos de povoados tentando explicar o seu significado em função de multivariáveis (recursos, história das comunidades, organização socio-económica, ideológica e ritual); perceber as diferentes expressões tumulares e rituais; estudar os artefactos cerâmicos, lítico e metálicos, a partir do momento em que os considerámos passíveis de dar respostas simultaneamente funcionais, ideológicas e sociais. A pertinência do estudo dos padrões de povoamento alicerça-se no postulado de que a partir deles, eventualmente, se poderão levantar hipóteses sobre a organização social, económica e ritual das comunidades (RENFREW *et al* 1991). Também o estudo dos ecofactos se tornou de grande importância, pela possibilidade de "reprodução" das condições paleo-ambientais e paleoclimáticas dos vários períodos em estudo, permitindo uma melhor contextualização paleo-ecológica das diferentes comunidades.

Com base neste conjunto de variáveis (povoados, túmulos, gravuras rupestres, depósitos, artefactos e ecofactos) pretendeu-se inferir eventuais "fronteiras" ideológico-culturais em cada período mas, também, perceber as diferentes formas de adaptação ao meio, ao longo do tempo, e registar processos de continuidade e mudança capazes de constituírem factores passíveis de sustentarem uma proposta de sequência cultural regional. A descrição dos critérios a usar como indicadores de mudança, pelo seu carácter problemático e pouco consensual poderá entender-se igualmente como mais um objectivo deste trabalho.

A sequência cultural regional efectuada para a bacia do Cávado será posteriormente inserida no contexto do Noroeste peninsular, permitindo a integração de uma leitura regional num quadro supra-regional e perspectivar o conhecimento a vários níveis de análise. Em suma, este trabalho pretende estudar as comunidades, nas suas mais

---

<sup>43</sup>-Que se entende como todas as manifestações do homem na paisagem.

diversas expressões, desde a transição do III/II até aos meados do I milénio AC, na bacia do Cávado e no quadro do Noroeste peninsular.

Devemos, no entanto, referir algumas motivações que se tornaram preponderantes para o desenho deste projecto: o facto da área escolhida representar a possibilidade de estudo de comunidades em vários ecossistemas (o litoral, o vale e a montanha); a possibilidade de conjugar diferentes tipos de dados em interacção, gravuras rupestres, necrópoles, povoados e eventuais depósitos; a proximidade da área de trabalho com a Universidade do Minho, instituição a que estamos afectos, permitindo custos menores de consecução do projecto e facilitando problemas associados a deslocações ao campo, quer para trabalhos de prospecção, quer de escavação.

Como resultado, este trabalho não deixa pois de constituir uma síntese, mas uma síntese momentânea, aberta, representativa de um tempo social, de uma maturidade intelectual e de uma fase da nossa investigação, em que tentámos dar algumas respostas a questões que colocámos. Os dados apresentados serão relidos mais vezes, sujeitos a novas reflexões em momentos em que conferirmos a nós próprios o benefício da dúvida e da mudança de opinião.

## 2. POSIÇÃO TEÓRICA ADOPTADA NO ÂMBITO DESTE TRABALHO

A investigação arqueológica actual não se dissocia da problemática epistemológica que se reflecte nas demais disciplinas. Profundamente divididas, as Ciências Sociais pautam-se, quer pela adopção do paradigma da modernidade, quer pelo da pós-modernidade. O primeiro, considera o conhecimento cumulativo, impõe uma postura de racionalidade científica, onde o único conhecimento aceitável é aquele que pode ser demonstrável, resistente à refutação, onde a verdade se pretende intemporal e onde se procuram obter leis previsíveis do comportamento humano. O segundo aceita a pluralidade de formas de saber, "*...tantas quanto as práticas sociais que as geram e sustentam*" (SANTOS 1994: 283).

Em Arqueologia, as diversas posturas teóricas (Histórico-Culturalismo, Arqueologia Processual Funcionalista; Arqueologia Processual Cognitiva; Arqueologia Marxista e Arqueologia Contextualista ou Interpretativa), são o resultado das diferentes contradições epistemológicas que atravessam as ciências ocidentais, inserindo-se a segunda e a terceira na modernidade e a última na pós-modernidade. Cada uma delas defende objectivos distintos, demonstra falta de acordo quanto aos factores determinantes para explicar fenómenos de mudança ou continuidade, quando tal é valorizado, apresenta uma variedade metodológica para atingir os fins e assume uma posição quanto à possibilidade do conhecimento.

O facto de nos considerarmos "*em curso de aprendizagem*" face a todas as perspectivas existentes na arqueologia e do "*...carácter ainda muito embrionário da reflexão teórica no nosso meio arqueológico...*" (V. JORGE 1997: 37, nota 18), levam-nos a uma posição heurística, pautada por um ecletismo teórico e que pretende materializar-se numa abordagem plural do conhecimento.

Inspirámo-nos frequentemente em dois modelos, o da Arqueologia Processual e o da Contextual por aceitarmos que a relação entre modernidade e pós-modernidade "*...é de transição em que há momentos de ruptura e momentos de continuidade*" (SANTOS 1994: 92) e que o futuro da arqueologia tende não para a substituição do primeiro destes paradigmas pelo segundo, mas para uma síntese entre o determinismo ecológico da Arqueologia Processual e o particularismo histórico pós-processual (TRIGGER 1991: 562-563). Não recusámos, igualmente, algumas premissas da Arqueologia Marxista e da Arqueologia do Género.

Partindo do pressuposto de que "*Paradigmas opuestos pueden ser igualmente válidos si se acepta la idea de que distintos objetos requieren diferentes tratamientos...*" (JULIÁ 1995: 145) passaremos a explicitar o modo como usámos as diferentes teorias arqueológicas ao longo deste trabalho.

Como ponto de partida, e não como fim em si mesmo, efectuámos tabelas formais com base nos artefactos cerâmicos o que se insere no historicismo-cultural segundo J. Alarcão (1996:20). No entanto, o tratamento computadorizado, estatístico e



a leitura funcional, social, económica e ideológica dos dados dessas tabelas assenta no processualismo e no contextualismo. Foi também através do processualismo que aprendemos a valorizar os estudos paleoecológicos para melhor entendermos a relação do homem com a natureza, se é que tal divisão é legítima<sup>44</sup> e a utilidade da aplicação de métodos da Geografia, muito valorizados na Arqueologia Espacial.

A importância que demos às expressões rituais e ideológicas assentam em pressupostos do processualismo cognitivo, ao aceitarmos que parte do registo arqueológico é produto do pensamento dos indivíduos que, quando partilham o mesmo espaço, a mesma cultura e códigos linguísticos comuns, são, regra geral, portadores de uma visão semelhante do mundo e de um mapa cognitivo comum (RENFREW *et al* 1991: 355 - 357; RENFREW 1994a, 1994b; ZUBROW 1994). Por esse motivo, procurámos entender se determinado contexto ou objecto exótico é resultado de motivações ideológicas e/ou rituais. No entanto, ao tentarmos entender essas motivações e explicá-las entrámos nos propósitos da arqueologia contextual.

Na análise dos dados sepulcrais estivemos atentos às diferentes perspectivas de trabalho. A crença de que a organização e a hierarquização social se reflecte neste tipo de dados é um dos postulados da arqueologia processual, baseado na premissa de que sociedades mais complexas teriam rituais de enterramento mais elaborados e de que diferentes estatutos sociais corresponderiam a distintas condutas sepulcrais (BINFORD 1972; RENFREW 1982: 2-5, 1984, RENFREW *et al* 1991: 380). C. Renfrew & P. Bahn (1991: 380) consideram, igualmente, que os rituais tumulares podem estar condicionados às crenças religiosas e à história cultural de cada comunidade, postura que se aproxima, em parte, da Arqueologia Contextual, bastante mais "radical", ao defender não existir uma relação directa entre os dados tumulares e a organização social. Para os defensores desta perspectiva o particularismo histórico de cada comunidade e o facto do registo tumular se relacionar, essencialmente, com o mundo religioso e ideológico, não reflecte

---

<sup>44</sup>-A dicotomia entre natureza e sociedade tem sido posta em causa por muitos investigadores das Ciências Sociais, nomeadamente B. S. Santos (1995: 30) que a considera como mais uma dicotomia que deriva dos postulados modernistas da sociedade capitalista ocidental. Várias perspectivas antropológicas sobre o assunto, podem encontrar-se em P. Descola & G. Pálsson (1996).

necessariamente a organização social (HODDER 1987a, 1987b, 1988 ; SHANKS *et al* 1982). Para a Arqueologia de ideologia Marxista apenas é possível chegar à hierarquia social através do estudo do ritual, que efectuado pelos vivos pode ser usado para legitimar, em termos socio-políticos, o estatuto do defunto (KLEJN 1979; PADER 1982; PEARSON 1984)<sup>45</sup>. Para este último autor não é a ideologia e o simbolismo que orientam os rituais tumulares mas o factores económicos.

Tendo presente todas estas posturas, colocamo-nos na posição de que o estudo do mundo tumular deverá ser feito em conjunto com as demais variáveis que lhe estão interligadas num determinado território (ou seja a totalidade do registo arqueológico), condição necessária para podermos pensar em tirar algumas ilações sobre o seu valor social.

A interrelação que efectuámos entre arte rupestre, povoados sedentários e artefactos exóticos, na tentativa de perspectivarmos unidades espaciais de foro ideológico, a análise da forma das casas como reveladora da organização social e a valorização de aspectos simbólicos na escolha do local de habitação ou na organização interna do povoado, inscrevem-se, igualmente, na proposta contextualista, pretendendo-se, ao nível da macro-escala, compreender a "*totalidade do meio relevante*" (HODDER 1988).

Foi igualmente na Arqueologia Contextualista que se buscou a fundamentação teórica para utilizar o raciocínio indutivo e a conjectura, o exercício crítico constante em relação ao conhecimento adquirido e a tentativa da validação da conjectura através da Etnografia<sup>46</sup> e da argumentação.

À Arqueologia Marxista fomos buscar o conceito de degradação social dos símbolos bem explicitado em J. Alarcão (1996: 25) e a perspectiva de que a organização social é dinâmica e de que a mudança se poderá explicar pelo conflito social, que, nas sociedades sem classes, pode ser entre sexos, idades ou linhagens (SPRIGGS 1984).

---

<sup>45</sup>-Em M. Díaz-Andreu Garcia (1994: 20)

<sup>46</sup>-A este propósito leia-se o texto de J. Alarcão (1997).

A novidade da Arqueologia do Género na investigação portuguesa (V. JORGE *et al* 1996; V. JORGE 1997: 27) e a conseqüente falta de bibliografia sobre o assunto nas instituições nacionais, apenas permitiu o seu uso como "arma crítica" na avaliação do que se escreve, possibilitando a denúncia, com mais acuidade, do androcentrismo implícito em muitas obras da Pré-História Recente e da Proto-História e contribuiu para uma postura de auto vigilância em relação à construção do nosso próprio discurso. Tendo em atenção o referido tentámos evitar interpretações que creditassem uma dicotomia feminino/masculino, vista apenas como o resultado de uma ideologia da sociedade ocidental (MOORE 1994)<sup>47</sup> que atribuiu às mulheres um papel meramente passivo e usar uma terminologia exclusivamente valorativa do género masculino. Tal como aquela autora, rejeitamos a perspectiva marxista de que as relações entre homem/mulher são de base económica, como por exemplo a divisão sexual do trabalho (V. JORGE 1997: 31).

Ainda dentro da Arqueologia Marxista recusámos a primazia dos conflitos como factor de evolução, ou a primazia do económico como determinante da organização social, do sistema político e do campo ideológico, ou seja da superestrutura, bem como a concepção determinista da evolução, atendendo a que os fenómenos parecem ser "*...simultaneamente económicos, políticos e culturais, sem que seja fácil ou adequado tentar destrinçar estas diferentes dimensões*" (SANTOS 1994: 37).

Rejeitamos também alguns postulados do âmbito da Arqueologia Processual que importa enunciar: o de que o desenvolvimento económico é contínuo e se associa à evolução tecnológica que condiciona a transformação social; a separação entre natureza e cultura; a procura de leis previsíveis do comportamento humano; o determinismo ecológico ou demográfico como factores de mudança; o de que as comunidades evoluem por mecanismos unilineares de complexidade social, materializadas na tipologia social de bando, tribo, chefado e estado e de que o estudo do povoamento poderá indiciar a organização política, partindo do princípio de que os povoados maiores, com estruturas mais visíveis, maior controlo visual sobre o território envolvente, corresponderiam a

---

<sup>47</sup>-Em V. Jorge (1997: 30).

centros políticos, reveladores de um povoamento hierarquizado (RENFREW 1982, 1984).

Em relação à teoria do conhecimento recusamos uma epistemologia objectivista, defensora da verdade, colocando-nos numa postura que encara a Arqueologia como uma construção do presente, como uma realidade plural constantemente reescrita (SHANKS & TILLEY 1987)<sup>48</sup>. Mas esta opção não resulta de uma visão pessimista ou céptica sobre as ciências, mas do princípio de que a recusa das metanarrativas, pode proporcionar uma multiplicidade de caminhos alternativos (JULIÁ 1995: 145) ou "*...que o processo de desmantelamento dos monopólios seja conduzido de modo a criar mil comunidades interpretativas e não em redundar em milhões de renúncias à interpretação*" (SANTOS 1994: 97).

Parte-se igualmente do pressuposto de que o conhecimento não é exclusivamente cumulativo, mas representativo de uma postura pessoal "comprometida" e actual, face ao passado. Segundo R. Barthes<sup>49</sup>, a leitura do passado é sempre histórica, culturalmente situada, elaborada no seio de valores políticos e sociais precisos, ou como defende B. S. Santos (1989: 179), "*... a comunidade científica é um sistema aberto atravessado por todas as contradições dominantes da sociedade*".

Ao assumirmos esta posição, este trabalho deverá encarar-se como um "*work in progress*", onde as premissas teóricas iniciais que funcionaram como ponto de partida foram confrontadas com resultados novos no decorrer da investigação. Estas constatações despertaram processos de reestruturação teórica e tornaram necessárias novas leituras, cujo término foi imposto pelo pragmatismo de finalizar o trabalho num prazo aceitável.

Talvez a melhor maneira de conciliar os pressupostos de várias metodologias para alcançar uma visão mais globalizante do passado seja o facto de trabalharmos com diferentes escalas de análise em interacção. Os estudos de nível baixo ou de âmbito

---

<sup>48</sup>-Esta posição têm vindo a ganhar terreno em todos nas Ciências Sociais e naturalmente também na história. A este propósito deve ler-se M. A. Cabrera Acosta (1995) e S. Juliá (1995).

<sup>49</sup>-Em B. Olsen (1990: 202).

inferior permitirão detectar especificidades, particularidades dos eventos históricos em contexto, de cada comunidade a nível económico, social, ritual ou espacial. Os estudos de nível médio ou de âmbito regional poderão levar à detecção de invariantes e permitir uma "aproximação" a determinadas regularidades, através da elaboração de modelos ou hipóteses explicativas.

### 3. OS VÁRIOS NÍVEIS DE CONSTRUÇÃO DESTE TRABALHO

A necessidade de "objectivarmos" a construção do nosso discurso/percurso de investigação, descrevendo as diferentes etapas do trabalho científico até à formulação da síntese, torna-se tarefa difícil no momento em que constatamos que a construção do saber, sempre provisório, é de grande complexidade. A necessidade de explicitarmos o nosso posicionamento num campo teórico ou metodológico é tanto mais difícil quanto maior tiver sido a irregularidade do caminho percorrido, ou quando o seu carácter não lhe permitir adoptar marcações rígidas, no interior de um cenário, ou posturas "fechadas" e acríticas. Subscrevemos aqui P. Feyerabend (1989:149) quando pergunta *"Cuál sería dicho criterio objetivo? Sería un criterio basado en la conducta no relacionada con ningún elemento teórico - y esto es imposible - o sería la conducta vinculada a una teoría irrefutable y firmemente establecida, lo cual es igualmente imposible. Hemos de concluir, por consiguiente, que no puede darse una descripción formal y "objetiva" de la explicación"*.

Ao defendermos que a construção de uma obra é sempre um acto de criação individual vivenciado num espaço e num tempo e que o nosso percurso textual é paralelo a uma caminhada reflexiva, a um crescimento do pensamento e corresponde ao reflexo de uma evolução intrínseca sempre em mutação (FERNANDES 1993: 22), torna-se difícil explicitar o *modus operandi* do discurso que construímos. Assim, a tentativa que aqui se efectua deverá entender-se como uma aproximação "grosseira" ao auto-conhecimento, tanto mais que admitimos que ele é, em grande parte, condicionado pela memória que temos de nós próprios (CONNERTON 1993: 27).

A percepção que temos é que foram inúmeras as "fases" porque passámos e difíceis de reduzir à simplicidade do nosso léxico textual. Tendo em conta as contingências e ainda os momentos de avanço, de hesitação, de retrocesso ou de obstinação, tentaremos explicitar o nosso percurso em três grandes linhas:

- Ouvimos os conselhos, conhecemos as sínteses pré-existentes, aceitámo-las e tentámos defendê-las olhando as fontes com alguns preconceitos, eivados de um logicismo acrítico e positivista.

- Vivemos noutro(s) espaço(s) e em outro(s) ritmo(s) de tempo, passando por experiências novas. Entre elas referimos o teatro, que ao estimular a criatividade provocou a libertação do dogma, despertou a nossa intuição e conduziu a uma postura crítica face aos saberes instituídos. Esta fase de inquietação permitiu um maior amadurecimento, que passou pela auto-crítica e por um estágio de um certo auto-conhecimento, permitindo a desmontagem, em parte, do nosso processo analítico ou fenomenológico. Mas não nos iludamos pois "*...quando nos apoiamos na definição explícita de nós, esta acabou para nós porque estamos subjugados pela nossa presença, mera duplicação da nossa imagem na qual fomos destinados a sufocar como no cárcere*" (GARGANI 1992: 102).

- Tornámo-nos capazes de olhar o saber já construído à luz do nosso próprio olhar. Desenvolvermos a nossa agilidade crítica através da indução, da dedução e da intuição, ainda que de uma forma nebulosa. Procurámos algumas alternativas discursivas. Construímos um "saber" nosso, baseados num ecletismo teórico. Criámos novos mitos de "felicidade" (MAY 1991: 15-19)<sup>50</sup>.

Mas gozada esta "felicidade" fomos assaltados pela dúvida do que faremos de seguida. Interrogámo-nos, sobre o que aprendemos, realizámos e o modo como o fizemos. Amadurecemos de novo, modificámos e aprofundámos o próprio discurso, condição necessária, se não indispensável, para a continuação do enriquecimento pessoal,

---

<sup>50</sup>-Luís Archer no âmbito de uma conferência, sobre a Ética e as Ciências, proferida na Universidade do Minho, defendeu que o homem que constrói conhecimento não o faz com o objectivo de procurar verdades ou desmontar mitos, mas sim em face dos seus próprios mitos e anseios.

naturalmente aplicável na construção do passado que criámos e recriámos. Como diria A. Gargani (1992: 110) "*Compreender é cessar de compreender e a maior emoção que experimentamos é a da inteligência deslocando-se da compreensão para a incompreensão*", na medida em que aquela constitui já "*o próprio paradoxo*" que contém no seu vértice "*a própria viragem para o não compreender*".

E porque pensamos que a construção de um trabalho não é um acto desinteressado, quer institucional, quer pessoalmente, tentaremos mostrar que motivações pessoais ele oculta. Além da curiosidade de conhecer e do gosto pelos desafios, que justificou em grande parte a persistência e a coragem para ultrapassar os momentos mais difíceis, pretendemos igualmente criar saber, pretensão lícita de qualquer investigador. Mas seríamos desonestos se não admitíssemos que esperamos o reconhecimento, como qualquer autor que se empenha no seu trabalho<sup>51</sup>, estando conscientes de que "*...a definição do prestígio, tanto institucionalmente, como pessoal, continua vinculado à realidade ou à ficção verosímil da performance científica*" (SANTOS 1994: 173).

#### 4. ESTRATÉGIAS DE PESQUISA: A METODOLOGIA

Descritas no ponto 1 deste capítulo o conjunto de intenções deste trabalho e nos pontos 2 e 3 os aspectos teóricos e o percurso da investigação, respectivamente, impõe-se a concretização das estratégias de pesquisa. Partindo do princípio de que "*teoria é prática e toda a prática é teoria*" (TILLEY 1990: VII) resta-nos definir as práticas e os conceitos operatórios que possam dar sentido(s) ao registo arqueológico que se apresenta. Este mesmo registo, olhado como entidade abstracta, ambivalente, dinâmica e fragmentária, permite ao agente que o interpreta liberdade de escolha teórica e metodológica para alcançar os seus objectivos. Com esta assumpção presente

---

<sup>51</sup>-Na esteira de M. Kilani (1994) e de M. Perrot *et al* (1994) entendemos que o acto escrito ao revelar, também expõe o investigador, pública e institucionalmente, legitimando ou não a sua posição profissional (M. L. MARTINS 1997: 184).

adoptámos, conscientemente, uma metodologia pluridisciplinar, que ao permitir combinar diferentes estratégias de pesquisa tornou o registo coerente e argumentativamente aceitável.

Sumariando, podemos dizer que as estratégias de pesquisa passaram por trabalhos de campo, de gabinete, de laboratório e pela aplicação de métodos estatísticos e de modelos da Arqueologia Espacial.

#### **4.1. Trabalho de campo**

A possibilidade de darmos continuidade a um trabalho efectuado por M. Martins, permitindo o confronto de leituras, a partir da descoberta de novos dados e da reinterpretação dos já existentes motivou profundamente este trabalho, tornando-o um exercício de conhecimento profícuo.

Assim, partindo das hipóteses de povoamento propostas por esta investigadora para a bacia do médio Cávado, durante a Proto-História e na tentativa de a testarmos pela "experimentação", programámos a escavação de diversos povoados de diferentes tipos. Nos classificados como de tipo A (pretensamente de ocupação continuada desde os finais da Idade do Bronze até à Idade do Ferro ou Romanização), continuámos os trabalhos executados por M. Martins em S. Julião, Vila Verde e demos início a escavações em S. João de Rei, Póvoa de Lanhoso e Vasconcelos, Braga. Era também nossa intenção limpar os perfis estratigráficos de antigas escavações do Castelo de Faria, Barcelos. A concretização deste propósito não se realizou atendendo aos entraves colocados pela Delegação Regional do Norte do IPPAR. Procurámos igualmente escavar estações que se incluíssem no tipo B (aparentemente apenas ocupadas a partir da Idade do Ferro), como no caso do povoado da Santinha, Amares a que se vieram juntar os trabalhos efectuados em Cabanas e no Alto de S. Bento, ambos em Braga, esta última sob a orientação de Luís Fontes. Dentro dos povoados designados por tipo C, localizados no vale e considerados de uma fase avançada da Idade do Ferro, incidimos o nosso interesse no da Sola, Braga.



Por escassez de tempo e dificuldades financeiras optámos por escavar em área, apenas um povoado de cada um dos tipos consignados (S. Julião, Santinha e Sola), tendo realizado valas de sondagem nos restantes (Cabanas, S. João de Rei e Vasconcelos).

A par deste trabalho realizámos prospecções extensivas, mas direccionadas no sentido de contextualizarmos, a nível ambiental e cronológico-cultural, alguns achados avulsos; de precisar a distribuição espacial de alguns locais referenciados na bibliografia antiga e para descobrir novos vestígios da Idade do Bronze, quer em zonas de vale ou de altiplano, quer em povoados referenciados como mais recentes, mas cujos processos de transformação pós-deposicionais poderiam permitir a descoberta de níveis de ocupação mais antigos.

#### **4.2. Trabalho de gabinete**

Este tipo de trabalho passou por uma pesquisa bibliográfica exaustiva sobre a região, a partir da qual se inferiu dados relativos a antigas escavações, achados avulsos e obtivemos descrições e contextualizações (embora incompletas) sobre alguns dados hoje desaparecidos.

A reanálise do espólio proveniente de escavações antigas realizadas em alguns povoados de tipo A (Castelo de Faria, Barcelos, Castro de Lanhoso, Póvoa de Lanhoso, Castro de S. Lourenço, Esposende, Citânia de Roriz, Barcelos, Cidade de Belinho, Esposende, Monte do Facho, Barcelos e Santa Marta da Falperra, Braga), depositados em museus ou colecções particulares<sup>52</sup>, mostrou-se igualmente pertinente para testar a hipótese de que nestes teria existido uma continuidade de ocupação desde a Idade do Bronze até à Idade do Ferro.

---

<sup>52</sup>-Agradecemos ao Sr. António da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira a observação do espólio da Cidade de Belinho.

Foi também analisado o espólio de antigas prospecções e escavações (Chã do Crasto, Amares) em depósito em museus ou colecções particulares, na tentativa de encontrarmos dados relativos à Idade do Bronze.

Para o estudo do espólio, nomeadamente da cerâmica, tornou-se necessário efectuar um levantamento das formas presentes na bacia do Cávado e existentes no período em estudo.

Da conjugação dos dados da pesquisa bibliográfica, da prospecção, do estudo feito nos depósitos dos museus foi elaborado um inventário, que visto em interacção com os dados provenientes da escavação, constituiu uma importante acervo documental, cuja manipulação e descodificação foi enquadrada no corpo de questões e problemáticas explicitadas na primeira parte deste capítulo.

A manipulação dos dados deste inventário suscitou alguns problemas, como o da inserção cronológico-cultural de pequenas recolhas artefactuais de superfície em possíveis contextos de povoado e de achados descontextualizados.

A observação de fotografias aéreas e o seu tratamento informático a partir dos programas Adobe Photoshop, na versão 3.0 e Fotolook 2.02 foram apenas usadas como complemento da prospecção ou da escavação, para a resolução de casos pontuais.

O recurso às técnicas da Arqueologia Espacial ("S.C.A." e Polígonos de Thiessen) não se alheou, todavia, das muitas críticas que lhe têm sido efectuadas. Uma das primeiras realizada logo nos anos 70 (HODDER *et al* 1976) chamou a atenção para o facto da sua reduzida utilidade se não fosse acompanhada da reconstituição paleo-ambiental e económica dos períodos em estudo. Além de considerada antropocêntrica, na medida em que coloca o homem no meio do território como entidade separada da natureza, representa uma concepção funcionalista de cultura, eivada de determinismo ecológico veiculado à primazia do económico e é visto como um método que subentende a actual "lógica da Economia de Mercado" às sociedades do passado, na medida em que

valoriza a optimização dos recursos (CRIADO BOADO 1988: 63 e segs.; NOCETE 1988:119-120<sup>53</sup>, RUIZ RODRIGUEZ 1988: 160, entre outros).

Cientes das críticas que se têm efectuado sobre as técnicas de análise de Arqueologia Espacial, bem sistematizadas por A. Ruíz Rodríguez (1988) que chama a atenção para "*...el excesivo esquematismo y generalización, la presencia, siempre persistente de la teoría de la optimización del recurso, y el olvido de los factores no económicos o "irracionales", que producen el ya citado reduccionismo economicista. Todo ello se hace presente desde el "Site Catchment Analysis" a los modelos del Lugar Central, de Gravedad o de los Polígonos de Thiessen*", utilizaremos este método apenas como mais um meio de investigação, a par de outros, de acordo com as posições teóricas que adoptámos e pelo quadro de questionamento que preside a este trabalho.

Se considerarmos que o espaço é também uma construção simbólica e de que uma cultura "*...no es primeramente una sociedad en el tiempo, sino que es ante todo una sociedad en el espacio*" (CRIADO BOADO 1988: 67 e segs.), as técnicas de análise de arqueologia espacial poderão ser usadas de modo não redutor, tendo como ponto de comparação na interpretação dos resultados, não apenas o meio físico, mas também o espaço arqueológico existente na altura (permitindo relações com manifestações de arte rupestre, eventuais depósitos, túmulos ou outros vestígios) a Etnografia e a História Regional. É nesta posição que se coloca I. Hodder (1982) e F. Criado Boado (1988), postura que também adoptamos tanto mais que a situação do mundo rural minhoto esteve, até à primeira metade deste século, tal como na Galiza, eivada de grande isolamento e conservadorismo, como o demonstram os trabalhos de A. Geraldès (1979; 1987); A. Lima (1996), C. A. F. Almeida (1978), C. Silva (1994), J. Dias (1991), L. Polanah (1985; 1987; 1990a; 1990b), O. Ribeiro (1970; 1987; 1991), O. Ribeiro *et alii* (1989), R. Iturra (1983), entre muitos outros.

Com a aplicação das técnicas subjacentes à teoria do "Site Catchment Analysis" (VITI FINZI *et al* 1970, 1972; VITI FINZI 1975,1978), pretendeu-se determinar as

---

<sup>53</sup>-Esta concepção é partilhada por um grande número de investigadores citados por este autor.

áreas de exploração ou territórios de influência de um determinado número de povoados, partindo do princípio de que as comunidades recorriam essencialmente aos recursos que lhes estavam mais próximos, estimando em 5Km o limite máximo para as comunidades agrícolas, o que equivale a cerca de 1h de percurso pedestre, em redor do povoado (VITI FINZI *et al* 1970). Atendendo às condições topográficas da área de trabalho optámos pela utilização da versão de I. Davidson *et al* (1984: 31) na representação dos possíveis territórios de exploração.

No âmbito deste trabalho, a aplicação do "SCA" privilegiou territórios de 30m e 60m em redor de cada povoado, mas tentou a sua articulação com a reconstituição paleoecológica e igualmente, com as premissas defendidas no parágrafo anterior, não esquecendo ainda que os tempos definidos para um percurso pedestre se alterariam consideravelmente se as comunidades em estudo fossem portadoras de animais de tiro, de forma intensiva. Assim, pretendemos perceber territórios de exploração, no sentido económico do termo, mas também no sentido social e ritual.

Pela ausência de intercepção com territórios prováveis de outros povoados sincrónicos, tentámos inferir a provável extensão dos territórios de "referência" (termo que propomos para substituir de exploração) usados por cada comunidade.

A utilização dos polígonos de Thiessen, para definir os territórios potenciais dos povoados, só foi efectuada para aqueles que se localizavam em posição geo-estratégica de portela (entre vale e montanha ou litoral e interior), onde parecia verificar-se uma grande continuidade de ocupação (desde, pelo menos, os inícios do 1º quartel do I milénio AC até à Idade do Ferro) e existiam gravuras rupestres do denominado "grupo I galaico-português" no perímetro do povoado. Pretendemos respeitar o princípio de que este método só deveria aplicar-se entre povoados de cronologia semelhante e com o mesmo grau de importância (RENFREW *et al* 1991: 167). Importância que para nós foi conferida pela conjugação dos três factores enunciados.

Apesar das dificuldades em datar estas expressões artísticas adoptamos aqui a postura de R. Bradley (1994) e de R. Bradley *et alii* (1998) de que estes locais se

poderão ter mantido em uso durante muitas décadas, independentemente da sua origem no tempo.

A partir destas premissas e como metodologia de trabalho pretendemos averiguar se existiria uma equidistância entre estes "povoados" na tentativa de encontrarmos eventuais territórios de identidade ideológico/ritual. Estes "povoados" foram pois encarados como "centros fixos", com funções simultaneamente habitacionais e culturais, estas últimas ao "serviço" de comunidades, eventualmente ainda caracterizadas por várias formas de povoamento e de ocupação do território. Não está, portanto, subjacente a ideia de que estes pontos nodais fossem "povoados centrais" no sentido que teriam dentro do modelo de chefado.

Recorremos ainda a estudos de visibilidade ou intervisibilidade entre povoados e à consecução de mapas denominados de distribuição. Estes, sobretudo no que se refere a artefactos avulso são, em grande medida, mapas de recuperação, atendendo a que não revelam contextos de achado ou os momentos precisos de abandono dos objectos. Se tivermos presente os processos pós-deposicionais e tafonómicos, os mapas de achados de objectos são apenas "mapas de recuperação" na medida em que não representam mais do que o local onde estes se encontraram, sem que entre eles se possa estabelecer um valor comum (NEEDHAM 1993:165-166). Assim os objectos traduzem apenas "contextos opacos", pouco propícios, para que a partir deles se efectuem ilações de ordem social, simbólica ou ritual, ou mesmo para quantificar a densidade de objectos que circulariam em determinada região<sup>54</sup> (BETTENCOURT 1995d).

---

<sup>54</sup>-Como acentua S. Needham (1993: 166) as lacunas de objectos metálicos nos mapas de distribuição não significam que nessa região estes não tenham circulado abundantemente. Eles poderão ter sido assimilados e usados de modo a que o seu ciclo de vida não permitisse a sua sobrevivência futura. Podem ter sido depositados nas águas, reciclados ou sofrido destruições de ordem tafonómica, entre outras.

#### 4.2.1. A cerâmica: critérios de estudo e tabela de formas geral

A cerâmica é, sem dúvida, um dos materiais mais comuns do registo arqueológico do Noroeste e da bacia do Cávado. A sua quantidade, diversidade e a assumpção de que, a partir dela, poderemos efectuar abordagens técnicas cronológicas, sociais, económicas e simbólicas, ou mesmo tentar identificar fronteiras tribais ou ideológicas, conferem-lhe uma importância excepcional.

Com o estudo da cerâmica visámos, não só, a identificação da evolução das diferenças formais ao longo do tempo, como a percepção de eventuais alterações nas actividades de ordem social, económica, ritual e simbólica que vão ocorrendo desde os finais do III até aos meados do I milénio AC. Entendemos, assim, o estudo cerâmico como passível de fornecer uma "estratigrafia cultural" ao funcionar como indicador de mudanças, não só técnicas e artefactuais, mas também culturais, no sentido amplo do termo. Numa perspectiva sincrónica, tentámos, também, a partir das diferenças formais e decorativas, efectuar leituras funcionais, socio-económicas e simbólicas para cada povoado ou jazida em estudo ou mesmo para cada período cronológico-cultural estabelecido.

Para a concretização destes objectivos estudámos o conjunto cerâmico das várias estações escavadas e prospectadas visando a sua categorização técnica e formal e um tratamento estatístico dos dados obtidos. Não podemos deixar de referir que encaramos a caracterização formal como uma construção idealizada do registo a estudar que actua, não com um fim em si mesmo, mas como um meio de trabalho, que visa dar respostas às múltiplas questões que se lhe podem colocar consoante as posturas teóricas assumidas. Cada forma definida é, portanto, uma idealização ou uma abstracção feita com base num conjunto de variáveis que podem considerar-se como propriedades qualitativas, comportando diferentes atributos. Mas como a identificação e descrição das variáveis e dos atributos é um acto pessoal, dependente do investigador que o efectua ele passa a

ser, também, um acto subjectivo, que está muito para além do objecto de análise<sup>55</sup>. Assim, não esquecendo estas premissas, as nossas inferências, a partir das tabelas formais, só permitem, obviamente, um discurso aberto e uma postura relativista em relação às considerações obtidas.

Também queremos lembrar que o tratamento estatístico não permite conclusões objectivas, mas é apenas um meio de trabalho, cujos resultados, já subjectivos à partida, pela escolha das variáveis (idealizadas), só poderão encarar-se como conjecturas, plausíveis ou não consoante a contextualização global de cada conjunto estudado.

Antes de tentarmos definir a tabela formal que usámos no âmbito deste trabalho, e que foi construída com base nos dados das nossas escavações e prospecções e nas já existentes para o povoado da Bouça do Frade (S. JORGE 1988: 20 - 38), para o de Castelo de Matos (DINIS 1991/1992)<sup>56</sup> e para a bacia do Cávado (MARTINS 1987; 1990), parece-nos conveniente precisar, *a priori*, alguns critérios e terminologias que usámos, de modo a clarificar o discurso.

### Tecnologia

As pastas cerâmicas podem ser estudadas em relação ao fabrico, à compacidade, ao tipo mineralógico do desengordurante e às dimensões desses elementos.

Quanto ao fabrico podemos desde já afirmar que elas são todas manuais, feitas, frequentemente, pela sobreposição de rolos de argila, unidos entre si pelo repuxamento da argila, quer da superfície interna, quer externa. Tal procedimento encontra-se bem visível nas fracturas de inúmeros fragmentos, que partiram na área de junção dos rolos. Em relação à olaria mais fina é difícil detectar esta técnica, apesar da evidência nítida do

---

<sup>55</sup>- O conjunto de ideias expressas inspirou-se na obra de W. Adams *et al* (1991) a que não tivemos acesso directo mas através do texto de M. D. Cruz (1993: 62 e segs).

<sup>56</sup>- Quando possível foram realizadas analogias com tabelas formais efectuadas para a Beira Alta, quer por J. C. Senna-Martinez (1995: 84), quer para o povoado da Senhora da Guia, Baiões, por A. Lopes (1993).

fabrico manual, pelo que a sua execução poderá ter-se efectuado "a partir de um único bloco de argila" (MARTINS 1988: 138).

Baseados nos trabalhos de G. Little (1985, 1990) para a cerâmica do Noroeste e na enorme variedade de pastas e cozeduras sincrónicas, observadas macroscopicamente para a mesma forma, presumimos que estes materiais resultaram de um fabrico muito pouco especializado, e, na maioria dos casos, local, pelo que não nos pareceu vantajoso o estudo microscópico das inúmeras variedades encontradas com vista a determinar a composição exacta das argilas, a sua procedência e a individualização de categorias de pastas ou ateliers, como é usual para a cerâmica fina romana. Mesmo assim, G. Little (1985, 1990) chegou à conclusão, através da observação macroscópica das pastas, do uso do microscópio binocular e da análise de amostras de solos dos povoados, que a cerâmica micácea foi efectuada com argilas de vale e não com areias graníticas dos arredores dos povoados. Mas apesar destes resultados, apenas estudámos genericamente a composição das pastas que dividimos em três grandes grupos consoante a natureza do desengordurante mais evidente: arenosas (com predomínio de grãos de quartzo e ou de feldspato); micáceas (com maioria de palhetas de mica, quer sejam de biotite ou de moscovite) e as arenosas/micáceas (quando as pastas apresentam intencionalmente os dois tipos de desengordurantes. Não raro, detectámos a existência de palhas, em negativo nas fracturas dos fragmentos, cuja função deveria ter sido, também, a de desengordurante. Entendemos como desengordurante todos os componentes não plásticos que pensámos terem sido anexados à argila de forma intencional, para a tornar mais moldável.

Determinámos também a textura dos fragmentos pelas dimensões dos desengordurantes, que subdividimos em grandes (superiores a 1mm), correspondentes às pastas grosseiras; médios (com dimensões compreendidas entre 0,50mm e 1mm), correspondentes às pastas medianas e pequenos (menores que 0,5mm), que designámos de finas, segundo a proposta de S. Jorge (1988: 21). Todavia, as pastas inteiramente finas são muito difíceis de encontrar, tendo por vezes alguns desengordurantes médios ou



mesmo grandes. Nesses casos, atendemos à tendência geral, designando estas peças como medianas/finas.

Quanto ao acabamento distinguimos cinco categorias: alisado, polido, rugoso, vassourado e corroído, esta última, naturalmente existente por efeitos pós-deposicionais.

Para determinar as cores das superfícies externas e internas das peças, não achámos útil o recurso a códigos padronizados, como o de cores de solos de Munsell já que a maioria dos fragmentos apresenta grande variedade cromática. Assim, optámos por considerar a tonalidade predominante da peça, na superfície externa, tentando distinguir a cor original nos fragmentos com grande quantidade de fuligem. Na maioria dos casos descrevemos apenas a cor exterior só considerando a diferença entre as tonalidades internas e externas, quando as primeiras nos pareceram ser indicativas da funcionalidade dos recipientes e quando estávamos em presença de bases ou de fragmentos completos ou quase. Ainda a este respeito queremos dizer que no caso das cerâmicas da Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro, não nos parece que a cor seja uma característica técnica, pois tal como defende M. D. Gruz (1993: 69-70) considerámo-las aleatórias e não representativas de "...escolhas prévias e de um controlo rigoroso...", mas dependentes das próprias argilas ou dos processos de cozedura com temperaturas baixas, de pouca durabilidade e incapazes de controlar, totalmente, atmosferas oxidantes ou redutoras, o que poderá explicar o predomínio de tons escuros ou fracturas com cernes distintos das paredes dos recipientes.

### **Morfologia**

Ao organizarmos a classificação da cerâmica através das suas variáveis morfológicas, de uma forma geral prestámos atenção especial à forma dos recipientes, cuja descrição se baseia em formas geométricas. Na classificação das peças e na ausência de vasos completos, privilegiámos os fragmentos de bordos e colos, quando estes se caracterizam por algum atributo definidor de uma forma concreta. As bases só foram usadas como indicador formal quando encontrámos os vasos completos. Assim, optámos por criar uma tabela de formas para as bases.

As **dimensões** são outra variável a considerar na constituição da tabela formal. Os diâmetros de boca, associados ao perfil das peças, foi um dos indicadores usados. Assim, considerámos potes (formas 1, 1b, 1c, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 20 e 21) os recipientes com diâmetros superiores a 19cm, tendo, evidentemente, entrado em linha de conta com outros indicadores, entre eles a espessura das peças e os potinhos/púcaros (forma 10) os vasos com menos de 19cm.

Para os diâmetros de boca dos recipientes cerâmicos e para as bases criámos 5 classes: as pequenas (entre 0 e 10cm), as médias (entre 11 e 20cm), as médias/grandes (entre 21 e 30cm), as grandes (entre 31 e 40cm) e as muito grandes (com mais de 40cm).

Também efectuámos uma distinção para os bordos em aba soerguida ou horizontal. Os pequenos vão até 1cm e os médios até 1,5cm.

Para as **bases** considerámos 5 categorias: as de plano simples, as de plano simples alargado, as côncavas, as umbilicais e as de pé alto.

Quanto aos **elementos de apreensão ou suspensão** considerámos três variantes: as asas, os apliques e as perfurações.

Como asas considerámos os elementos fixos ao corpo dos vasos, cujas extremidades estejam colocadas de modo a permitirem a introdução dos dedos (GARDIN 1985: 38)<sup>57</sup>. As asas podem ser de apreensão vertical ou horizontal e sair directamente do bordo ou da pança. Observámos várias secções: circulares, irregulares, ovais, pentagonais, quadrangulares, semi-circulares, rectangulares ou sub-rectangulares, trapezoidais e triangulares.

Os apliques, são elementos protuberantes e maciços, situados no corpo do vaso, preferencialmente nas panças, lisas ou carenadas, embora possam estar sob o bordo. São conhecidas as linguetas de secção rectangular e os mamilos circulares e alongados, estes últimos, frequentemente perfurados e, quase sempre pertencentes à forma 12 (taça carenada).

As perfurações simples são raras mas ocorrem nalguns fragmentos de vasos lisos, pelo que não conhecemos qual ou quais as formas a que se associam.

---

<sup>57</sup>- Referenciada em J. Picazo Millán (1993: 17).

O estudo das **decorações** foi subdividido em duas partes: identificação das técnicas e das organizações decorativas.

Identificámos quatro técnicas decorativas: a incisão, a plástica, a impressão e o brunido, além de várias combinações, como a plástica/incisa, a plástica/impressa e a incisa/impressa. Dentro da incisa considerámos os motivos efectuados com ponta aguçada (de perfil em V) ou romba, incluindo, neste último caso, os espatulamentos de perfil em U e ténues. A decoração plástica compreende os motivos em alto relevo aplicados no corpo do vaso e a impressa, os motivos efectuados através de uma matriz (dedos, unha, caninha, etc.). Tal como M. D. Cruz (1993: 89-90) usámos o termo brunido apenas nos casos em que o polimento intenso, não ocupa a totalidade da peça e forma um padrão decorativo, distinguindo-o, assim, do polimento, que é total e constitui, quanto a nós, uma forma de acabamento.

Para o período em estudo, principalmente para a Idade do Bronze, é muito difícil efectuar tabelas de organizações decorativas, atendendo à escassez dos fragmentos decorados e às suas dimensões, por vezes exíguas. Para os meados do I milénio AC, no início da Idade do Ferro, tal tarefa encontra-se um pouco mais facilitada, mesmo assim, são escassas as decorações.

Sempre que possível, fizemos a articulação entre os motivos decorativos e as formas, numa tentativa de encontrarmos diferenças cronológicas ou, em casos de sincronia, de eventuais funcionalidades<sup>58</sup> ou de identificação de tradições regionais.

### **Tabela formal**

Os fragmentos cerâmicos exumados nas várias escavações efectuadas pela autora foram da ordem dos vários milhares, muito embora só tenha sido possível reconstituir, na íntegra, um reduzido número de perfis completos. Apesar disso, muitos fragmentos de bordo, colo e pança mostraram-se suficientemente grandes para que pudéssemos, através

---

<sup>58</sup>. Entendemos funcionalidade em sentido ampla, ou seja, determinada forma poderá ter fins culinários mas, igualmente, uma carga social ou simbólica.

deles, estabelecer uma tentativa de sistematização das formas ao longo destes cerca de 1500 anos, para a sub-região da bacia inferior e média do Cávado.

Constatámos, assim, a existência de 23 formas diversas que passaremos a descrever:

#### *Forma 1: Pote*

Trata-se de uma forma fechada de pança ovóide, bordo tendencialmente vertical, no prolongamento da pança, com variáveis (ligeiramente reentrante ou esvasado). Os lábios podem ser arredondados, rectos horizontais ou serrilhados, no caso de serem decorados com impressões de dedadas ou incisões. As bases são planas. As pastas são sempre grosseiras, predominantemente arenosas, podendo ser micáceas para os meados do I milénio AC. O acabamento pode ser rugoso, alisado ou vassourado. São relativamente frequentes os vasos com vestígios de fuligem, indiciando o seu uso sobre o lume. O seu diâmetro oscila entre os médios e os grandes.

Corresponde, *grosso modo*, à forma 1 da fase I de M. Martins (1990: 127-129), à 1 de A. Dinis (1991/1992: 127 – 132), à 28.4, 41.1 e 41.2 de J. C. Senna-Martinez (1985: 80, 84) e à IIA de A. Lopes (1993: 144- 149).

#### *Forma 1b:Pote*

Forma com perfil em S, mais ou menos acentuado, com pança esférica ou ovóide, colo acentuado ou incipiente, com bordo em aba soerguida e lábios arredondados ou rectos horizontais. Os lábios podem ser, também adelgaçados. As pastas são sempre grosseiras, arenosas ou micáceas e o acabamento pode ser rugoso ou alisado. Em fases mais recentes (no 3º quartel do I milénio AC) alguns recipientes apresentam decoração incisa sobre o início da pança.

São frequentes os vasos desta forma com fuligem, principalmente a partir dos finais da Idade do Bronze. O seu diâmetro oscila entre os médio/grandes, no II milénio AC e os grandes e muito grandes a partir dos finais da Idade do Bronze.

Corresponde à forma 1b da fase II de M. Martins (1990: 146 -148), com algumas variações na pasta e pança.

*Forma 1c: Pote*

Forma com perfil em S, mais ou menos acentuado, com pança esférica ou ovóide, colo acentuado ou incipiente, com bordo em aba horizontal pequena e média e lábios arredondados ou rectos horizontais. Estes, também podem ser adelgaçados. As pastas são sempre grosseiras, arenosas ou micáceas e o acabamento alisado.

Muito poucos recipientes revelam indícios de fuligem, indiciando o seu uso sobre o lume. O seu diâmetro oscila entre os grandes e muito grandes.

Corresponde à forma 1c da fase II de M. Martins (1990: 146 -148).

*Forma 2: Pote*

Forma fechada com perfil em S, mais ou menos acentuado, com pança tendencialmente esférica ou ovóide, colo acentuado ou incipiente, com bordo esvasado e lábios arredondados ou rectos horizontais. Os lábios podem ser, também adelgaçados. As pastas são sempre grosseiras, arenosas ou micáceas e o acabamento pode ser rugoso, alisado ou vassourado. Em fases mais recentes (no 3º quartel do I milénio AC) algumas recipientes apresentam decoração incisa ou plástica/incisa sobre o início da pança. Alguns destes recipientes possuem asas de preensão vertical que terminam no início da pança.

São relativamente frequentes os vasos com vestígios de fuligem, indiciando o seu uso sobre o lume. O seu diâmetro oscila entre os médios e os muito grandes. De uma forma geral os grandes e muito grandes indicam utilização para transporte ou armazenagem de produtos.

Corresponde à forma 2 da fase I e à 1a da fase II de M. Martins (1990: 127-129, 146 -148) e à 2 de A. Dinis (1991/1992: 127 - 132).

### *Forma 3: Pote*

Trata-se de uma forma fechada de pança esférica, com um colo muito pequeno ou inexistente. Neste último caso o contacto entre a pança e o bordo faz-se de forma angulosa. Os bordos são divergentes e os lábios arredondados ou rectos horizontais. A pasta é grosseira, arenosa e o acabamento alisado. O seu diâmetro oscila entre os grandes e muito grandes e não apresentam vestígios de uso culinário. Deviam utilizar-se para fins de armazenagem. São raras.

Corresponde à forma 3 da fase I de M. Martins (1990: 127-129).

### *Forma 4: Pote*

Pote de pança tendencialmente esférica ou ovóide, de colo muito curto, bem marcado e bordo esvasado, com lábio arredondado, boleado, recto horizontal ou oblíquo, por vezes, decorado com incisões. A pasta é grosseira, arenosa e o acabamento, frequentemente alisado. Alguns vasos são decorados no lábio (com incisões) ou na pança. São raríssimos os exemplares com fuligem (1 ex.) e apenas já nos finais da Idade do Bronze. O seu diâmetro oscila entre os médio/grandes e grandes.

Corresponde, sensivelmente, à forma 2 de S.Jorge (1988: 22-25).

### *Forma 5: Pote*

Esta forma corresponde a potes de pança tendencialmente subcilíndrica, com ausência de colo ou existência de um colo muito ténue. Os bordos são normalmente verticais ou tendencialmente em aba soerguida e os lábios sub-horizontais ou arredondados. A pasta é arenosa, a textura grosseira ou muito grosseira. O acabamento alisado e a base de fundo plano. Por vezes apresentam asas ou aplicações plásticas. Não se conhecem vestígios de fuligem sobre estas peças, com apenas uma excepção. O seu diâmetro oscila entre os médios e os grandes.

### *Forma 6: Pote*

Pote do pança esférica ou ovóide, cujo início do colo é acentuado por uma carena, por vezes pouco acentuada. O bordo é esvasado e o lábio é frequentemente arredondado. A pasta é arenosa, a textura grosseira, o acabamento rugoso ou alisado e a base de fundo plano. Identificámos alguns exemplares decorados sobre as panças com impressões, incisões e aplicações plásticas. O seu diâmetro oscila entre os médios e médios/grandes.

Corresponde, *grosso modo*, à forma 6 de S. Jorge (1988: 22-25).

### *Forma 7: Pote*

Pote de perfil em S, com um colo bastante desenvolvido em altura, embora por vezes pouco acentuado. Nele existe sempre um cordão disposto na horizontal. O bordo pode ser esvasado, sendo, por vezes, quase vertical ou mesmo em aba soerguida. O lábio é frequentemente arredondado, mas pode ser horizontal. Algumas destas formas são providas de asa. A pasta é arenosa, a textura grosseira e o acabamento alisado ou mesmo polido. O seu diâmetro oscila entre os médios (fase mais antiga) e os grandes.

### *Forma 8: Pote*<sup>59</sup>

Pote de pança ovóide e de colo alto e recto, frequentemente decorado com incisões várias. O bordo é esvasado e o lábio é arredondado ou recto horizontal. A pasta é arenosa, a textura grosseira, o acabamento alisado e a base de fundo plano. Esta forma apresenta decorações incisivas, por vezes metopadas, no colo. O seu diâmetro enquadra-se nas classes dos médios e médios/grandes.

Corresponde à forma 8 de S. Jorge (1988: 22-25).

---

<sup>59</sup>-Não conhecemos nenhuma forma completa na sub-região do Cávado, mas apenas colos com as características apontadas. Baseamo-nos, assim, nas descrições de S. Jorge para esta forma e no recipiente completo proveniente do povoado da Tapada da Venda /Pedroso (Celorico de Basto), em pleno vale do Ave, região não muito longínqua do Cávado.

### *Forma 9: Pote*

Forma com pança esférica ou ovóide, sem colo, fechada, com bordo reentrante e lábio arredondado ou sub-rectangular. A pasta é grosseira, arenosa e o acabamento alisado, por vezes de forma imperfeita. Forma muito rara.

### *Forma 10: Potinho/Púcaro*

Trata-se de uma forma fechada com pança de perfil esférico ou ovóide. Nos casos das panças esféricas, o colo é bem pronunciado e o bordo esvasado. Nos casos das panças ovóides, o bordo é normalmente vertical. Existem também alguns recipientes desta forma em que o contacto entre a pança e o bordo se faz de forma angulosa. Os lábios podem ser arredondados, adelgaçados, horizontais rectos ou em aba soerguida, pequena, numa fase mais recente. Os púcaros possuem uma ou mais asas de preensão horizontal, quer saindo directamente do bordo, quer do colo. Estas podem ser de secção oval, rectangular, triangular ou trapezoidal. A base é de fundo plano. A pasta é variável, sendo essencialmente arenosa, durante o II e a 1ª metade do I milénio AC e micácea, a partir dessa data. A textura pode ser grosseira ou mediana/fina e o acabamento varia entre o rugoso (muito raros), o alisado e o polido. Há alguns fragmentos decorados com incisões no início da pança, quer em pastas arenosas, quer em micáceas. São relativamente frequentes os recipientes com vestígios de fuligem, indiciando o seu uso sobre o lume. O seu diâmetro oscila entre os pequenos e os médios.

Corresponde à forma 4 da fase I de M. Martins (1990: 127 – 129), à 2 da fase II de M. Martins (1990: 142-148), à 4 e 5 de S. Jorge (1988: 22-25), à 6 de A. Dinis (1991/1992: 127 – 132) e às 28.1, 28.2, 36.2 e 46.1 de J. C. Senna-Martinez (1995: 80, 83, 85).

### *Forma 10a: Potinho com carena na pança*

Tratam-se de recipientes fechados, de pequena ou média dimensões, semelhantes aos da forma 10 mas apresentando uma carena mais ou menos acentuada na parte média da pança. A pasta é arenosa, grosseira ou mediana e o acabamento alisado ou polido. Os



bordos podem ser verticais ou ligeiramente esvasados e os lábios arredondados, adelgaçados, ou sub-horizontais rectos. Esta forma pode ser provida de asa de preensão vertical. As bases são de fundo plano. Esta forma pode ser lisa ou decorada, neste caso, com mamilos sobre a carena ou bordo. É apenas conhecida em contextos sepulcrais no Noroeste.

Assemelha-se às formas 24.2 e 24.4 de J. C. Senna-Martinez (1995: 80).

#### *Forma 11: Copo/Subcilíndrico*

Forma com paredes quase direitas ou subcilíndricas, com ausência de colo e bordo reentrante, vertical, ligeiramente esvasado ou em aba soerguida pequena. Os lábios são arredondados ou sub-horizontais. São por vezes providos de asa de preensão vertical. A pasta é arenosa, a textura grosseira e o acabamento alisado ou polido. A base é de fundo plano. Alguns deles apresentam indícios de fuligem. O seu diâmetro oscila entre os pequenos e os médios/grandes.

Corresponde à forma 27 de J. C. Senna-Martinez (1995: 80).

#### *Forma 12: Taça carenada*

Esta forma, aberta, corresponde a recipientes de perfil carenado, carenas estas que podem ser altas, médias ou baixas, muito ou pouco acentuadas. Os bordos podem ser verticais ou esvasados e os lábios, muitas vezes adelgaçados, são, também, arredondados ou boleados. Sobre as carenas são comuns os mamilos arredondados ou alongados, estes últimos, frequentemente com perfuração dupla na vertical. As bases podem ser umbilicais ou de fundo plano. A pasta é arenosa, a textura quase sempre mediana/fina e o acabamento alisado ou polido. Perto dos meados do I milénio AC ocorrem, muito excepcionalmente; carenas pouco acentuadas e taças de pasta micácea. Esta forma diminui consideravelmente à medida que se aproximam os meados do I milénio AC. Está ausente no único contexto que foi possível datar dos finais dos séculos VI e V A.C (S. João de Rei I). Não ocorrem vasos com vestígios de fuligem, indiciando

o seu uso para o consumo de bebidas ou alimentos. O diâmetro destas peças oscila entre os pequenos e grandes, estes últimos apareceram apenas num caso (Cabanas).

Corresponde à forma 5 da fase I de M. Martins (1990: 127-129), à 11 de S. Jorge (1988: 22-25), à 4 de A. Dinis (1991/1992: 127 -132), às 21, 22.1, 22.2, 31, 32, 33, 34 e 37 de J. C. Senna-Martinez (1995: 80, 85) e às IA, IA', IC e IG de A. Lopes (1993: 69-86, 90-92, 98-108).

#### *Forma 13a, 13b e 13c: Bordos horizontais*

Esta forma compreende vasos de pança hemisférica, de bordos horizontais grandes, com 2cm ou mais (13a), médios, com abas entre 1 a 2cm (13b) e pequenos, com abas de menos de 1cm (13c). Estes bordos podem ter abas rectilíneas, côncavas ou mesmo ligeiramente convexas, frequentemente decoradas, com incisões, impressões ou brunidos (por vezes em organização metopada), sobretudo as das formas 13a. Os bordos da forma 13c são lisos. Os lábios podem ser arredondados ou boleados. Alguns dos vasos da forma 13a tem asa de preensão vertical. As pastas são arenosas, de textura grosseira ou mediana e acabamento, por vezes, bastante alisado. As bases são côncavas ou de fundo plano. Todas estas três formas apresentam indícios de terem estado sobre a acção do fogo. Os seus diâmetros variam entre os pequenos e médios.

A forma 13a, corresponde à forma 3 de S. Jorge (1988: 22-25).

#### *Forma 14: Tronco cónico*

O vaso tronco cónico é um recipiente aberto, de paredes divergentes e de bordo vertical, esvasado ou em aba soerguida em relação ao corpo do vaso. O seu diâmetro de base é sempre inferior ao de boca. Apresenta base plana e pode ser decorado com fiadas de mamilos ou outras aplicações plásticas sob o bordo. Pode ser provido de asa de preensão vertical. A pasta é grosseira e o acabamento geralmente alisado, embora, por vezes, com irregularidades. São muito raros em contextos habitacionais mas frequentes em sepulcrais. O seu diâmetro oscila entre os pequenos e os médios.

Não contabilizámos aqui os fragmentos com decoração incisa metopada de tipo "Penha" com esta forma por os associarmos a outros contextos cronológicos e culturais.

Corresponderá esta forma à 8 da fase I de M. Martins (1990: 127-129), cuja inserção no grupo dos troncocónicos a autora coloca em dúvida (MARTINS 1988: 140)? De facto, esta forma foi formulada a partir de um pequeno e único fragmento, com uma boa parte do bordo adelgado, o que não é comum no grupo dos troncocónicos. Pelo desenho (MARTINS 1988, est. XLI-4) podemos ainda verificar que existe um esboço de colo, que parece longo, sob um bordo de 3,6cm, o que não ocorre em nenhum recipiente conhecido desta forma. Deste modo, a sua inserção no grupo dos troncocónicos parece-nos de rejeitar, pelo que consideramos que não ocorre em contextos dos finais da Idade do Bronze nesta sub-região.

Corresponde à forma 26 de J. C. Senna-Martinez (1995: 80).

#### *Forma 15: Urna*

Recipiente de pança globular, com ausência de colo pois o bordo contacta com a pança de forma angulosa. O bordo é sempre bastante esvasado e os lábios adelgados e arredondados. Algumas apresentam asas de prensão vertical, normalmente saindo do bordo. A base é de fundo plano. A pasta é arenosa, de textura mediana/fina ou grosseira (1 ex.), com acabamento normalmente polido, se bem que possam existir peças alisadas. Num dos casos há uma peça com bordo serrilhado. São muito raras as urnas com fuligem, indiciando o seu uso provável em actividades rituais que implicam o uso do fogo. São raras nos finais da Idade do Bronze e desaparecem na transição para a Idade do Ferro. O seu diâmetro é médio embora as alturas sejam muito variadas.

Corresponde à forma 9 da fase I de M. Martins (1990: 127-129), às 5 e 7 de A. Dinis (1991/1992: 127 - 132), às 22.3 e 38 de J. C. Senna-Martinez (1995: 80, 83) e à IB de A. Lopes (1993: 87 - 89).

### *Forma 16; Vasos geminados*

Os vasos geminados, podem ser constituídos por dois ou mais recipientes unidos pelo bordo e pança. Apenas conhecemos esta união em formas carenadas de base de fundo umbilical. São peças de pasta arenosa, mediana/fina e de acabamento polido. Na sub-região do Cávado apenas conhecemos o exemplar triplo do que agora denominamos S. Julião Ib. A sua funcionalidade deverá ser ritual.

Corresponde à forma 10 da fase I de M. Martins (1990: 127-129) e IU de A. Lopes (1993: 138 – 141):

### *Forma 17: Prato*

Forma muito aberta, de paredes divergentes, bordo vertical ou ligeiramente esvasado e de lábio arredondado ou boleado. A base parece ser de fundo plano. A pasta é arenosa, grosseira ou mediana/fina e de acabamento polido e alisado. Não indiciam fuligem. Os diâmetros são médios e médio/grandes. Esta forma é raríssima (2 a 3 exs.) e aparece apenas nos finais da Idade do Bronze.

Corresponde à forma 7 da fase I de M. Martins (1990: 127-129)

### *Forma 18: Panela de asa interior*

Recipiente aberto, de paredes mais ou menos côncavas, com bordos no prolongamento das panças. Os lábios são arredondados ou horizontais, a base de fundo plano e as pastas arenosas ou micáceas. Os recipientes de pasta arenosa são muito raros. Esta forma aparece nos finais da Idade do Bronze e aumenta consideravelmente pelos meados do I milénio AC, onde já é quase exclusivamente micácea. O acabamento é apenas alisado. Todas estas peças são providas de asas interiores, maioritariamente de prensão horizontal e de secções circulares ou semi-circulares, muito embora tenhamos detectado um exemplar de asa de secção sub-rectangular que foi repuxada do corpo do vaso (Susão). São relativamente frequentes os vasos com vestígios de fuligem, indiciando o seu uso sobre o lume. O seu diâmetro oscila entre os médios e os grandes.

Corresponde à forma 4 da fase II de M. Martins (1990: 142-149), à 16 de C. A. F. de Almeida (1974: 195) e à IIIA de A. Lopes (1993: 158 – 159).

#### *Forma 19: Tampa*

Por tampa designamos dois recipientes de planta circular e de secção rectangular. São de pasta arenosa, grosseira e alisada e com diâmetros pequenos mas nunca inferiores a 7cm. Uma delas foi detectada no povoado de Cabanas I, dos finais da Idade do Bronze e o outro cobria o vaso da forma 11 do depósito do Lugar da Mata/Sequeade, muito provavelmente do II milénio AC.

#### *Forma 20: Pote*

Forma fechada, com pança bem desenvolvida, de perfil esférico, com colo recto ou curto e bordo vertical. O lábio é horizontal ou sub-horizontal. A pasta é grosseira, arenosa ou arenosa/micácea e o acabamento alisado. Apenas num dos casos encontramos indícios de fuligem. O seu diâmetro oscila entre os pequenos e os médios. Esta forma é muito rara nos finais da Idade do Bronze (3 exs), mas desconhecida do II milénio AC na bacia do Cávado. Parece assentar em formas do Calcolítico do Norte de Portugal.

#### *Forma 21: Vaso de aba horizontal interior*

Forma aberta de paredes tendencialmente direitas de bordo desenvolvido em aba horizontal interior. A pasta é arenosa, grosseira e de acabamento alisado. Não contém fuligem. O seu diâmetros é médio/grande. É uma forma muito rara.

#### *Forma 22: Malga*

Forma aberta, de pança esférica ou semi-esférica, com bordos no seu prolongamento ou ligeiramente esvasados e lábios arredondados ou adelgaçados. A pasta é arenosa, grosseira ou mediana e de acabamento alisado ou polido. Uma peça desta forma era provida de um aplique, de secção rectangular e perfurado, e outra, apresentava

decoração em grinaldas de tipo Cogotas I. Algumas indiciam fuligem. Os seus diâmetros variam entre os pequenos e os grandes. São raras durante todo este período.


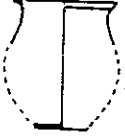
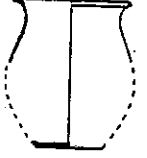
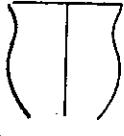
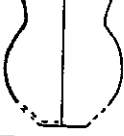





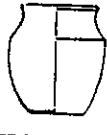
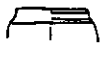
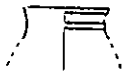




Corresponde à forma 6 da fase I de M. Martins (1990: 127-129).

*Forma 23: Tigela*









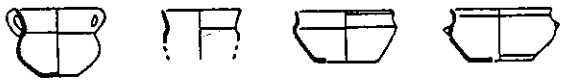


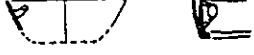

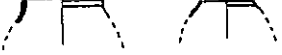
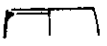

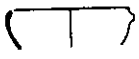
Forma aberta, de paredes semi-esféricas ou quase direitas, embora divergentes, com bordos no prolongamento das panças, esvasados ou em aba horizontal pequena. Os lábios são arredondados ou rectos horizontais. A pasta é arenosa, grosseira e de acabamento alisado, embora nos meados do I milénio AC as pastas passem a ser micáceas. Os seus diâmetros eram médios.

Corresponde, *grosso modo*, à forma 3, variante B da fase II de M. Martins (1990: 142-149), embora se distingam nos bordos.

## **Tabela de formas**

1	
1b	
1c	
2	
3	
4	  
5	 
6	 
7	 
8	 
9	



10	
10a	
11	
12	
13a	
13b	
13c	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	

### **4.3. Trabalho de laboratório**

A grande acumulação de dados provenientes dos trabalhos de escavações antigas ou recentes (cerâmicos, líticos, metálicos e ecofactos) implicou um estudo com recurso a metodologias pluridisciplinares como a Botânica, a Estatística, a Física, a Geologia, a Química e a Zoologia.

Análises botânicas e zoológicas foram aplicadas a diferentes ecofactos extraídos das escavações. O tratamento estatístico foi efectuado, quer em relação ao conjunto cerâmico, quer às datas de radiocarbono, estas últimas efectuadas no âmbito da Física Atómica. A Geologia foi solicitada na classificação litológica de alguns artefactos, por vezes, através de lâminas delgadas, no estudo de sulfuretos e óxidos com microsonda e na análise de conteúdos orgânicos de alguns sedimentos. O recurso à Química deveu-se à necessidade de conhecermos a composição de vários achados metálicos.

#### **4.3.1. Radiocarbono e calibração: consequências na cronologia tradicional**

O método de datação absoluta mais usado na Pré-História recente e na Proto-História do Noroeste Peninsular é o de radiocarbono, inventado por W. Libby nos finais dos anos 40, inícios dos anos 50. Para este investigador os anos de radiocarbono eram iguais aos anos solares pelo que o método poderia datar com grande precisão grandes eventos do passado, povoados, túmulos, entre outros, provocando uma verdadeira “vaga” de optimismo e contribuindo para a elaboração de tabelas cronológicas bem definidas.

A comparação das idades de radiocarbono com as dos anéis de crescimento de árvores (dendrocronologia) que correspondem a anos de calendário), tornou possível constatar que a quantidade de C14 na atmosfera variou ao longo dos tempos e que, portanto, os resultados de radiocarbono, não correspondiam a datas de calendário,

tornando-se assim necessária a sua calibração, correlação ou correcção para anos solares, através da dendrocronologia originando o que se designou por a "Segunda Revolução Radiocarbónica" (RENFREW *et al* 1993: 131). Esta descoberta tornou os investigadores conscientes de que uma data de radiocarbono calibrada "...es un intervalo de tiempo en el que existe una probabilidad no nula y calculable de que la verdadera fecha se encuentre dentro de cualquier segmento de tiempo incluido en su interior" (CUESTA *et alii* 1996: 260), por vezes muito amplo e fez recuar, consideravelmente, algumas datas e acontecimentos, como por exemplo no Noroeste peninsular onde a calibração veio contribuir para dismistificar o denominado vazio de dados para o II milénio AC.

Neste cenário, os arqueólogos tiveram que "perder a inocência" da primeira fase e reaprender a lidar com novas temporalidades (BETTENCOURT 1998=1995).

A descoberta de que os anos de radiocarbono são distintos dos anos solares veio impedir e tornar errada, em termos técnicos a usual subtracção que se efectuava entre a data recebida pelo laboratório e o ano solar de 1950. Os resultados dessas datas convencionais são, assim, produto da subtracção de unidades temporais distintas o que cria uma falsa realidade cronológica com datas pretensamente "objectivas". O pressuposto em que se baseavam as datas convencionais, hoje considerado incorrecto pelos especialistas da Física Atómica, veio, também, permitir recuperar algumas datas anteriormente consideradas anómalas. É o caso das que em estratos mais antigas se apresentam ligeiramente mais recentes do que as do estrato subsequente, embora estatisticamente semelhantes. Como nos adverte F. Cuesta *et alii* (1996: 257) este fenómeno apenas demonstra que o método de radiocarbono não tem capacidade de resolução para datar camadas com grande proximidade temporal entre elas.

Se as primeiras curvas de calibração surgem nos finais dos anos 60, continuando nas décadas de 70 e 80 (BOWMAN 1994: 839-840), só em 1993, no fascículo 1 do vol. 35 da revista *Radiocarbon* se apresenta uma curva de calibração com resultados dos laboratórios de Belfast e Seattle, em que as datas para os períodos entre 5000BP a 1840 AD eram estatisticamente semelhantes, embora baseadas em sequências dendrocronológicas distintas. Era a curva de Stuiver & Pearson (1993) ou Pearson &

Stuiver (1993) que ofereceu consenso científico e, por esse motivo, tem sido a usada por todos os laboratórios actuais<sup>60</sup>. Com base nesta curva, apareceu um programa informático de calibração, efectuado pela Universidade de Washington e denominado de CALIB 3.03.de Stuiver & Reimer (1993), incorporando resultados de laboratórios distintos (BOWMAN 1994: 840) e que foi usado no âmbito deste trabalho.

Para atenuar o efeito de relatividade implícito nos resultados de radiocarbono tornou-se absolutamente perceptível que não basta trabalhar apenas com uma data de um determinado contexto, mas sim com uma sequência de análises ou datas. Só esta circunstância poderá permitir “afinar” cronologias e inferir a duração do fenómeno arqueológico, de forma estimativa, a partir de um tratamento estatístico conhecido por Média Ponderada. Este método é tanto mais válido quanto maior fôr o número de datas estatisticamente homogéneas (CUESTA *et alii* 1996: 226-227, 260). Segundo estes autores (*Id. Ibidem*: 237, 261) as sequências de análises constituem ainda um dado importante ao permitirem a comparação de jazidas arqueológicas da mesma área e a inferência de eventuais continuidades ou hiatos ocupacionais numa determinada estação arqueológica, o que pode ser bem perceptível através da representação gráfica da distribuição de probabilidades da totalidade das datas obtidas.

A análise de um conjunto de dados para cada contexto poderá ainda estabelecer relações de antiguidade, quando as condições estratigráficas não o permitam. É o caso das comparações entre camadas com níveis de ocupação distintos e que não se sobrepõem numa determinada estação, ou seja, com estratigrafia horizontal.

De qualquer modo a validade ou aceitação de uma data radiométrica para um contexto preciso passa por uma noção cronológica dos níveis a datar, ou seja, pela coerência entre as datas obtidas e a cronologia relativa deduzida das sequências

---

<sup>60</sup> -Continuam a existir problemas no âmbito das datações radiométricas, como as diferenças na distribuição de C14 existentes entre o hemisfério Sul e o Norte ou relacionadas com meios específicos onde ocorrem concentrações localizadas de C14 na atmosfera, como, por exemplo, nas zonas próximas de ventos vulcânicos ou de actividades antrópicas muito localizadas. Todavia esta problemática das variações de C14 na atmosfera embora importante para os geofísicos e os geoquímicos que estudam a actividade solar, os ciclos de carbono, etc, são pouco relevantes para os resultados de amostras provenientes da arqueologia (BOWMAN 1994: 840).

estratigráficas, dos artefactos e estruturas encontrados (RENFREW *et al* 1993: 841; CUESTA *et alii* 1996: 257).

Actualmente contamos com dois métodos para mensurarmos material orgânico pelo radiocarbono. O mais usual é o convencional, ou seja, pelo contador proporcional de Geiger (G.P.C.), praticado na maioria dos laboratórios europeus, mas o resultante dos avanços científicos nos finais dos anos 70, inícios dos 80, permitiu o desenvolvimento do método conhecido pelo AMS (Espectrometria de Massas com Acelerador de Partículas) que mede amostras muito mais pequenas do que as efectuadas pelo método convencional, aumentando as possibilidades de análises.

É também necessário ter em atenção que o resultado da amostra analisada radiometricamente apenas data a formação dos materiais orgânicos, pelo que devemos privilegiar amostras de materiais de vida curta (sementes, frutos, ramos de árvores jovens ou arbustos), evitando, quando possível, troncos de árvores de vida longa, que podem ser centenárias e cuja interpretação é pouco precisa para datar alguns contextos arqueológicos, mesmo que bem contextualizados.

Apesar das vantagens demonstradas há algumas dificuldades que gostaríamos de salientar. Uma delas é o facto das amostras de épocas mais recuadas estarem sujeitas, normalmente, a margens de erro maiores, atendendo a que a sua actividade radioactiva é menor do que numa amostra recente. Também a afinação cronológica de acontecimentos verificados entre 700 e 400AC (2500 a 2400 BP) é difícil de efectuar atendendo à curva de calibração durante este período, com andamento horizontal. Também nestes casos a utilização de uma grande número de datas e o recurso à Média Ponderada é de grande utilidade.

Contudo, apesar dos problemas levantados e da maior amplitude de datas apresentadas pelo radiocarbono este método ainda é o mais fiável para o Noroeste, onde faltam amostras e "séries directoras" associadas à dendrocronologia, método de datação de grande precisão nas áreas onde pode ser aplicado.

Graças à universalidade do método ele torna-se de grande utilidade para tentarmos perceber a antiguidade da antropização da paisagem nos vários continentes,

comprovar a existência da Pré-História e estabelecer uma sincronia relativa entre vários locais tentando perceber as assimetrias de desenvolvimento a uma escala média ou alta de análise. Subscrevemos assim C. Renfrew & P. Bahn (1993: 135) quando defendem que "*...la calibración ha ayudado a confirmar la validez de una cronología radiocarbónica independiente para la Europa prehistórica...*". Mas se é verdade que "*...no parece posible que se llegue algún día a un cálculo exacto de la fecha de los fenómenos del pasado...*" (FERNÁNDEZ MARTÍNEZ 1993: 165), também o é que a arqueologia de hoje deixou de dar prioridade a assuntos de ordem cronológica, para empenhar-se em deduzir e induzir dos dados uma leitura cada vez mais abrangente e estudar as interrelações entre o material, o económico, o social e o ideológico.

#### 4.3.2. O estudo paleo-ambiental

Tendo em conta a assumpção de que as comunidades dos meados do III aos meados do I milénio AC eram já herdeiras de uma paisagem transformada e de um passado, que naturalmente influenciou na sua concepção de espaço ou espaços, tentámos "avaliar" as possíveis alterações das condições paleo-ambientais, paleoclimáticas e os recursos de subsistência desde o Sub-boreal ao Subatlântico, necessariamente observáveis, lidas e manipuladas pelas populações do amplo período em estudo.

Para a concretização destes objectivos socorremo-nos, em primeiro lugar, dos dados da antracologia, da arqueozoologia, da paleocarpologia e da palinologia, cujas amostras foram retiradas de turfeiras ou de jazidas do Noroeste datadas do III ao I milénio AC, visto não existirem dados suficientes para defendermos uma periodização específica para a bacia do Cávado, apesar das várias análises que mandámos efectuar.

No Norte de Portugal, exceptuando o trabalho de palinologia de H. Elhai (1964)<sup>61</sup> efectuado no estuário do rio Leça, só a partir da década de 80, alguns arqueólogos, influenciados pela Arqueologia Processual, procuram um diálogo mais

---

<sup>61</sup>. Citado em M. Ollivier (1988: 141).

recorrente <sup>62</sup> com outras áreas de conhecimento, nomeadamente com as Ciências da Natureza. Data também deste período um maior interesse dos investigadores das várias disciplinas naturais pelo estudo do Holocénico recente, o que leva à proliferação de trabalhos do âmbito da antracologia, arqueozoologia, paleocarpologia e palinologia cujos resultados, analisados em interacção com a arqueologia, se tornaram extremamente profícuos.

Publicaram-se assim vários estudos antracológicos (VERNET 1986; 1988; FIGUEIRAL 1990, 1992, 1992a 1993, 1993a, 1994, 1995, 1995a; VERNET *et al* 1993), arqueozoológicos (TELLES-ANTUNES 1991/92, 1995; CARDOSO 1996), paleoambientais e paleoclimáticos (MATEUS *et al* 1988; DIAZ-FIERROS VIQUEIRA *et alii* 1992/1994; RAMIL-REGO 1993; CORREIA 1994; AIRA RODRIGUEZ *et al* 1995; RAMIL-REGO *et alii* 1996) e paleocarpológicos (SILVA 1988, 1988a, 1988b; RAMIL-REGO *et al* 1993; AIRA RODRIGUEZ *et al* 1995; DOPAZO 1996; DOPAZO *et alii* 1996).

A **antracologia** permite, a partir das variações das espécies florísticas, a percepção dos diferentes ecossistemas em que o homem se insere, bem como o teor das relações entre ambos (FIGUEIRAL 1990: 3; 1993: 209), através do reconhecimento de plantas indicadoras de actividades agro-pastoris, entre outras, ao mesmo tempo que autoriza algumas leituras sobre aspectos muito precisos do quotidiano das comunidades estudadas (FIGUEIRAL 1990: 3), como sejam o material usado em determinadas construções, lareiras, piras funerárias, etc. e a identificação da idade relativa do abate de uma árvore ou arbusto. Pelo facto desta disciplina possibilitar a identificação da espécie da planta em estudo, torna-se ainda um importante complemento da palinologia na reconstituição das condições ecológicas. Também a comparação dos dados obtidos pela antracologia com o meio actual é relevante para determinar as linhas da evolução da paisagem vegetal.

---

<sup>62</sup>. Embora ainda longe do desejável, nomeadamente nas áreas da Arqueologia Proto-Histórica e em épocas posteriores.

A **arqueozoologia** e a **paleocarpologia** são igualmente importantes na confirmação ou infirmação de hipóteses formuladas no quadro da antracologia ou palinologia ou no momento em que se pretendem fundamentar novas hipóteses sobre a dieta alimentar do homem e dos animais. O estudo da fauna pode constituir, igualmente, um bom indicador das condições ambientais na medida em que um vasto número de animais "... responde en mayor medida a cambios generales en la estructura de los ecosistemas..." (MORALES MUÑIZ 1996: 7), quer sejam animais selvagens, ácaros, aves, crustáceos, insectos, ultrapassando-se em muito a ideia de que a arqueozoologia é apenas uma "ciência dos ossos" e das conchas (*Id. ibidem*: 11 e segs). A avifauna pode funcionar, também, como indicador da acção antrópica, nomeadamente do sistema agrícola, do tipo de cultivo e da intensidade em que este é efectuado em cada zona (*Id. ibidem*: 10). Também as informações sobre alterações nas formas de exploração animal, como diminuição da importância das actividades cinegéticas ou alterações nos rebanhos e naturalmente, a análise em esqueletos humanos (DENNEL 1992: 76), parcos no Noroeste, poderão indiciar mudanças profundas no sistema de subsistência.

Mesmo assim, A. Morales Muñiz (1990: 267) alerta-nos para o facto de não só ser necessário conhecer a fauna, mas também os seus hábitos, pois só a partir deles podemos inferir as épocas do ano em que determinadas jazidas foram ocupadas. Infelizmente os dois grandes limites da arqueozoologia são o facto de não se poder considerar a macrofauna doméstica como o melhor indicador das condições do meio e o caso de muitos animais selvagens serem ubíquistas, tanto podendo persistir em zonas de bosque como em espaços abertos (MORALES MUÑIZ 1990: 275-273).

Apesar dos limites da **palinologia**, em termos metodológicos e interpretativos (grau de polinização diferenciada consoante as espécies; diversos modos de polinização; contaminações várias, aspecto agravado nas jazidas arqueológicas), as análises polínicas dos sedimentos fossilizados podem permitir uma aproximação ambiental e climática de cada período e a detecção da intensidade antrópica sobre o meio (grau de deflorestação, aparecimento e desenvolvimento de espécies cultiváveis, variedade de produtos vegetais passíveis de serem usadas na dieta humana, etc.) (LEROI-GOURHAN *et al* 1979). Para



tal, estes estudos baseiam-se na presença relativa de certos indicadores arbóreos, arbustivos e herbáceos, nas relações que estes estabelecem entre si e na comparação destes com o comportamento das associações vegetais actuais (*Id. ibidem*). Esta autora chama ainda a atenção para o facto de que, na reconstrução da paisagem, interferem factores como a altitude e a localização das jazidas arqueológicas ou naturais onde se efectuam as recolhas (*Id. ibidem*).

Não podendo contar com uma periodização particular para o vale do Cávado aceitámos para o Holocénico do Noroeste a nomenclatura efectuada para os períodos climáticos da Europa Central e a cronologia estabelecida por M. J. Aira Rodríguez *et alii* (1990), que fazem corresponder ao Atlântico um período entre 7 500 a 5 000BP, ao Sub-boreal, entre 5 000 a 2 800BP e ao Subatlântico, entre 2800BP e a actualidade.

As características climáticas do Atlântico correspondem a uma fase de aquecimento rápido, com temperaturas mais elevadas do que as actuais, alto índice de precipitação e forte humidade. O Sub-boreal corresponde a uma deterioração climática progressiva, com grande descida das temperaturas face ao período anterior e um tempo seco, o que provocou uma diminuição das áreas de bosque, substituídas por uma vegetação predominantemente arbustiva e herbácea (AIRA *et alii* 1989: 24). As características deste período parecem relacionar-se igualmente com actividades antrópicas que acentuaram os processos erosivos (RAMIL-REGO *et alii* 1995). No final deste período e inícios do Sub-Atlântico deu-se um aumento da humidade, da pluviosidade e da temperatura, bem caracterizado pela presença de *Alnus* (AIRA *et alii* 1989:24), embora no Subatlântico se assinala flutuações climáticas mais evidentes do que nas fases anteriores e uma paisagem predominantemente aberta (OLLIVIER 1988: 122).

Evidentemente que esta taxonomia, estabelecida para a Europa Ocidental, constitui uma generalização que estudos regionais no Noroeste tenderão a precisar em termos climáticos e florísticos (OLLIVIER 1988: 119). P. Ramil-Rego (1993) prefere usar uma periodização mais abrangente, definida em termos climáticos (fase Anatómica - 10 000 - 6 000BP, Ótimo Climático - 6 000 - 3000BP e fase Catatómica - a partir de

3 000BP até à actualidade)<sup>63</sup>. Mesmo assim optámos por usar a periodização tradicional, por ser a mais conhecida entre os arqueólogos e poder facilitar a assimilação e comparação dos trabalhos que se tem vindo a efectuar noutras regiões, embora no quadro em anexo se efectue a relação entre ambas.

Dos vários períodos climáticos estabelecidos caracterizaremos com mais pormenor o Sub-boreal e o Subatlântico, por serem aqueles que abarcam a faixa cronológica que estudámos.

Tendo presente que o conjunto de dados paleo-ambientais resultantes das jazidas arqueológicas do Noroeste, tem sido tratado de uma forma demasiado generalizadora para os nossos objectivos, não permitindo afinar algumas tendências paleocarpológicas, polínicas e arqueozoológicas em termos cronológicos sentimos necessidade de contextualizar e precisar cronológica e culturalmente os resultados das mais diversas análises, o que nos permitiu efectuar os quadros paleocarpológicos e arqueozoológicos usados como referência nos pontos 3.1., 3.2., 3.3. e 4 do capítulo V. Na tentativa de perspectivarmos algumas particularidades para a sub-região do Cávado e poder compará-las com as de outras sub-regiões do Noroeste. A partir desta base de trabalho e cruzamento destes dados paleo-ecológicos com outros ecofactos e, ainda, com outros dados de foro arqueológico, foi possível tecer algumas considerações sobre a estruturação agro-silvo-pastoril das comunidades da bacia do Cávado, reconstituir os recursos subsistenciais e as características da paisagem do vale do Cávado desde os inícios do II milénio aos meados do I milénio AC.

Na falta de um estudo fino das flutuações climáticas para o Noroeste e para a bacia do Cávado não foi possível testar a possibilidade da existência de interrelações entre estas oscilações e alterações do registo arqueológico. Segundo J. Jaensen (1994: 111) este pressuposto de interrelação entre as flutuações climáticas e o registo arqueológico não é linear, como se pôde comprovar no Báltico ocidental. Aí foi possível estudar a evolução climática com bastante acuidade e, através de datações radiométricas, identificar oscilações climáticas um pouco antes de 1000 AC, em cerca de 800 AC, em

---

<sup>63</sup>. Mais pormenores sobre esta periodização poderão ser consultados em P. Ramil-Rego (1993).

600 AC, em 300 AC e antes do ano 0, não se tendo, no entanto, comprovado alterações do registo arqueológico nos mesmos momentos cronológicos, pelo J. Jaensen (1994: 111), defende que para a Arqueologia será de maior utilidade o estudo da evolução do meio através dos dados polínicos/ambientais.

### 4.3.3. Metalurgia

A metalurgia serviu, durante décadas, para estabelecer cronologias relativas e subdivisões culturais muito finas no âmbito da Idade do Bronze. Como defendemos em trabalhos anteriores, o uso de datas de radiocarbono calibradas e o número reduzido de objectos contextualizados no Noroeste, torna esta tarefa pouco operativa (BETTENCOURT 1998=1995)<sup>64</sup>. Também os dados para a sub-região da Bacia do Cávado, desde os finais do III aos meados do I milénio AC são escassos, sendo resultantes, na sua maioria, de antigos achados avulsos e, por vezes, de contextos imprecisos, embora alguns sejam provenientes de escavações efectuadas em povoados, pelo que o seu valor é distinto.

Tendo em conta todos estes constrangimentos pareceu-nos mais correcto inverter o processo de trabalho. Assim, e partindo dos artefactos contextualizados, procedemos à sua análise de composição química, tentando verificar se existiam ou não tendências dentro de cada ocupação ou fase que fomos determinando. Curiosamente o resultado final acabou por revelar, que parece possível, embora em sentido lato, perspectivar algumas características metalúrgicas, em termos formais e tecnológicos para cada uma das fases individualizadas, que veremos à medida que fomos tratando cada período individualmente. Mas, como o número de artefactos e os dados do processo de manufactura da bacia do Cávado parecem demonstrar uma produção metalúrgica descontínua e pouco intensa, quer desde as fases mais antigas da Idade do Bronze, como para os inícios da Idade do Ferro, subscrevemos M. J. Rodríguez de la Esperanza (1996:

---

<sup>64</sup> -Comunicação apresentada em 1995, no âmbito do Colóquio "Existe uma Idade do Bronze Atlântico?", realizado em Lisboa.

89) quanto ao valor da metalurgia da Idade do Bronze da bacia do médio Ebro, quando diz "La muestra que hemos manejado es muy reducida, por ello las conclusiones que se pueden plantear sobre aspectos como el impacto medio ambiental, las comunicaciones, o la función y papel de los metalurgistas en el contexto socioeconómico, tan solo pueden ser tratados de forma tentativa".

Este trabalho de correlação entre a tecnologia (liga), as formas dos artefactos e a cronologia, implicou análises da composição química e qualitativa dos objectos de bronze e ouro. Outros tipos de análises visando a obtenção de dados sobre técnicas de fabrico não foram contemplados.

A composição química dos achados em bronze foi detectada através de análises destrutivas (Espectometria de Absorção Atómica) no Centro de Metalurgia e Ciências dos Materiais da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (C.M.), apenas num caso, e por não destrutivas (Espectometria de Fluorescência de Raio X). Estas últimas, todas elas efectuadas no âmbito do projecto de "Arqueometalurgia de la Península Ibérica", no Instituto de Património Histórico Español, I.C.R.B.C., do Ministério da Cultura de Madrid (PA), implicaram um método que subentendeu uma raspagem de pequenas dimensões nas superfícies das peças, que, sempre que possível, foram enviadas após estabilização da corrosão activa superficial.

Ao abrigo deste projecto, tentámos analisar ainda uma série de artefactos depositados no Museu do Seminário de Santiago, mas as várias tentativas efectuadas para obter autorização para tal, quer pessoalmente, quer por escrito, depararam-se com uma ausência de resposta. Por fim, a peça do povoado de Cabanas, que ainda se encontra em Madrid, não foi analisada atendendo à conclusão do referido projecto.

Para peças desta sub-região contámos também com algumas análises destrutivas (Espectroscopia Óptica de Emissão), realizadas pela Universidade de Stuttgart, da qual resultaram três volumes contendo análises, conhecidos pela designação de SAM I (JUNGHANS *et alii* 1960), ou SAM II e III (JUNGHANS *et alii* 1968, 1974), ou seja, *Studien zu den Anfängen der Metallurgie*.

Ambos os métodos têm vantagens e inconvenientes. Em relação ao de Espectrometria de Fluorescência de Raio X (XRF), salientamos que as análises não se efectuam no cerne das peças, mas sim nas camadas superficiais da amostra, onde há tendência para a deposição de uma maior concentração de estanho do que o cobre. Para atenuar este efeito, no âmbito do projecto "Arqueometalurgia de la Península Ibérica", todas as peças "...han sido sometidas a una cuidadosa limpieza en la zona de análisis utilizando un equipo de abrasión por chorro de arena, eliminando los productos de corrosión superficial hasta dejar al aire la superficie sana del metal" (ROVIRA 1995: 34).

Um dos maiores problemas das análises da série SAM reside na apresentação imprecisa dos resultados, registados, apenas, como contendo "cerca de ", ou tendo "maior ou menor percentagem de" determinado minério.

É, também, de registar a grande diferença percentual existente entre os distintos constituintes de uma peça, quando se confrontam diferentes métodos. É o caso dos resultados do machado de talão sem anéis de Retortas (Vila Verde), analisado pelo C.M., através da Espectrometria de Absorção Atómica e pelo XRF.

Mesmo tendo presentes os inconvenientes de trabalharmos com séries de vários laboratórios e de não ser aconselhável a mistura de resultados, partilhámos a opinião de I. Montero Ruíz (1996: 686)<sup>65</sup> ao defender ser sempre possível analisar a tendência de cada um deles. De qualquer modo, este fenómeno invalidou comparações muito finas, em termos percentuais, dos elementos constituintes dos artefactos.

Consideramos bronzes excelentes os que apresentam teores de estanho entre 6% a 12%. Os que contêm entre 12 a 17% de estanho são facilmente quebradiços embora possam servir para objectos ornamentais. As peças com mais de 18% de estanho são muito duras e quebradiças e, portanto, de má qualidade (MERIDETH: 1997: 140).

---

<sup>65</sup> - Ideia expressa no âmbito da discussão da sessão nº 4: "Producción y Distribución" do II Congreso Peninsular de Arqueología, vol. 2, Zamora, 1996.

Os achados de ferro não foram analisados, atendendo ao facto do seu estudo ser pouco expressivo em termos de significado arqueológico (HENDERSON 1991: 162-163).

#### 4.4. Conceitos operatórios

O **dado arqueológico** é encarado como manipulável consoante a capacidade "criativa" e o poder argumentativo do arqueólogo, colocado constantemente em vários cenários vivenciais, durante o tempo em que dura a escrita, a obra, a tese. Como diria I. Hodder (1987b: 24) devemos admitir que os dados tanto podem ser objectivos como subjectivos e que só existem quando lhes conferimos um significado.

O conceito de **povoado** é usado por nós não como significante de lugar exclusivamente habitacional e onde decorreriam funções essencialmente domésticas, mas como local cumulativo de várias funções em simultâneo (habitacionais, rituais ou de encontro periódico com objectivos de troca de pessoas e bens).

O **espaço** é encarado como uma construção das relações sociais que, por serem dinâmicas, também implicam um conceito de espaço dinâmico (MASSEY 1994: 2). Partimos do princípio que a separação entre **espaço** e **lugar** parece ser o resultado de um raciocínio da modernidade, pelo que subscrevemos A. Giddens (1996: 13) quando defende que "*Nas sociedades pré-modernas, o espaço e o lugar coincidem largamente dado que as dimensões espaciais da vida social eram, para a maior parte da população, e em muitos aspectos, dominadas pela "presença" - por actividades localizadas*".

Aceitámos como princípio que as populações rurais pouco se movimentam no território, embora a mobilidade existente possa ser diversificada espacialmente. Tomando como ponto de partida a aldeia de Santa Eulália, no vale do Ave, F. Silvano (1997: 124-125) demonstrou que os indivíduos orientam e diversificam a sua mobilidade por razões ligadas à agricultura, ao comércio de gado e aos rituais. O seu estudo demonstra igualmente que as comunidades interagem a nível económico, social e simbólico com

outras comunidades vizinhas, "num raio de acção" de 2 horas pedestres (*Id. ibidem*: 125).

Entendemos **identidade cultural** não como um fenómeno estático ou uma forma passiva de adaptação à natureza, mas como o resultado de negociações permanentes entre os actores de uma comunidade, entre eles e os outros e entre eles e o meio. Como defende B. S. Santos (1994: 119) "*Identities são, pois, identificações em curso*". A Cultura pode, então, ser encarada como "*...meio de estruturar a interacção dos parceiros no todo social*" (ALARCÃO 1997: 16) através da produção e reprodução de determinadas regras e normas, ou seja da estrutura, que estipula interesses colectivos, de forma maioritariamente consciente (GIDDENS 1990)<sup>66</sup>. Para este autor as normas condicionam a acção muito embora não sejam absolutamente constrangedoras, pelo que estrutura e acção se concebem numa relação dialéctica ou de dualidade e não podem separar-se (RITZER 1996: 224, 529). Nesta linha de pensamento P. Bourdieu (1989) defende que cultura é produto e condição das relações sociais, cujas estratégias de reprodução são educacionais, de sucessão, matrimoniais, económicas, entre outras. Aceitamos pois que "*...la comunidad de territorio, los esquemas de percepción, las interacciones y vivencias no sólo van modelando las conductas de los vecinos de determinada colectividad, sino que incluso (re)crian entre ellos un determinado grado de identidad geosocial y cultural*" (SILVA 1994: 23).

Quanto à **ideologia** ou às formas **simbólicas** partilhamos a opinião de P. Bourdieu (1989: 10), quando as encara como instrumentos de dominação ou de integração social, no sentido em que os símbolos "consensuais" reproduzem a ordem social. São estruturas (instrumentos de conhecimento e de comunicação que são criadas, simultaneamente, na acção do dia a dia dos indivíduos e socialmente determinadas) da qual resultam manifestações essencialmente mundanas e geradas por "habitus". Entende-se "habitus" como um conjunto de disposições e de experiências passadas que incorporam a estrutura e a situação social dos intervenientes e que são assimiladas ao longo da vida por parte dos actores sociais, permitindo-lhes agir de forma adequada às

---

<sup>66</sup>-Em J. Alarcão (1997: 17,19).

situações encontradas, através de determinadas práticas, reproduzindo assim as condições sociais. (BOURDIEU 1989).

Se aceitarmos que "*O ambiente de risco das culturas tradicionais era dominado pelos acasos do mundo físico*", associados a factores climáticos, tectónicos, epidemias, ou por razões de "violência humana" ou simbólica (GIDDENS 1996: 70-74), percebemos que se construam mecanismos de confiança e de estabilidade social. É assim que a memória comunal assume um papel fundamental que se efectua através de "cerimónias comemorativas", de "práticas corporais", de "histórias narrativas" ou de rituais, que por serem repetitivos traduzem uma continuidade com o passado e servem para transmitir valores partilhados no seio de um grupo, reduzindo o risco de disfunções internas (CONNERTON 1993: 48, 58-59). A. Giddens (1996: 26) defende o mesmo quando considera que "*Nas culturas tradicionais o passado é respeitado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações (...) É um meio de lidar com o tempo e o espaço que insere cada actividade ou experiência particulares na continuidade de passado, presente e futuro, sendo estes, por sua vez, estruturados por práticas sociais recorrentes*". Mas a tradição não deve ser encarada como estática, pois em cada nova geração que a assume ela é "reinventada". Esta não se pode dissociar de "*...um contexto em que existem poucas referências temporais e espaciais separadas, em termos das quais a mudança possa ter qualquer forma significativa*" (Id. *ibidem*: 26). Entramos assim no conceito de **tempo**, em que aceitamos a premissa de que "*...nas escalas de tempo, ao lado do "passado" é atribuído muito mais peso que ao do "futuro"*" (Id. *ibidem*: 26). A noção de tempo separada do espaço, como entidade vazia, onde foi possível ordenar etapas que progridem de forma dinâmica e que tendem para o futuro, visto como progresso, é apenas mais uma das aquisições da modernidade a rejeitar epistemologicamente, atendendo a que há diferentes temporalidades para explicar os fenómenos. No paradigma da modernidade o conceito de tempo está pois intimamente relacionado com **mudança**, na medida em que é capaz de a tornar mensurável. Nesta lógica a mudança, vista como eterna, tende para a sociedade ideal ou para o progresso, posição que I. Wallerstein (1995: 3, 6-8) refuta na tentativa de encontrar uma lógica



distinta daquela que se baseia "na crença do progresso". Para este autor, por exemplo, a modernidade constitui uma regressão ou "colapso moral do Ocidente" (*Id. ibidem*: 16, 22) e deu-se por motivos que se prendem com uma conjugação de factores inesperados, imprevisíveis e acidentais (*Id. ibidem*: 15 esegs.), o que em última análise se relaciona com a teoria do acaso.

M. Martins (1994), chama a atenção para o facto de os conceitos de continuidade e mudança, serem construídos no âmbito do evolucionismo e, portanto, subjectivos, e servirem de base para a "domesticação do tempo". Segundo esta autora, apesar do processo histórico resistir a subdivisões culturais, os conceitos de continuidade e mudança tornam-se necessários para ultrapassar a etapa narrativa da disciplina arqueológica. Segundo C. Tilley (1990:24-25) em M. Martins (1994) qualquer formação social passa por momentos de mudança ou estabilidade, pelo que esta autora considera útil a manipulação destes conceitos nas análises de âmbito cultural, desde que se definam os critérios ou variáveis que se consideram fundamentais na leitura do registo arqueológico.

Para muitos investigadores das Ciências Sociais, na qual incluímos os partidários dos modelos processual, marxista e contextual, mudança é vista como o resultado de um processo endógeno (disfunções, contradições e tradições culturais, respectivamente). Para os histórico-culturalistas "um sistema fechado" ao longo de um certo tempo atingirá um estado de equilíbrio, pelo que a mudança só se verificará por factores exógenos. Segundo R. Boudon (1990: 225) o debate entre estas duas posições não é mais do que o resultado de uma crença ontológica, pelo que não parece pertinente optar por uma ou outra posição. Para este autor (*Id. ibidem*: 272-273) estes processos podem ser simultaneamente endógenos-exógenos, pois em determinada fase de desenvolvimento uma mudança exógena pode provocar reacções em cadeia de foro interno, pelo que rejeita qualquer teoria geral de mudança social (*Id. ibidem*: 277-278), atendendo a que "*...é sempre possível encontrar na realidade exemplos inesgotáveis de processos capazes de satisfazer toda e qualquer teoria da mudança social*". Também a noção de causa de mudança social, é ambígua, atendendo à possibilidade desta ser circular e poder

ser o resultado de um "...encadeamento de acções e reacções ou retroacções, mais do que por causa ou um conjunto de causas" (Id. ibidem: 35).

Parece-nos importante reafirmar a ideia de que a distinção entre instituições políticas, económicas, sociais e culturais é difícil de estabelecer na medida em que todas elas actuam em interacção (SANTOS 1994:97; WALLERSTEIN 1995: 11).

Sejam quais forem os critérios a adoptar partilhamos aqui a posição crítica de M. Martins (1994) ao assumir "...que a racionalização dos processos de continuidade e mudança está sempre limitada pelo carácter relativo e truncado dos dados arqueológicos e pela valorização subjectiva dos fenómenos que pretendemos analisar num determinado momento", assim como a premissa de que "Quando um sistema histórico se encontra na sua fase de génese ou de extinção (sendo que a extinção é sempre a génese de um ou de vários outros sistemas), podemos designá-la por mudança social sempre que a categoria do sistema histórico antes existente seja substituída por uma categoria de sistema histórico diferente " (WALLERSTEIN 1995: 21).

Simultaneamente com as alterações do registo arqueológico passíveis de serem interpretados como mudança cultural, denota-se um processo de longa duração associado aos meios de subsistência, às técnicas agrícolas, a um determinado tipo de estruturas nos povoados e, provavelmente, a estruturas ideológicas e rituais. Trabalhando a ideia de diferentes temporalidades para a Proto-História e relacionando-as com a paisagem agrária e o "tecido social" actual do Noroeste M. Martins (1994) defende ainda com grande oportunidade que "A operacionalidade do conceito de mudança parece assim decorrer, precisamente, da nossa incapacidade de lidar com a espessura do tempo e com os seus múltiplos significados. De facto, por detrás de quaisquer mudanças, perceptíveis no registo arqueológico, existem sempre continuidades, que se tecem, elas também de contínuas mudanças".

## 5. DIFICULDADES

Uma postura crítica em relação às dificuldades sentidas no âmbito deste trabalho permitiu-nos tomar consciência de que a aprendizagem sobre a teoria do conhecimento é fundamental para um investigador. Tendo saído de uma licenciatura onde não existiam disciplinas de âmbito teórico, optámos por uma aprendizagem autodidacta, que certamente peca por defeito. Assim avolumaram-se as dúvidas. Teremos optado pela melhor aproximação teórica face aos objectivos propostos ou vice-versa? O nosso espírito crítico terá sido sempre pertinentemente aplicado? A forma como nos exprimimos ou organizámos o trabalho terá sido a mais adequada aos nossos propósitos e ao fim a que se destina? A acrescentar ao que foi referido, anuímos as dúvidas sentidas no momento em que decidimos não adoptar de forma dogmática e exclusiva nenhuma postura, quanto a nós inibidora do pensamento crítico, preferindo antes a complementaridade, que a partilha de algumas autoriza, e a necessidade de estarmos atentos ao papel do empirismo na formulação do conhecimento. A este propósito citamos C. Tilley (1990:VII) quando afirma "... *there is little reason to consider such an approach to be an automatic or particularly useful strategy to be followed* " ou P. Feyerabend (1989:107) quando defende que "*Psicológicamente hablando, el dogmatismo surge, entre otras cosas, por la incapacidad para imaginar alternativas al punto de vista en que uno cree*", ou ainda quando se diz que "*nenhuma estratégia de investigação possui o monopólio exclusivo da verdade*"<sup>67</sup>.

Queremos ainda salientar outra categoria de dificuldades; as que se relacionam com o trabalho de campo e de laboratório, sempre morosos e com custos significativos, que associados à sistemática falta de apoios financeiros e logísticos, conduziram a condições de trabalho que exigiram grande esforço e sacrifício.

---

<sup>67</sup>- Segundo Harris, citado em Martínez Muníz (1989: 51).

Há também a registar as dificuldade de entendimento com as entidades "promotoras de cultura" nos diferentes concelhos onde trabalhamos, pouco preparadas ou sensibilizadas para a defesa do património arqueológico, não raras vezes entendido como estorvo ao desenvolvimento <sup>68</sup>.

Registamos, também, a dificuldade e morosidade de que se revestiu o tratamento dos dados, principalmente os paleocarpológicos e os cerâmicos, estes últimos na ordem dos 50. 000 fragmentos cerâmicos.

Finalizamos defendendo que talvez a maior dificuldade ainda seja a de "mensurarmos" a nossa capacidade de iniciativa, de paciência, de dedicação, de humildade e auto-crítica, de planeamento e organização, de observação e decisão e de persistência face a um impasse ou insucesso.

---

<sup>68</sup>- Excepção feita à Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso.

## **CAPÍTULO III**

### **A PAISAGEM E O HOMEM: O QUADRO ACTUAL**

## 1. INTRODUÇÃO

Na arqueologia existem duas posições bem marcadas sobre a concepção do espaço e do homem.

A mais tradicional, proposta pela Nova Arqueologia americana dos anos 60, acusa um determinismo ecológico acentuado ao procurar no meio, as explicações para os diferentes modos de adaptação e o grau de complexidade económica e social a que chegam as comunidades.

Em posição antagónica encontramos a Arqueologia Contextual que encara o espaço como o reflexo da vida cultural, pondo a tónica no homem que o vivencia. "*El espacio natural no es sólo el terreno sobre el que los hombres realizan las actividades destinadas a su supervivencia; sino que, además, y es posible que sobre todo, es el territorio sobre el que los hombres plasman y realizan una compleja vida cultural, que no está omnipresentemente dominada por lo económico*" (CRIADO BOADO *et alii* 1986: 16).

Recusando categoricamente a primeira posição, encontramos na segunda, algumas perspectivas bastante interessantes e que usámos no âmbito deste trabalho, sem, no entanto, deixarmos de recorrer a alguns aspectos que, não a contradizendo, parecem completá-la. É assim, que concordamos com a opinião de J. Hunn (1994: 7), quando afirma que as acções humanas no espaço "*...may be expressions of ideas and attitudes, social and economic desire, which are not directly recoverable*". O espaço, encarado como o efeito da sociedade que o produz e vice-versa, implica a presença de elementos preexistentes de ordem física (geológicos, topográficos, pedológicos, hidrológicos, vegetais, faunísticos e climáticos) e de ordem socio-cultural (sistemas de povoamento, organização social, económica, divisão da propriedade, tecnologia), aspectos que podem, eventualmente, sobreviver, por terem sido preservados ou readaptados (*Id. ibidem*: 3-4, 7). Assim, as características da paisagem estão relacionadas com as

condições específicas do meio natural e com os processos de intervenção do homem no espaço ao longo dos tempos. Esta postura, mais conciliadora, tem vindo, também, a ser defendida no discurso sociológico e antropológico, como podemos observar pelo texto de J. Sobral (1997: 238), numa linha de pensamento muito próxima da de A. Giddens (1984). "*Espaço e tempo são elementos constitutivos da acção social. Qualquer tipo de relacionamento tem um carácter espaço-temporal. Um lugar não é apenas um meio, um suporte da vida humana, uma entidade separada do que existe nela. O espaço, não sendo um determinante absoluto, coloca, pelas suas características físicas ou naturais, constrangimentos, ao mesmo tempo que oferece determinadas possibilidades à actividade humana*"

Quanto ao espaço rural do Noroeste Peninsular, estamos de acordo com a concepção de que ele é um meio criado artificialmente e resultante de um processo histórico que, por efeito cumulativo, o configurou como o conhecemos, pelo menos até aos meados deste século (CRIADO BOADO *et alii* 1991: 248 - 249) e onde subjazem influências muito antigas. Também M. Martins (1994; 1995, 1996: 130) defende que é ao longo do I milénio a. C. que se vão criando as condições responsáveis pela modelação da paisagem agrária do Minho, embora "*retocadas pelas comunidades posteriores*". Nesta perspectiva, as diferentes modalidades de ocupação do Entre-Douro-e-Minho actual remontam a épocas distintas, cujos traços, reinterpretados por novas noções ideológicas, tradições históricas e tecnologias criaram um mosaico diversificado e complexo de paisagens, mas onde nos parece possível encontrar, ainda, alguns pontos de ligação com a Proto-História. Assim, numa perspectiva da Arqueologia da Paisagem próxima de F. Criado Boado e da sua equipa (CRIADO BOADO 1988; 1993; CRIADO BOADO *et alii* 1991) procurar-se-á apresentar um quadro da paisagem actual do Entre-Douro-e-Minho, em sentido lato (quadro físico<sup>69</sup>, do povoamento e da exploração agropastoril). Este conjunto de dados tornou-se, assim, uma base de trabalho a partir da qual foi possível, embora numa perspectiva crítica, obter eventuais analogias entre o passado

---

<sup>69</sup>-Apesar de toda a problemática em torno da distinção entre os conceitos de natureza e homem, a opção de individualizar estes dois *itens* foi tomada por facilitar a redacção do capítulo.

e o presente e procurar pontos de ligação entre a paisagem actual e a dos inícios do I milénio AC, num diálogo cada vez mais importante entre a Arqueologia, a História e a Botânica.

Não pretendemos com isto defender um discurso de continuidade simplista entre a Pré-História recente/inícios da Proto-História e o mundo rural tradicional do Minho, mas apenas verificar algumas linhas de força modeladoras da paisagem. Como advertem F. Criado Boado *et alii* (1991: 251), as continuidades encontradas podem inscrever-se em "*...situaciones históricas dotadas de racionalidades distintas, pero cuja sucesión e interrelación conduce, paulatinamente y de um modo inintencionado, a la actuación tradicional*"

## 2. O QUADRO FÍSICO

Desenvolveremos neste ponto os aspectos de ordem natural (geomorfologia, substracto geológico, recursos minerais, solos, clima, recursos hidrológicos, cobertura vegetal, fauna) e efectuaremos uma breve síntese sobre as características essenciais do espaço rural tradicional do curso inferior e médio da bacia do Cávado, integrando-a, sempre que possível, na província do Entre-Douro-e-Minho.

### 2.1. O Vale do Cávado no contexto do Entre-Douro-e-Minho

O vale do Cávado localiza-se no Noroeste de Portugal, na região geográfica<sup>70</sup> do Norte Atlântico (RIBEIRO 1987: 144; 1991c: 1243), na província do Entre-Douro-e-Minho. A sub-região em estudo insere-se no Maciço Hespérico, onde os relevos principais, em granitos hercínicos, de duas micas e de formação recente, se distribuem em anfiteatro do litoral para o interior, cujas cotas mais altas se encontram nos cumes das serras que da Peneda à Cabreira, se orientam de nor-noroeste a su-sueste (DAVEAU

---

<sup>70</sup>-Entendemos região geográfica como uma área com "*...identidade de aspectos comuns (...). Não apenas as condições gerais de clima e posição, mas ainda as particularidades da natureza e do relevo do solo, o manto vegetal e as marcas da presença humana...*" (RIBEIRO 1987: 140).



1987: 217), intervaladas por vales fluviais que constituíam verdadeiros corredores de penetração, permitindo assim a ligação ao "hinterland" e a vias terrestres (vales e depressões), na periferia das serras.

Na esteira de O. Ribeiro (1987: 140; 1991c: 1241), entendemos que as bacias fluviais apresentam, frequentemente, características ambientais idênticas em ambas as margens, constituindo os rios vias de aproximação. Como tal pareceu-nos pertinente o estudo do curso médio e inferior do Cávado, como uma sub-unidade geográfica. Mas por considerarmos, também, que as montanhas "*...formam em si mesmo um todo, ainda quando assaltem os seus flancos influências vindas de lados opostos*" (RIBEIRO 1987: 141), estendemos um pouco mais os limites da área de investigação, para Norte e sul.

Com uma forma aproximadamente rectangular, a área estudada é limitada a oeste pelo oceano Atlântico, numa faixa litoral que se estende desde a foz do rio Neiva e o limite do concelho de Esposende; a Norte, faz fronteira com o rio Neiva; a este, com os contrafortes de altitude média das serras Amarela, Gerês e Cabreira, onde os vales do Homem e Cávado se encaixam e a sul, com a linha de cumeada das serras da Cabreira e a bacia do alto Este.

Este trabalho compreendendo assim, a totalidade dos concelhos de Esposende, Amares e Vila Verde e parte dos de Barcelos, Braga, Póvoa de Lanhoso e Terras do Bouro, localizados no Baixo-Minho, distrito de Braga (Est. I e II).

## 2. 2. Geomorfologia

A região é essencialmente montanhosa com cadeias que seguem normalmente o sentido nordeste/sudoeste. Essas cadeias são geralmente esporões, contrafortes das grandes serras minhotas, Amarela e Gerês, separando o Homem do Cávado e do Carvalho (contraforte da Cabreira), a sul do Cávado e onde nasce o rio Este. Estes relevos, profundamente alterados, dão origem a uma paisagem ondulada, caracterizada, de onde em onde, por afloramentos que ocorrem à superfície, denominados castelos de rocha (RIBEIRO *et alii* 1994: 479). A montante da região, sobretudo nos concelhos de

Amares, Póvoa de Lanhoso, Terras do Bouro e Vila Verde, os relevos atingem, frequentemente, cotas entre os 500 e os 600m, por vezes ultrapassando-as<sup>71</sup>. Nos concelhos de Barcelos e Braga, as cotas mais altas situam-se entre o 400 e os 500m.

Atendendo às características do relevo e da tectónica do Noroeste, no qual se inclui a bacia do Cávado e que condicionaram o eixo dos principais rios, genericamente de este para oeste, as ligações entre Norte e sul poderiam fazer-se mais facilmente pela orla litoral. Segundo H. Lautensach (1987a: 12) "*...no passado como no presente, o Norte e o Sul de Portugal estão ligados pela abertura que se encontra entre o Oceano e o rebordo ocidental rectilíneo da Serra da Lousã*". Ao tomarmos consciência de que a região setentrional do país, bem como a Galiza se caracterizam por altitudes médias mais elevadas do que a região meridional de Portugal ou da Estremadura espanhola (LAUTENSACH 1987a: 11) não custa crer que os contactos externos com a sub-região do Cávado se tivessem processado, essencialmente, por via marítima ou pela faixa costeira.

A plataforma litoral, ampla a sul do Cávado, vai diminuindo gradualmente para norte, até à foz do Neiva, onde não excede os 3Km em linha recta. Nesta zona pode delimitar-se a este, pela potente escarpa de falha ou arriba fóssil<sup>72</sup> que se orienta de norte a sul, entre os dois rios (Est. III).

Se parece consensual que a geomorfologia dos principais relevos da bacia do Cávado permaneceu relativamente estável durante o Holocénico, nomeadamente entre o (III e o I milénio AC), o mesmo não pode afirmar-se em relação ao litoral e ao curso dos grandes rios.

A. Dias (1985, 1987)<sup>73</sup>, em relação ao Noroeste, defende que a cota zero (do nível do mar) só se terá verificado entre 5 000 e 3 000BP, o que parece concordar com os dados obtidos por J. Meireles (1992: 156, 200), autor que considera que a tendência rectilínea da costa actual seria consequência de dinâmicas morfológicas recentes, pelo

---

<sup>71</sup>-No interflúvio entre o Neiva e o Homem aparecem alguns motas que sobem aos 700m de altitude, o mesmo ocorrendo na margem este do Cávado.

<sup>72</sup>- Sobre esta problemática consultar J. Meireles (1992: 9).

<sup>73</sup>-Citado em J. Meireles (1992: 182).

que, durante o Quaternário, esta seria mais recortada e com "pequenos golfos". Também H. Granja (1993: 44), a partir de estudos geomorfológicos, sedimentológicos, vibrossondagens e acesso a datas de radiocarbono, sugere que o litoral seria composto por um sistema lagunar que teria "*...permanecido durante centenas de anos incluindo o tempo de ocupação romana, de acordo com os dados das datações*" e originado "*...unidades litostratigráficas com "tijuca" (depósitos constituídos por areias limosas, algumas com moluscos de água salobra, com diatomitos incluindo diatomáceas de água doce associadas a espécies de águas salobras, com turfas)...*". Resquícios desse ambiente seria a Lagoa da Apúlia, em Esposende (*Id. ibidem*). Em favor da permanência do sistema lagunar até épocas recentes registamos que Fão, no séc. XVI, era ainda considerado um bom porto de mar (MACHADO 1951: 45). O topónimo Barqueiros, a 2Km a sul do Cávado e a 4,5Km para oeste do litoral, pode indicar uma antiga zona de navegação nestas paragens. Uma extensa lista de topónimos recolhidos por C. A. B. Almeida (1996: 310), nas freguesias mais litorais do concelho de Esposende, como Areia, Areeiro, Lagoa, Lagoínhas, Lamas, Lameiro, Lamoso, Pântano, Pantanal e Seixosa, acusam igualmente um meio lagunar<sup>74</sup>. Também a jazida pré-histórica mais antiga - um monumento megalítico, na freguesia de Cristelo, só se regista, a sul do Cávado, a 6Km do litoral.

### 2.3. Substrato geológico

O substrato geológico desta região é diversificado. Numa grande extensão, sobretudo a montante das freguesias do concelho de Esposende, Gemezes, Palmeira de Faro (a norte do Cávado) e Rio Tinto (a sul), predominam as formações eruptivas, representadas pelos granitos monzoníticos, predominantemente biotíticos, porfiróides ou não, de idade hercínica, onde afloram rochas filonianas, como o quartzo, os doleríticos e

---

<sup>74</sup>-O trabalho de J. Mereiles (1992: 65-86, 200) sobre as formações marinhas quaternárias do litoral minhoto, demonstrou a existência de praias recentes e de formações dunares dos séculos XVI-XIX, assim como a presença de terraços marinhos holocénicos, nas freguesias de Gemezes e Gandra, a norte do Cávado e nas de Fonte Boa e Barqueiros, a este deste rio.

outros, sobretudo na zona mais oriental. Desde o sul da cidade de Barcelos até às freguesias de Carvalhas e Gois, as rochas eruptivas fazem-se representar por granitos alcalinos, no interior dos quais irrompem pequenas formações silúricas metamorfizadas.

Este vasto território é atravessado por várias faixas de rochas de formação silúrica, principalmente recorrentes a oeste de uma grande falha provável, que percorre os concelhos de Vila Verde, Amares e Braga, no sentido noroeste/sudoeste. O primeiro aglomerado importante destas rochas localiza-se no concelho de Braga, a sul do Cávado, entre as freguesias de Adaúfe, a norte e as de Arcos e Nogueira, a sul, com uma orientação, essencialmente norte/sul. Mas as primeiras grandes faixas de séries metamórficas do Silúrico, compostas por corneanas (pelíticas e quartzofeldspáticas) e xistos luzentes, mais antigos do que as rochas eruptivas, destacam-se, na divisória dos concelhos de Vila Verde/Barcelos e Braga/Barcelos (mais a este) e no concelho de Barcelos (mais a ocidente), atravessando a região no sentido nor-noroeste/su-sueste e passando o Cávado em vários locais. Estas duas manchas, que desde o rio Neiva atravessam o Cávado para sul, contêm intrusões de filões quartzosos, graníticos, aplíticos e aplito-pegmatíticos e uma grande concentração de jazidas de estanho.

Mais a ocidente do concelho de Barcelos emergem novamente formações silúricas metamorfizadas (corneanas e xistos andaluzíticos granatíferos), bem como filões graníticos, aplíticos e aplito-pegmatíticos, numa mancha que atravessa este concelho no sentido noroeste/Sudeste, desde as freguesias de Tregosa, a norte do Cávado e as de Rio Covo e Remelhe, a sul.

Novamente do Silúrico ocorrem corneanas e xistos andaluzíticos, metamorfizados, numa faixa que, de noroeste para Sudeste, percorre o concelho de Esposende desde o sul da freguesia de Palmeira de Faro, atravessa o Cávado e continua até à freguesia de Macieira de Rates (Barcelos). É frequente que estas formações se encontrem cobertas por depósitos Plio-Plistocénicos. Intrusiva no granito monzonítico, a sul do Neiva e entre as freguesias de S. Paio de Antas e de Vila Chã (Esposende), há uma faixa Ante-Ordovícica (xistos, grauvaques e conglomerados metamorfizados).

Na plataforma litoral, entre a foz do Cávado e do Neiva, a costa é baixa, estreita, essencialmente arenosa, de formação Moderna, mas onde existem areias, dunas e depósitos de antigas praias Plio-pleistocénicas. Entre estas formações ocorrem essencialmente nas margens do Cávado, perto da foz, rochas do Silúrico (xistos e grauvaques) da faixa referida no parágrafo anterior. Mais a norte, ocorrem alguns aglomerados do Ordovícico (xistos argilosos com fósseis e quartzíticos com cruziana e scolithus), estes últimos a norte da Gandra, numa estreita faixa noroeste/Sudeste, até à freguesia do Mar, acompanhando o litoral.

A plataforma litoral a sul do Cávado, caracteriza-se, na zona da Apúlia, Fonte Boa e Barqueiros por inúmeros depósitos de praias e terraços fluviais, onde emergem de onde em onde colinas do Ordovícico (xistos argilosos, grauvaques e quartzitos), que vão até ao litoral, prolongando-se pelo mar nas ilhotas conhecidas por Cavalos de Fão, a oeste de Ofir (MEIRELES 1992: 9), pelos escolhos da Pena, a noroeste da Apúlia e os de Calvo, a oeste da mesma freguesia. A sudeste da Apúlia há rochas do Eo-Devónico, (grés micáceos, por vezes quartzíticos).

Nas zonas ribeirinhas encontram-se alguns terraços Plio-Pleistocénicos e aluviões recentes. Os terraços são mais notórios na bacia do Cávado não parecendo ultrapassar a cota dos 80-90m. Encontram-se sobretudo a jusante das vilas de Amares e de Vila Verde, embora de forma descontínua. No concelho de Amares ocorrem essencialmente nas freguesias de Barreiros e do Lago; no de Vila Verde, existem aluviões modernos e terraços pleistocénicos, nas freguesias de Oleiros, Prado e Soutelo e no concelho de Braga, em Adaúfe, S. Pedro de Merelim e Padim da Graça. No rio Neiva, os aluviões, escassos, ocorrem na freguesia de Goães (Vila Verde) e nas margens do rio Homem, nas freguesias de Lanhas e Sabariz. Também as margens do rio Este são compostas por aluviões modernos, pelo menos até à zona sul do concelho de Barcelos (Est. IV).

## 2.4. Recursos minerais

A bacia do Cávado, pertence à província metalogénica ante-hercínica ou hercínica do Maciço Hespérico, rica em minérios de estanho, ferro, ouro e volfrâmio<sup>75</sup>. Os recursos minerais não metálicos pautam-se pelas águas minerais, argilas e sal.

É nas faixas silúricas com rochas metamorfozadas que se encontram a maioria das jazidas mineiras, principalmente de estanho e volfrâmio. A maior concentração localiza-se numa faixa orientada, sensivelmente de norte para sul, entre Ponte de Lima e Braga, passando por Vila Verde. Ficam nesta faixa os filões pegmatíticos, frequentemente com estanho das minas das freguesias de Atiães; Cabanelas (Tomada de Salgueiro); Freiriz; Oleiros (Abelheira/Avilheiras); Parada de Gatim (Bogalheiros); Portela das Cabras, todas em (Vila Verde)<sup>76</sup>. O prolongamento para sul destes filões de estanho documenta-se, na margem esquerda do Cávado, nos limites das freguesias de Cabreiros (Braga) e Pousa (Barcelos).

Esta associação de estanho/volfrâmio repete-se mais para oeste, nos concelhos de Barcelos e de Esposende. Em Barcelos, conhecemos minas de volfrâmio em Courel e de estanho em Milhazes. Nos limites deste concelho com o de Famalicão, nas freguesias de Gondifelos, Fiães, Outiz e Vilarinho das Cambas, ocorrem, igualmente, várias minas de estanho e volfrâmio. Em Esposende domina o volfrâmio, nas minas da Fontinha, na freguesia da Gandra e nas do Monte Faro e de S. Baia, ambas na freguesia de Palmeira de Faro. Em Barcelos este surge nas jazidas de Vila Frescainha, de Carqueijoso, freguesia de Oliveira e em Braga, na de Semelhe.

A tradição oral refere minas de ouro exploradas pelos romanos, no lugar de Criaz, freguesia da Apúlia, concelho de Esposende (MACHADO 1951: 33-34). As investigações geológicas identificaram indícios de explorações antigas de ouro nos filões

---

<sup>75</sup>-A riqueza do Noroeste peninsular em ouro, prata e outros metais é já referida por vários autores clássicos, entre os quais Estrabão (CARDOSO 1994: 68), Mela e Plínio (CARDOSO 1959: 1 e nota 1). Cabe ainda destacar que, em meados do séc. XIX, ocorriam partículas de ouro nas margens do rio Douro e do Sousa, seu afluente (SOEIRO 1984: 109).

<sup>76</sup>-C. Teixeira *et alii* (1973 : 49) citado em M. Martins (1990: 53).

quartzosos auro-antimoníferos da Lagoa Negra, concelho de Esposende (TEIXEIRA *et alii* 1965: 43-44). Na freguesia da Portela das Cabras (Vila Verde) houve minas de ouro e prata, denominadas hoje por "Cova da Moura". Prospecções superficiais efectuadas nesta área não indicaram vestígios de ocupação antiga.

No concelho de Barcelos ocorreram minas de ferro em Vilar, freguesia de Paradela mas foi nos limites dos concelhos de Esposende e da Póvoa de Varzim que existiram filões ferruginosos em maior número, como o de Rates, cuja constituição predominante era a limonite (THADEU 1965: 19)<sup>77</sup>.

Na margem direita do rio Cávado, nas freguesias de Barreiro (Amares), Prado e Cabanelas, (Vila Verde) há abundantes jazidas de argila, numa faixa que se prolonga pelas freguesias de Fornelos, Manhente, Tamel, até Vila Frescainha (Barcelos). Na margem esquerda o barro ocorre em Padim da Graça (Braga), Areias de Vilar e Milhazes (Barcelos). No conselho de Esposende é frequente em várias freguesias da margem direita e esquerda do Cávado (Est. IV).

A exploração de sal é hoje inexistente, mas documenta-se no litoral minhoto desde a Pré-História<sup>78</sup> e no concelho de Esposende, desde a Proto-História, passando pela época Medieval até ao séc. XVI. No primeiro caso registamos os achados de plaquetas de xisto reaproveitadas em níveis da Idade Ferro do Castro de S. Lourenço, Esposende (B. ALMEIDA 1996). Na Alta Idade Média, entre o séculos X e XIII, fontes escritas e toponímicas documentam salinas em Esposende, nomeadamente na Apúlia e nas Marinhas (F. ALMEIDA 1978: 131-133). No séc. XI, o Livro de Mumadona localiza algumas em Fão (B. ALMEIDA: 1979: 397 e 399). Também o Censo de 1527,

---

<sup>77</sup>-Os filões ferruginosos de Rates foram explorados, pelo menos, desde os séc. XI e XII, segundo documentação encontrada por C. A. F. Almeida (1978: 14).

<sup>78</sup>-Se tivermos em conta o fragmento de plaquete encontrada na jazida de Carreço Praia (Viana do Castelo), estação datada pela termoluminiscência dos finais do III, 1ª metade do II milénio AC (MEIRELES 1992: 153, 419 e segs.) é de colocar a hipótese que a extracção de sal se possa ter iniciado desde muito cedo no litoral minhoto. As próprias referências de Estrabão, ao indicar que os povos do Noroeste utilizavam um sal de cor escura (CARDOSO 1994), poderá ser considerado um dado mais a favor da exploração antiga deste produto na região.

registra, que as populações de Belinho tinham obrigação de pagar sal ao rei (*Id. ibidem*: 401-402; CASTELO-BRANCO 1979: 315).

Achados arqueológicos pontuais têm localizado salinas em Lontreiras, freguesia de S. Bartolomeu do Mar (F. ALMEIDA 1978:132; B. ALMEIDA 1986: 57-58) e em Sublago, freguesia de Belinho (B. ALMEIDA 1986: 57-58), embora a ausência de trabalhos sistemáticos impeçam a sua inserção cronológica e cultural.

Sabendo-se que a extracção de sal se faz em locais "de águas tranquilas e alagadiços" (RIBEIRO 1987: 127) ou nos sapais, através da grande evaporação que se verifica nos meses de temperatura elevada e secos do Verão (LAUTENSACH 1991: 1123) e atendendo às características apontadas para esta costa durante o Holocénico (MEIRELES 1992; GRANJA 1993), é verosímil pensar que tal extracção se tivesse efectuado desde bastante cedo na plataforma litoral.

## 2.5. Solos

De uma forma geral a região de Entre-Douro-e-Mínho, de substracto litológico granítico, apresenta solos carentes de cal e ácido fosfórico (ROMÃO 1902:23)<sup>79</sup>, pelo que seriam pouco adequados para actividades agrícolas. Constituiriam pois solos de fraca fertilidade e com pH entre 4.0 e 6.5, ou seja, muito ácidos a ácidos (CORREIA 1994: 15). Terá sido a abundância de água da região, o uso que o homem fez dela (canais de irrigação e aproveitamento das inúmeras fontes e minas), a acção efectuada sobre a terra e o conhecimento de técnicas de adubagem que terá permitido a agricultura (F. ALMEIDA 1978: 16).

Os solos montanhosos são essencialmente de tipo "ranker" atlântico, menos espessos, mais leves e menos produtivos que os de vale, mais pesados, espessos e húmidos, de origem aluvionar e, por conseguinte, se bem drenados, mais produtivos. Os solos da sub-região do Cávado integram-se, genericamente, nas várias características apontadas (Est. V).

---

<sup>79</sup>-Citado em C. A. F. Almeida (1978:16).



## 2.6. Clima

O clima é temperado marítimo, húmido a super-húmido nas regiões mais montanhosas, variando consoante a distribuição do relevo (RIBEIRO 1987: 101). O facto deste se distribuir paralelamente ao litoral, em todo o Noroeste, provoca uma verdadeira barreira de condensação, em relação aos ventos predominantes de oeste, oriundos do atlântico, originando nesta região um índice de precipitação elevado (CORREIA 1994: 15). Atendendo ao facto do relevo se distribuir em anfiteatro, do litoral para o interior, a precipitação atinge o seu máximo a cerca de 50 Km da costa, já nas terras altas das serras do Gerês, Amarela e Cabreira. Segundo O. Ribeiro (1987: 101-102), todo o litoral do Noroeste ultrapassa os 1000mm de pluviosidade, mas esta pode ser superiores a 3000mm, a ocidente dos principais relevos montanhosos. Apesar destas características existe uma aridez estival no mês de Julho (MOUNIER 1979)<sup>80</sup> que, por vezes, se mantem por dois meses (CORREIA 1994: 16).

As estações do ano são bem marcadas. Os Verões são quentes e secos e os Invernos temperados e com altos índices de precipitação. A temperatura média diária do ar, entre 1931 e 1961, foi de 12,5 a 15 graus<sup>81</sup>, embora na zona litoral a temperatura tenha menor amplitude do que nas áreas planálticas do interior, o que é comum a todo o Noroeste (CORREIA 1994).

## 2.7. Recursos hidrológicos

A tectónica e o clima húmido e muito húmido desta sub-região provoca uma rede fluvial compartimentada e densa onde se destacam os rios Cávado, Neiva, Homem e Este, com os seus inúmeros afluentes.

---

<sup>80</sup>-Em A. Correia (1995: 16).

<sup>81</sup>-Segundo o Atlas de Portugal, Ed. Selecções do Reader's Digest, 1988, p. 59.

A bacia hidrográfica do Cávado, com o seu principal afluente, o rio Homem, confluindo no lugar do Vão do Bico, a 5 Km a norte de Braga, ocupa uma área de 1589 Km<sup>2</sup>, exclusivamente, em território nacional. O Cávado nasce na serra do Larouco, concelho de Montalegre a 1527 metros de altitude e corre na direcção nordeste/sudoeste, parecendo aproveitar as falhas de origem tectónica. Tem cerca de 118Km de comprimento mas apenas cerca de 6Km, da foz até Vilar de Frades, são navegáveis por barcos de grande porte (CASTELO-BRANCO 1979: 311), podendo, no entanto, ser navegável por pequenos barcos, até à Afurada, freguesia da Pousa (Barcelos), na confluência com o rio Labriosa e perto de Braga, principalmente no Verão, o que se comprova por documentos do séc. XVIII (CASTELO-BRANCO 1979: 304; LOSA 1983: 101). Também a toponímia ribeirinha (Barca do Lago, Esposende; Carvalha da Barca, Barcelos; Barca de Água e Paradela, Braga; Barco, Vila Verde; Porto, Amares; Pesqueira do Barquinho, Póvoa do Lanhoso) e a memória das populações locais atesta a travessia de barco entre as duas margens em inúmeras paragens desde Esposende até Amares/Póvoa de Lanhoso e, por consequência, a sua intensa navegabilidade também para montante de Braga.

O Cávado, até cerca de 44Km da foz, corre em vale aberto, abaixo dos 50m de altitude; a partir daí, a planície aluvionar vai dando lugar ao planalto, subindo gradualmente até aos 400 metros de altitude, cota que atinge a cerca de 100Km da foz, onde corre já em vale encaixado. No curso superior as cotas ultrapassam frequentemente, os 700m.

No estuário, o rio corre em vale aberto, em ambas as margens. Na margem norte, o vale está limitado pelo planalto de Vila Chã, onde as cota mais elevadas, de sul para norte, se encontram nos montes de Faro, a 183m, de S. Lourenço, a 204m, do Crasto, a 236m e da Cividade ou Subidade de Belinho, a 137m de altitude. A margem sul é constituída por uma vasta planície, onde pontuam pequenos cabeços ou monte-ilhas, encontrando o seu limite nas vertentes do monte da Franqueira, cuja cota mais alta atinge os 296m, já no concelho de Barcelos.

Este rio terá sofrido modificações na orientação do seu curso (TEIXEIRA 1944; TEIXEIRA *et al* 1969) e, em tempos recuados, desaguaria mais a sul, pela zona de Gilmonde e Milhazes (FERREIRA 1983: 325). É alimentado por uma vasta rede de pequenos rios, ribeiras e ribeiros, entre os quais, além do Homem, na margem direita, destacamos a ribeira de Febros e a de Poriço, desaguardo nas freguesias do Prado e Cabanelas (Vila Verde), respectivamente, provocando extensos barreiros e campos de aluvião. Ainda nesta margem registamos as ribeiras das Regadas, das Valinhas, das Pontes e o rio da Vila, que desde a freguesia de S. Romão da Ucha, a oriente, até à de Vila Frescainha, em Barcelos concorrem para a existência de consideráveis manchas de aluviões, nas desembocaduras. Na margem esquerda do Cávado, de este para oeste, as ribeiras de Águas Santas, da Presa, de Panoias e de Selores e os rios Labriosa, Covo e Lima, originam, nas zonas de confluência ou nas cercanias formações de aluvião.

O rio Homem nasce na serra do Gerês, separando-a da serra Amarela. Corre numa linha de fractura no sentido nordeste/sudoeste, em vale encaixado, até ao seu curso inferior. No monte de S. Pedro Fins, remate da serra do Gerês, em Amares (margem esquerda) e no monte de S. Julião, remate da serra Amarela, em Vila Verde (margem direita), espraia-se em amplo vale. Na margem direita deste rio destacamos o ribeiro do Tojal, que correndo no sentido norte/sul, permite um vale aberto considerável entre os montes do Borrelho/S. Miguel e o de S. Julião/Vairão/S. Tomé. Na margem esquerda, a ribeira das Pontezinhas, entre as freguesias de Barreiros e do Lago (Amares), parece ser responsável por vários depósitos modernos e Plio-Plistocénicos.

O Neiva, que nasce nos contrafortes da serra Amarela, é pequeno, de percurso sinuoso, correndo maioritariamente em vale estreito e encaixado. Na margem esquerda, nomeadamente, na zona das freguesias de Forjães e S. Paio de Antas e nas freguesias de Alvarães, Castelo do Neiva, na margem direita (concelho de Viana), encontram-se alguns vales abertos.

De uma forma geral a região é muito rica em recursos aquíferos, quer através da redes fluviais principais, quer da intensa circulação superficial, materializada por regatos, linhas de água e lameiros, o que provoca um escoamento superficial amplo,

principalmente nas manchas de xistos e grauvaques, que são impermeáveis (RIBEIRO *et alii* 1994: 478). A permeabilidade dos solos graníticos até à rocha base, permite também intensa circulação subterrânea, que nas zonas de vertentes ou de vale acaba por originar numerosas nascentes. A pouca durabilidade da estação estival permite a continuidade da maioria dos ribeiros (RIBEIRO *et alii* 1994: 479), o que naturalmente beneficia a prática agrícola (Est. III).

## 2. 8. Cobertura vegetal

A flora do Noroeste integra-se na zona atlântica ou atlântica/mediterrânica (CORREIA 1994: 201), com influências atlânticas maiores no litoral, em contraste com o interior, que constitui já área de fronteira entre a zona atlântica e a mediterrânica (FIGUEIRAL 1993: 210).

Tendo como postulado que a paisagem vegetal de qualquer região é naturalmente representativa de uma interacção entre factores climáticos, topográficos, litológicos, biogeográficos e antrópicos (VALCARCEL DIAZ *et alii* 1993: 70), cremos que a bacia do Cávado, fortemente humanizada desde épocas remotas, apresenta actualmente uma flora profundamente transformada em relação à tradicional, que era composta por florestas climácicas e ribeirinhas, ainda bem representadas nos meados do séc. XIX (RIBEIRO 1987: 103). Em áreas montanhosas ainda podemos encontrar resquícios desse coberto vegetal, representado por árvores de folha perene (aveleiras, castanheiros, carvalhos alvarinhos, choupos, faias, freixos, pereiras selvagens, plátanos, salgueiros, tílias, teixos, ulmeiros, videiros) e as árvores de folha persistente (sobreiro). Mas o que predomina nessas zonas, são as comunidades arbustivas (fetos, giestas, silvas, tojos e urzes), ligadas à exploração pastoril extensiva, o que é ainda hoje bastante comum nos montes mais elevados de Vila Verde, Amares, Póvoa de Lanhoso e Terras do Bouro. Esta degradação da floresta primitiva deverá relacionar-se com queimadas intencionais (para obtenção de terrenos agrícolas e renovação de pastos) ou com a acção de uma pastorícia intensa nos planaltos (CORREIA 1994: 23), assim como a actividades de roça

e corte, frequentes, e mal dimensionados. Na primeira metade deste século eram comuns as queimadas periódicas nos planaltos para permitir uma renovação do pasto, hábito que persistiu até à década de 70, pelo menos na serra Amarela, onde de Janeiro a Março se queimava a vegetação arbustiva para vivificar o mato' (SILVA 1994: 97). Nas áreas montanhosas, como nos contrafortes da serra Amarela, do Gerês e Cabreira, a organização do espaço rural assim como a distribuição das plantas agro-pastoris é distinta da do vale, vivendo as populações "...fechadas nas suas comunidades de terras e gados" (CORREIA 1994: 21). Os campos agrícolas concentrados em redor das aldeias, pautam-se por cereais e legumes, sendo os lameiros aproveitados para a obtenção de feno e de erva para pastagem. Em altitude, são raras as vinhas e os campos de milho grosso, embora possam ocorrer nas montanhas mais baixas da bacia do Cávado, em conjunto com as batatas. Os cereais mais comuns são, no entanto, o centeio, o milho miúdo, alvo ou painço (por vezes usado na dieta alimentar do homem ou dos animais)<sup>82</sup>. Em relação ao milho miúdo este adapta-se a muitos tipos de solos e climas com um rendimento equivalente ao do trigo e do centeio. Tem também a vantagem de ter um ciclo breve, de cerca de dois meses, durante o Verão, requerer poucos cuidados, bem como admitir uma boa rotatividade com o trigo, ou com a cevada, cultivados no Inverno ou na Primavera (VASQUEZ VARELA 1993/1994: 70-71). O centeio é uma cultura de sequeiro, que cresce bem nas zonas altas, frias, em solos pobres e pouco profundos. Pode semear-se em Setembro e Outubro e permanece até Agosto, frequentemente em rotação bienal, quando são usados adubos naturais (GUERREIRO 1981: 106-107, 109, 113, 115). O seu cultivo poderá fazer-se com enxadas ou sacholas (GERALDES 1987: 191). Com este cereal pode fazer-se pão, alimentar o gado enquanto verde e por espigar, obter palha para os animais, cobrir as casas, fazer cama para gado e pessoas e atilho para molhos (GUERREIRO 1981: 109). O milho miúdo, que se dá bem em diferentes tipos de solos, era ainda cultivado em terras secas da Póvoa de Lanhoso, no início do séc. XX e até aos finais da década de 70, no Alto Minho (F. ALMEIDA 1978: 96-97). A cevada suporta bem terras pobres, frias e com elevada precipitação.

---

<sup>82</sup>-Segundo O. Ribeiro (1987: 109) e J. Vázquez Varela (1993/1994: 70).

Nas zonas altas do litoral a agricultura está em vias de extinção, pelo que a oeste de Braga, surge uma reflorestação recente de pinheiros bravos e de eucaliptos, tornando a faixa litoral do Cávado mais arborizada do que o seu curso médio e superior.

Em contraste com a montanha, a plataforma litoral<sup>83</sup>, o fundo dos vales, as depressões ou as vertentes estão profundamente agricultados, normalmente transformadas por socalcos artificiais, através de terraços onde domina a policultura em regime intensivo e onde a rotatividade entre cereais (principalmente o milho, sem exclusão do centeio), legumes e forragens torna possível uma produtividade sem esgotamento dos solos<sup>84</sup>. A vinha, nomeadamente a de enforcado ou em latada, plantada em redor dos campos (RIBEIRO 1955; 1986), e as árvores de fruto, como as laranjeiras e as oliveiras, em zonas mais abrigadas dos vales, constituem outra das características da região.

O milho grosso é o cereal de Primavera e Verão mais importante do Noroeste. Exige terras regadas ou irrigadas através de poças ou regos de água que nascem um pouco por toda a região. Semeia-se em Maio e é segado no mês de Outubro. O feijão, a ervilha e a abóbora (plantas cujas raízes são nitrificantes, permitindo a reconstituição do solo e impedindo a sua erosão) associam-se frequentemente ao milho e são semeadas no mesmo campo e recolhidas um pouco antes deste (RIBEIRO 1987: 116; RIBEIRO 1994: 571). No Inverno a aveia, o centeio e o trigo, quando semeado nas terras baixas, em Novembro ou Dezembro, permite a ceifa em Junho (RIBEIRO 1987: 117; RIBEIRO 1994: 573).

## 2. 9. Fauna

As espécies selvagens são hoje muito escassas e pouco diversificadas na região do Entre-Douro-e-Minho, principalmente na sub-região do Cávado. Referimos a

---

<sup>83</sup>-A conquista das formações arenosas modernas e Plio-pleistocénicas do litoral, ficou a dever-se ao sistema de adubagem natural, que se socorre do uso do sargaço ou moliço, do mexoalho e do caranguejo miúdo (RIBEIRO 1991b: 1129-1130).

<sup>84</sup>-Segundo O. Ribeiro (1967) e M. Martins (1990).

presença de alguns coelhos, javalis, lebres, texugos, lobos, raposas e veados, sem grande expressão na dieta alimentar humana actual. Os três últimos animais são, de facto, muito raros nesta zona e encontram-se apenas nas áreas mais montanhosas. Nos finais do séc. XIX eram ainda muito abundantes as cabras selvagens, os coelhos bravos, os corços bravos, os garranos, os javalis, as lebres, os lobos, as lontras, as raposas e os texugos, (VIEIRA 1880, vol. 1: 403). De qualquer modo o sistema económico da região condiciona também o tipo de fauna, que é agora predominantemente doméstica. Hoje, é no Noroeste do país que se concentra a maioria dos bovinos, atendendo a que as condições ecológicas se mostram mais favoráveis a uma pastorícia extensiva e de poucos gastos<sup>85</sup>, o que não significa a inexistência destes animais em regime intensivo ou em curral, principalmente numa ecologia de vale. Até meados deste século, eram maioritariamente da raça barrosã (RIBEIRO 1987: 109). Seguem-se os ovicaprinos, mais importantes nas zonas montanhosas. As varas de porcos ainda existiam nas matas de carvalhos, no segundo quartel deste século (DESCAMPS 1935: 3), embora a produção de suínos se faça hoje em regime intensivo ou de cativoiro tal como a de galináceos. A criação de cavalos, é ainda frequente em regime de pastoreio livre. O cão é elemento fundamental, quer na vigia das casas e hortas, quer nas práticas pastoris, pois é nele que o pastor se apoia para "voltar o gado" e proteger o rebanho dos lobos.

A vasta rede hidrográfica proporciona uma dieta alimentar bastante variada, sendo conhecida a riqueza do Cávado em bogas, escalos, enguias, lampreias, salmões, sáveis e trutas, pelo menos até aos meados do séc. XIX (NUNES 1994: 15, 16). Todas estas espécies persistem no séc. XX e segundo declarações orais, na primeira metade deste século pescava-se à rede no rio Cávado, nos concelhos de Amares e Póvoa de Lanhoso.

A proximidade do mar permitiu o aumento do consumo de peixe, embora este seja mais comum nas zonas de vale, de mais fácil acesso, situação que tende, contudo, a alterar-se, com a nova rede viária.

---

<sup>85</sup>-Atlas de Portugal, Ed. Selecções do Reader's Digest, 1988, p. 65.

### 3. O POVOAMENTO ACTUAL E FORMAS DE EXPLORAÇÃO AGRO-PASTORIL

Como diz O. Ribeiro (1991c: 1248) "*O Minho clássico é o Minho dos vales, ou Ribeira: intercalando-se por eles, tornam-se as serras mais altas e mais próximas e a paisagem muda por completo. A 600 ou 700m já o milho não é o cereal dominante, mas o centeio e o milho alvo. O pinheiro rareia, substituído por tufos de carvalhos, castanheiros, e pelo vidoeiro branco das montanhas. As marcas da presença humana são mais ténues no solo pobre: à poeira das habitações esparsas, sucedem lugares juntos e depois aldeias compactas, com exclusão completa da casa isolada, característica das terras baixas". Por outro lado, "A economia pastoril extensiva predomina sobre a agricultura. Também a organização do trabalho é diversa..."*

Na sub-região dos cursos inferiores e médios do Cávado ambas as categorias de povoamento e de exploração económica estão presentes, pelo que é possível falar de uma dicotomia entre o povoamento litoral e das terras baixas e o das zonas montanhosas da bacia do Cávado, à semelhança do que acontece mais para o norte do Minho e da Galiza. Esta dicotomia parece ser responsável por diferentes sistemas económicos: o de montanha, preponderantemente pastoril e o de vale, maioritariamente agrícola.

#### 3.1. A montanha

Nas zonas mais altas predomina o povoamento concentrado. Aí não se encontram as quintas e os casais que caracterizam o vale e as encostas, mas sim aldeias, rodeadas por uma cintura de campos, pastagens e zonas estéreis de afloramentos rochosos, onde abunda o gado e ocorrem hábitos comunitários de exploração agro-pecuária (RIBEIRO 1987: 107, 148), aliás também conhecidos nas serras galegas (VALCARCEL DIAZ *et alii* 1993:86-88).

As terras agrícolas, de pequena amplitude, circunscritas em redor da aldeia, aproveitam, frequentemente, depressões provocadas por ribeiras ou bacias de recepção, formando pequenos vales abrigados, passíveis de edafologicamente serem mais rentáveis.



A agricultura de âmbito cerealífero, atendendo à natureza dos solos, faz-se em regime de afolhamento, com largos períodos de pousio, momentos em que os rebanhos poderiam fertilizar as terras.

Nas grandes áreas baldias, nos terrenos incultos ou lameiros com prados naturais, cobertos por uma vegetação de monte baixo é frequente ver as populações e o gado, partilhando o interesse pelo mato. Sendo este usado pelo gado para a sua alimentação e aproveitado pelas comunidades cortando-o para lenha, carna do gado e fertilizante, parece-nos incorrecto denominar estas zonas como "selvagens" ou "não humanizadas", uma vez que sem o acesso a esses recursos as populações serranas teriam dificuldade em sobreviver. Estas populações usufruem ainda dos bosques residuais, onde se processa a colheita de castanhas, que até há poucos anos servia para fazer caldo ou pão (RIBEIRO 1987: 109), produto importante, entre outros, no seu sistema económico.

A totalidade da serra é parte integrante de um sistema de exploração, ou seja, de um modo de ocupação do espaço extensivo, onde a mobilidade do gado é o reflexo do "ritmo climático da montanha" (DESCAMPS 1935: 36). Dentro da economia pastoril cabe sistematizar a mobilidade do gado ou a prática da vezeira onde distinguimos as saídas diárias para os planaltos superiores de montanha; as deslocações sazonais, efectuadas durante o Verão, essencialmente por homens, que se abrigam em cabanas circulares, de granito e tecto em falsa cúpula - "brandas de gado" e a deslocação de toda uma comunidade e gado para aldeias de altitude - "brandas de cultivo" onde a possibilidade de cultivo e sobretudo de recolha de feno para complemento da alimentação do gado bovino permite a toda a comunidade fixar-se aí no Verão (DESCAMPS 1935: 38). Entre finais de Outubro e inícios de Novembro as populações e os gados, com excepção de cavalos e algum gado bovino, que se criam em regime semi-selvagem, descem para as inverneiras. Tal prática constitui um desdobramento do povoamento, que é parte integrante do equilíbrio do sistema económico de algumas comunidades serranas, como na Peneda (MEDEIROS 1984: 5), pois as inverneiras, com raras excepções, têm terrenos pobres, com pouca água, que apenas permitem uma agricultura deficitária, não sendo suficiente para suportar o efectivo humano e animal (*Id.*

*ibidem*: 40). Outras há, afectas a freguesias com um sistema económico de "Ribeira", cuja fruição é menor, ficando as comunidades na branda apenas o período necessário para o cultivo de centeio, batata e corte de feno, pastando o gado, na maior parte do ano, em regime de vezeira, ou nos montes baixos, tapadas ou lameiros de vale.

Brandas em uso existem ainda na serra Amarela, como a de Bilhares, relacionado com o lugar da Ermida (BAPTISTA 1986a) e a documentada por C. Silva (1994: 88), para o Lindoso<sup>86</sup> para onde se deslocam apenas os pastores de bovinos, à vez, prática que este autor considera como uma forma atenuada dos costumes de transumância referidas nas *Memórias Paroquiais* do séc. XVIII. No Gerês a vezeira do gado bovino implica também a estadia de um grupo de pastores na serra, durante o Verão (DESCAMPS 1935: 16). Fenómeno idêntico existiu na serra da Cabreira<sup>87</sup>.

Estas características de povoamento e exploração do mato e bosque são ainda observáveis nos planaltos superiores dos contrafortes da serra Amarela, do Gerês e da Cabreira, que atingem o curso médio do Cávado. A florestação e a menor altitude dos relevos mais ocidentais da bacia do Cávado tornam difícil a conservação deste modo de vida, embora este possa ainda existir em estágio residual. Em relação às práticas pastoris não se conhecem as deslocções sazonais para brandas de gado ou de cultivo<sup>88</sup>, mas são comuns as deslocções pastoris diárias de gado miúdo e de bovinos e o pastoreio livre de bovinos e cavalos, durante uma boa parte do Inverno, atendendo a que a altitude não é muito elevada<sup>89</sup>.

---

<sup>86</sup>-Ainda persiste na memória das populações locais e nos vestígios arqueológicos outras brandas da serra Amarela, sobretudo na zona de Britelo (BAPTISTA 1986a).

<sup>87</sup>-Documentação inédita recolhida pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, no âmbito do projecto de Avaliação do Potencial Arqueológico da Vertente Alta da Serra da Cabreira.

<sup>88</sup>-Embora pareçam ter existido nos limites da área de trabalho, no concelho de Terras do Bouro.

<sup>89</sup>-Observámos estas práticas pastoris no monte do Borrelho, onde falámos com alguns pastores que, no início da Primavera, tentavam recolher o gado bovino e cavalos para verificar a existência de eventuais perdas. Relembramos a presença de uma pastora que diariamente, durante a campanha de escavação da mamoa 10 do Chão da Cheira, nos perguntava se tínhamos avistado uma vaca, desaparecida no planalto durante o Inverno. Práticas semelhantes encontram-se no monte do Barbudo (Vila Verde), no de S. Pedro Fins/Santa Isabel do Monte (Amares e Terras do Bouro) e na serra dos Carvalhos (Braga e Póvoa de Lanhoso).

O pastoreio livre de bovinos, ovicaprinos e gado cavalari (garranos) foi uma prática bastante comum no Noroeste nas zonas serranas. Ainda no princípio do séc. XX o touro comunal "invernava" na serra, no Gerês (DESCAMPS 1935: 16). A decadência destas práticas parece relacionar-se, pelo menos para a serra da Peneda, com a diminuição dos baldios e a sua posterior arborização, pelo que as pequenas fracções de terra passíveis de serem agricultadas entram em concorrência com os pastos para os animais, fenómeno que se torna notório a partir dos anos setenta (MEDEIROS 1984: 13-14, 19, 28). A escassez dos baldios, devida à política de arborização durante o *Estado Novo*, ao diminuir drasticamente em determinadas zonas os rebanhos levou à decadência do sistema agrícola dependente do estrume animal e conduziu à emigração das populações de muitos locais serranos (*Id. ibidem*: 33).

Apesar de toda esta política sobretudo desde os finais dos anos 30, os baldios no Lindoso<sup>90</sup> (Ponte da Barca) eram ainda essenciais no desenvolvimento da economia agro-pastoril (SILVA 1994: 171).

### 3.2. O vale e a plataforma litoral

Nas planícies mais litorais, no fundo dos vales e nas vertentes das montanhas do curso médio e inferior do Cávado o povoamento é intenso e disperso, caracterizando-se por um grande número de aldeias, casais e quintas, associadas ao parcelamento do solo, a uma forte fragmentação da propriedade privada e a uma extensa rede de caminhos de ligação aos campos agrícolas, às áreas de monte, aos pastos de montanha e aos bosques inter-comunitários. O milho, cereal de Primavera e Verão, em conjugação com leguminosas, crucíferas, entre outras, permite que, no Outono e Inverno, as terras sejam semeadas de pasto, que pode ser colhido pelas famílias ou consumido directamente pelo gado: são os lameiros que tornam a "pastagem uma das modalidades da agricultura", ao contrário do pastoreio serrano extensivo (RIBEIRO 1987: 116). No vale o gado

---

<sup>90</sup>-Para estudos efectuados no Lindoso o autor usou o nome fictício de Selima. Agradecemos esta informação a Carlos Silva.

permanece em estábulos ou nos prados (*Id. ibidem*). Os campos de policultivo denominam-se de campo-prado e coexistem com a bouça, local de mato e de vegetação arbórea (*Id. ibidem*: 117).

A "*Cultura extensiva e o pastoreio andam ligados à disciplina da exploração agrupada, pela comunidade aldeã (...). Cultura intensiva, variada e minuciosa, criação de gado sem vida pastoril, ocorrem com a exploração familiar, a população disseminada, onde a falta de vizinhança afrouxou os laços comunitários, a propriedade pequena (...). Se tal estilo de ocupação do solo não é novo no Noroeste, foi a introdução de milho de regadio, com a consecutiva supressão dos pousios, que permitiu generalizá-lo. No Norte, designa-se por casal esse tipo de exploração...*", onde coexistem o campo-prado, a vinha e a bouça e a mulher e o homem partilham quase todas as tarefas agrícolas (RIBEIRO 1987: 119). Segundo este autor, a cultura do milho grosso, a policultura, o regadio e o aumento demográfico foram assim responsáveis pela diminuição dos pousios e dos incultos, por novos arroteamentos e parcelamentos, pela construção de socalcos<sup>91</sup>, pela diminuição do pastoreio e pelo aumento do povoamento disperso e de muros divisórios de propriedade que moldam uma nova paisagem, resultado do que O. Ribeiro (1987: 122) chamou de "revolução do milho".

### 3.3. A organização e divisão do trabalho

O trabalho agrícola, quer em zonas de vale, quer de montanha é executado essencialmente utilizando a força humana devido à escassez de meios mecânicos, só introduzidos muito recentemente.

Em relação ao Minho do vale ou da ribeira, O. Ribeiro (1989: 769) defende que "*...culturas regadas, em rotação sem pousio e combinando vários produtos, exigem uma dispersão de trabalho que se traduz numa intimidade quase constante do camponês com a horta*", levando a que este passe muitas horas no campo. Como exemplo de povoação

---

<sup>91</sup>-A geomorfologia também pode explicar a construção de socalcos, cujo objectivo parece ser o de impedir a erosão dos solos pela intensa precipitação, permitindo assim a sua utilização agrícola.

de vale citamos a freguesia da Correlhã, Ponte de Lima, estudada por A. Geraldês, onde, até aos anos 50, a "...*produtividade agrícola era baixa, as técnicas produtivas (...) dependentes da força física dos trabalhadores e da tracção animal, e a criação de gado, essencialmente ao nível das necessidades*" (GERALDES 1987: 168, 504). Nas zonas serranas A. Geraldês (1979: 62) encontrou a mesma situação em Castro Laboreiro e Soajo, ambas freguesias da serra da Peneda. Aliás esta é ainda a situação de muitas comunidades de montanha do vale do Cávado. No vale os meios mecânicos vão-se introduzindo lentamente.

Segundo F. Brandão (1994: 35) o facto de as mulheres trabalharem na agricultura, na pastorícia e no transporte de bens era corrente no séc. XIX em todo o Noroeste. Até recente data, na aldeia serrana do Lindoso, concelho de Ponte da Barca e em Aguiar, uma outra de vale, Barcelos, os homens coordenavam e executavam actividades agrícolas, mas as mulheres também trabalhavam no campo (SILVA 1994: 94). Igualmente na serra da Peneda o trabalho é feito pelo homem e pela mulher, estando esta presente nas tarefas agro-pastoris mesmo antes dos grandes surtos migratórios deste século (GERALDES 1979: 62). Tal situação parece decorrente das precárias condições de subsistência, que implica que todos os consumidores trabalhem na produção, inclusive as crianças e velhos (*Id. ibidem*: 94). De uma forma geral, em todo o Minho, o pastoreio pode ser efectuado por crianças, homens e mulheres em idade adulta e velhos (*Id. ibidem*: 70).

### 3.4. Técnicas agrícolas

A técnica de roça e queima<sup>92</sup>, corrente no âmbito de uma agricultura de subsistência e ainda comum em determinadas zonas da África, da América do sul e da

---

<sup>92</sup>-Alguns indicadores das colunas polínicas extraídas de povoados, desde o Sub-boreal, permitem já colocar a hipótese da prática de roça e queima como meio de desbravar áreas e torná-las próprias para o cultivo, provavelmente de cereais, no Noroeste Peninsular.

Ásia, está bem documentada desde a Idade Média até aos anos 60 no Noroeste<sup>93</sup> (SOTO *et alii* 1992). Nesta zona o uso deste método permitia a prática agrícola durante 1 a 3 anos, tendo o terreno cultivado que permanecer em pousio cerca de 10 anos para se regenerar (*Id. ibidem*). O sucesso desta técnica parece estar associado às condições de precipitação do Noroeste que permitem um crescimento rápido das plantas (*Id. ibidem*). Deste modo, apesar de se mostrar um método muito económico para a obtenção de terra fértil é de registar que o incremento da fertilidade dos solos recém queimados conduz a um benefício pequeno em termos temporais, não parecendo ultrapassar os 9 meses, período após o qual o solo retorna às condições anteriores sofrendo a perda de nutrientes (*Id. ibidem*).

A longo prazo provocam-se danos ambientais muito grandes, como a redução dos próprios solos através de processos erosivos, principalmente pela alta precipitação desta região e pela diminuição do seu potencial produtivo, implicando processos morosos e, por vezes, difíceis de regeneração, facto para o qual A. Bouhier (1979) já tinha chamado a atenção. Esta prática apresenta-se assim como um dos principais factores da degradação florestal e do empobrecimento dos solos do Noroeste de Espanha ao longo da história (SOTO *et alii* 1992).

O sistema de adubação no Minho era e ainda é, em grande parte, dependente do estrume de curral ou outras matérias orgânicas animais ou vegetais, pelo que a quantidade de fertilizantes relacionava-se directamente com a quantidade de gado existente e com a de mato disponível (para a cama do gado ou aplicação directa nos campos agricultados), o que implica uma forte interdependência entre os terrenos cultivados e os matos (bravios ou montes), limitando consideravelmente a expansão da superfície cultivada (NUNES *et al* 1990: 55-60). Nesta perspectiva estes autores aceitam a sugestão de A. Sampaio (1923) de que a distinção entre terrenos cultivados e terrenos bravios, como sinónimo de incultos, não deveria existir, devendo estes termos serem

---

<sup>93</sup>-Ainda nos inícios do séc. XIX, na serra do Gerês, o fogo era prática frequente como técnica regeneradora das pastagens e como meio de afugentar os lobos e outros animais daninhos (SOUSA 1909: 65).

substituídos por "cultura intensiva" e "cultura extensiva", respectivamente. Acrescentam também que o mato teria funções associadas ao corte e ao abastecimento de lenha, à instalação de indústrias rurais como a olaria e a serração e serviria como local para habitação e horta para os mais pobres da comunidade, segundo documentos dos concelhos de Barcelos e Penafiel (*Id. ibidem*: 61). O estrume era fabricado por dois processos: através do mato que servia de cama do gado e através do mato colocado nas eiras e caminhos para serem triturados e pisados pelo homem e pelos animais (*Id. ibidem*: 62).

O estrume de curral que, a partir da segunda metade do séc. XIX, se vê gradualmente substituído pelos fertilizantes comerciais, permaneceu no Minho até muito tarde, por ser dispendioso para as populações mais pobres e pela quantidade limitada da oferta (*Id. ibidem*: 55). Ainda hoje, é possível observar em toda a bacia do Cávado, os molhos de estrume dispostos no campo para serem espalhados no solo a agricultar.

O fertilizante natural era tão necessário no sistema agrário minhoto que o agricultor chegava a semear mato com regularidade ou a executar uma rotação entre o centeio e o tojo, o que se verificou com mais intensidade quando os baldios se transformaram em bouças particulares e a sua utilização se individualizou com o "... *objectivo prioritário (de) garantir o aprovisionamento em matos (...) e não o arroteamento*" (*Id. ibidem*: 63-64). Esta situação que começou antes do séc. XIX, contribuiu para "... *a instauração de novas modalidades de gestão de recursos até aí utilizados colectivamente (...) acelerando a destruição de modos de vida ligados a esses direitos colectivos, e acentuando as fracturas no seio da comunidade rural*" (*Id. ibidem*: 65). Este assunto leva-nos ao problema do desaparecimento ou da diminuição dos baldios (bens comuns das populações rurais e usufruídos por todos os vizinhos de um lugar, freguesia ou concelho) e ao conseqüente aumento da propriedade privada e a sua eventual fragmentação.

Sobre este assunto J. A. Nunes & R. G. Feijó (1990) defendem que os baldios, passaram, primeiro, por uma fase em que as "sortes" individuais só eram efectuadas para o corte de mato, permanecendo o terreno propriedade comum para a pastorícia.

Posteriormente, os terrenos teriam sido vedados para semear mato ou árvores fornecedores de pasto e madeira. Eram as bouças, já bastante frequentes nos finais do séc. XIX e consideradas pelas entidades estatais de "benéficas para a agricultura" e, portanto, de "interesse público" a promover pela legislação estatal, de que resultou uma intensa diminuição dos baldios entre 1869 e 1930, muito embora no Noroeste estes continuassem superiores à média do país (NUNES *et al* 1990: 64-65, 67, 73). Os protestos então verificados pelas populações rurais do Minho e pela maioria das Comarcas podem ter contribuído, para que nos finais do séc. XIX<sup>94</sup>, na região de entre Cávado e Minho, mais de metade deste território continuasse coberto de mato e os lugares de montanha estivessem quase desarborizados e cobertos também com vegetação rasteira, como urze e tojo, que as populações cortavam anualmente para servir de adubo às terras (NUNES *et al* 1990: 53). Embora a situação fosse algo distinta nos vales do entre Douro e Cávado, nas zonas altas o panorama era idêntico, chamando-se a atenção para a necessidade do mato não só para estrume mas para a pastorícia de gado miúdo, chegando a ser semeado nos locais com poucos baldios (*Id. ibidem*: 53-54). Em resumo, só a partir dos finais do séc. XVIII e inícios do XIX parece iniciar-se o processo de desintegração dos modos tradicionais de utilização dos bens dos baldios ou "*dos direitos colectivos dos Povos*", para dar lugar à grande fragmentação da propriedade privada, processo este que teria tido ênfase desde os finais do séc. XIX e que ainda hoje gera formas de conflito social (*Id. ibidem*: 73, 79-80).

Um bom exemplo do que foi dito encontra-se na freguesia de Aguiar (Barcelos), que nos anos 40 apenas possuía resquícios de baldios (0,18%) e algum pastoreio extensivo ou semi-extensivo na zona de vale ou vertente (SILVA 1994).

Como vimos, a diminuição dos incultos parece ter contribuído para explicar a grande fragmentação da propriedade, embora pareçam existir outros factores que poderão explicar esta característica da paisagem do Entre-Douro-e-Minho<sup>95</sup>.

---

<sup>94</sup>-Documentos escritos por Gerardo Pery aquando procedia a uma avaliação das superfícies cultivadas do reino.

<sup>95</sup>-Uma síntese das diversas posições sobre a fragmentação da terra no Noroeste poderá encontrar-se em J. Bentley (1997).



O. Ribeiro (1987: 112-113) admite que a pequena propriedade e a sua fragmentação actual prende-se com as condições geomorfológicas, as características tecnológicas (trabalho humano e utilização de animais de tracção), com a densidade demográfica do Minho, com as condições históricas do repovoamento após a reconquista e com os processos de transmissão repartível da herança, que se terá acentuado, durante o Liberalismo, com a extinção dos prazos e morgadios.

F. Brandão (1994; 1997) refere que a fragmentação não lhe parece ser o resultado da expropriação das terras ao clero durante o séc. XIX, nem o resultado da promulgação do Código Civil, durante o Liberalismo, como habitualmente se defende. A autora refere que o novo sistema de heranças permitiu uma diversidade de soluções com vista a manter as tradições anteriores de indivisibilidade da terra e da casa pelo que o complexo fenómeno da fragmentação, será mais antigo (*Id. ibidem*). No mesmo sentido aponta o trabalho de B. O'Neill (1997) ao estudar as várias formas de sucessão encontradas para o mundo rural português. Estes dois últimos autores põem, assim, em questão a premissa de O. Ribeiro (1987: 112-113) de que a intensificação do processo de fragmentação da terra se tivesse verificado durante o Liberalismo ou, em fase mais recente, como defendem J. A. Nunes *et al* (1990), pondo a tónica na maior antiguidade deste fenómeno.

J. Bentley (1997: 168) adverte que a fragmentação da terra pode resultar, por um lado, da sua escassez em função dos efectivos populacionais, tornando-se assim mais valiosa e, portanto, mais intensivamente trabalhada e, por outro, das vantagens que este sistema pode permitir na diminuição dos riscos (pragas, granizo, chuvas diferenciadas). No entanto, a fragmentação da terra no Noroeste não parece oferecer grandes vantagens de âmbito ecológico, pois estas não apresentam grandes contrastes ambientais<sup>96</sup>, o que

---

<sup>96</sup>-No estudo efectuado sobre a freguesia de Pedralva, em Braga, J. Bentley (1997: 171) verificou que os agricultores distinguem entre terras pesadas, mais fundas, húmidas, localizadas a menos de 390m e terras leves, mais finas e secas, em zonas com mais de 390m. Estas, boas para o centeio, também permitem a cultura do milho, vinha, erva e mesmo batatas, mais próprias das terras pesadas, levando-o a concluir que a utilização dos tipos da terra apenas "...reflectem as diferenças ecológicas subtis num meio-ambiente comparativamente homogéneo, pelo que o fenómeno da fragmentação não parece

leva o autor a defender que este processo deve buscar-se também em factores históricos, na "inércia cultural" e num complexo sistema de parentesco, de transmissão da herança e de venda (*Id. ibidem*: 170, 184, 190, 192), posição um pouco à margem das outras.

### 3.5. O comunitarismo agrário

As práticas de comunitarismo agrário tanto ocorrem em zonas de vale como de montanha, embora desde meados deste século já fossem frequentemente circunscritas a estas últimas. Aldeias com regime comunitarista são conhecidas na serra do Gerês, no concelho de Terras do Bouro (Covide, Rio Caldo, S. João do Campo, Vilar da Veiga); na serra Amarela (Vilarinho das Furnas, Ermida, Lindoso<sup>97</sup>), (SOUSA 1909: 39, 45, 64; SILVA 1990; 1994: 101 e segs.) e na serra da Peneda (Soajo) (DESCAMPS 1935: 16-19), mas também, em épocas mais recuadas, em terras de vale, como em Aguiar<sup>98</sup>, no concelho de Barcelos, onde algumas das práticas mais atenuadas de entreajuda, se foram extinguido entre os anos 60 e 70 (SILVA 1994: 106), bem como e na Correlhã, concelho de Ponte de Lima (GERALDES 1987).

As práticas comunitárias mais comuns (vezeiras do gado, entreajuda familiar no período das ceifas e malhadas, utilização comum dos montes baldios, tarefas colectivas de âmbito público), são interpretadas por P. Descamps (1935) como sendo resultado das práticas pastoris, dos processos de pastagens e do isolamento, resultante do escasso desenvolvimento viário e ainda pelas características topográficas em que viviam estas gentes. O. Ribeiro (1940; 1987: 110) defende que estas tradições se relacionariam com o povoamento concentrado e com o tipo de exploração do solo existente, condições associadas ao clima e à topografia das zonas montanhosas do Noroeste.

Mas a manutenção do comunitarismo não deverá ser vista apenas como o resultado de factores geográficos, históricos, psicologistas e da cultura local mas

---

*aumentar a sua capacidade produtiva de forma sumamente vantajosa" (Id. ibidem).* Assim, no caso do Noroeste português, a fragmentação da terra não constitui uma adaptação ecológica de sucesso.

<sup>97</sup>-Estudada pelo sociólogo C. Silva (1994), com o nome fictício de Selima.

<sup>98</sup>-Estudada pelo sociólogo C. Silva (1994), com o nome fictício de Aguaril.

também do próprio sistema de uso e apropriação da terra (POLANAH 1985; GERALDES 1987, SILVA 1994). Tal terá permitido formas de organização local onde impera um conjunto de normas e valores culturais moldados, quer por interesses dos próprios grupos domésticos, quer pelo predomínio clientelar das casas mais poderosas no seio da comunidade (SILVA 1994).

Outro aspecto importante é o de tentarmos perceber o papel dos órgãos que regulam as actividades comunitárias, por vezes com uma certa autoridade jurídica, normalmente assente em bases do direito comunitário local, na falta de um aparelho coercivo organizado (RUIVO & MARQUES 1982: 65-66). Com designação variável segundo os lugares [Juntamento, em Pitões das Júnias (serra do Gerês), no Lindoso e em Vilarinho das Furnas (ambas na serra Amarela) e Conselho, nalguns locais do Gerês], cabe a este órgão decidir sobre a rotatividade da vezeira e da guarda do boi comunal; as regras de utilização do forno comunitário, dos lagares comuns e das águas de rega<sup>99</sup>; a distribuição dos trabalhos de âmbito público, como caça aos lobos<sup>100</sup> e a resolução de conflitos menores, entre os vizinhos, ligados com problemas da terra, do gado, furtos, entre outros. Segundo F. Ruivo & M. L. Marques (1982: 63 e segs.) a existência destes órgãos, portadores de capacidades sociais internas para "produzir regras e costumes", implica, em relação ao direito oficial "*...um pluralismo consentido cuja independência (não a amplitude) foi reforçada com o tempo*". A sua pervivência é explicada pelo isolamento destes grupos populacionais em relação à cultura dominante. Estes "espaços jurídicos semi-autónomos" estão articulados com a reprodução de um sistema económico de autoconsumo, sendo a autoridade de "*carácter difuso, manifesto na sua ampla representatividade, na rotatividade dos cargos, na forma de execução das sanções e da investigação dos delitos*" (RUIVO *et al* 1982: 77). A sua tolerância parece ligar-se com o facto de ser marginal-e não conflituoso e de o direito oficial ser chamado para resolver os casos de maior importância (*Id. ibidem*: 81).

---

<sup>99</sup>-Em T. de Sousa (1909: 64) e P. Descamps (1935: 16).

<sup>100</sup>-Ver nota anterior.

Mas o comunitarismo não deve ser visto como representativo de sociedades igualitárias, pois ele "esconde" uma sociedade rural bastante diversificada em termos socio-económicos (O'NEILL 1984). Ele corresponde a um conjunto de práticas que ocorrem entre partes com os mesmos interesses, como o caso da vezeira que se verifica apenas entre pastores, o que as torna um acto interesseiro na medida em que se procura a reciprocidade ou retribuição (POLANAH 1985). Por este motivo C. Silva (1990: 222) prefere ao termo *entrajuda* o conceito de troca, que pode ser simétrica ou não, atendendo ao facto de o intercâmbio poder ser igual ou não, entre as diferentes casas intervenientes no processo. A este propósito diz o autor (*Id. ibidem*: 230) "*...o território comum, os sentimentos de pertença e efectividade à casa à aldeia, bem como actos de defesa e solidariedade colectivas em assuntos de emergência ou interesse comum tornam real e efectivo o eixo de identidade comunitária. De resto, não obstante algumas deslocações familiares no xadrez local e as transformações operadas, mantêm-se e reproduzem-se em Selima (Lindoso) desigualdades socio-económicas e políticas*". C. Silva (1994: 105 e segs.) chama também a atenção para o facto de o Conselho ou a Junta serem instituições assimétricas, reflectindo, frequentemente, os interesses dos mais influentes na comunidade.

### **3.6. Cultura material e vida quotidiana**

#### *3.6.1. A casa*

A casa tradicional do Norte de Portugal, de forma rectangular, pode ser de tipo térreo ou de varanda, com mais do que um andar. Nas serras e zonas mais pobres são maioritárias as primeiras, às vezes com apenas um compartimento, janelas pequenas, uma única porta e ausência de chaminé, saindo o fumo pelas aberturas do telhado ou pela porta. Esta última situação também ocorre nas casas de dois pisos (LAUTENSACH 1989: 832).

A pedra é o material nobre, seja o granito ou o xisto, consoante os recursos existentes nas proximidades e a madeira de carvalho, usada para vigas, soalhos, etc.

(LAUTENSACH 1989: 829 - 830; RIBEIRO 1989b: 857). São comuns as habitações de pedra solta, de aparelho muito rudimentar, sem elementos de ligação e reboco (RIBEIRO 1987: 106), onde as irregularidades do solo se aproveitam muitas vezes como parede, na serra Amarela, do Gerês e Peneda (SOUSA 1909: 30). Estas características, assim como a utilização do colmo (palha de centeio)<sup>101</sup> para cobertura das habitações, armazéns ou cortes de gado, manteve-se em zonas mais serranas como nalguns lugares dos concelhos de Amares, Vila Verde e Terras do Bouro, até à actualidade.

A lareira estava frequentemente situada no centro da cozinha (DESCAMPS 1935: 12; GUERREIRO 1981: 38), em casas de um só compartimento, tinha uma multiplicidade de funções muito grande: aquecimento, fonte de iluminação, lugar de preparação dos alimentos e espaço social e de convívio entre diferentes gerações.

São frequentes as cortes do gado ao lado da casa ou por baixo quando esta tem dois pisos, como ainda se pode observar por toda a região.

O material com que é feita a casa e as suas cores, tornam os aglomerados "integrados na paisagem" a tal ponto que, vistos de longe, se confundem com a natureza (GERALDES 1979: 8; GUERREIRO 1981: 18). Nós próprios verificámos essa circunstância em algumas aldeias do Baixo e Alto Minho, onde, se não fossem as coberturas, hoje maioritariamente de telha, e alguns campos agrícolas, não se distinguiriam da paisagem e dos aglomerados graníticos que lhe são contíguos.

A casa rural é simultaneamente "*...lar de família e utensílio de exploração agrícola...*", pois nela ou em anexos se acumula "*...parte considerável do espaço reservado aos animais, à recolha de instrumentos ou produtos agrícolas, de palhas, fenos e grãos...*" (RIBEIRO 1989b: 857). Para J. P. Cabral (1984: 266) a casa rural do Alto Minho é não só o lugar onde se efectua a produção e o local de consumo, mas também de "reprodução e de propriedade", onde "*as esferas do económico e do familiar - da produção e da reprodução-, que, no contexto da visão do mundo burguesa, chegam*

---

<sup>101</sup>-A. Geraldes (1979: 8-9), no estudo que efectuou sobre Castro Laboreiro refere que a giesta ou a urze também podia ser usada para cobertura das habitações. Este último material é conhecido pela sua extrema resistência, podendo durar séculos.

a ser percebidas como antinómicas, são absolutamente indestrinçáveis para os camponeses". A casa é, portanto, algo mais do que um edifício de habitação, é, simultaneamente "a unidade social elementar" directamente relacionada com a relação mantida com a terra (*Id. ibidem*: 266, 267). Neste sentido apontam também os trabalhos de M. Cátedra (1979) defendendo que em todo o Noroeste Peninsular a "*casa es el terreno que le pertenece (...), los edificios que existen en el terreno (...), los animales, las personas, los familiares ausentes e incluso los difuntos*"<sup>102</sup>. Na mesma linha de pensamento, F. Brandão (1994: 25 - 27) diz que a "unidade de produção" é o casal, nas áreas de povoamento disperso e que tal correspondia "...a um património rural que funciona como uma exploração agrícola e compreendia as casas de morada e outras edificações que serviam de abrigo a pessoas, animais, alfaias agrícolas e produtos colhidos; a eira e o canastro nas imediações da casa; as leiras e os campos pegados à casa; as outras leiras e campos nas vizinhanças do lugar; e, finalmente, os soutos de castanheiros, as devesas de carvalhos e os terrenos de mato situados mais acima nas encostas dos montes".

Apesar de o povoamento ser predominantemente disperso, quando existem aldeias, normalmente as casas encontram-se amontoadas, muito próximas umas das outras (LAUTENSACH 1989: 833-834), de que são exemplo certos lugares dos concelhos de Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Póvoa de Lanhoso, Terras do Bouro e Vila Verde.

Paralelamente a estas construções existem ainda as cabanas de pedra dos pastores nas brandas de gado das zonas serranas, de forma circular e tecto em falsa cúpula (LAUTENSACH 1989: 831), que desconhecemos no curso inferior do Cávado, mas que existem no interface do curso médio e superior.

### 3.6.2. As vias de comunicação

As vias de comunicação modernas (estradas e caminhos de ferro) eram muito escassas, só começando a intensificar-se no séc. XX, pelo que a rede viária se

---

<sup>102</sup>-Referido em J. P. Cabral (1984: 265).

caracterizou, durante séculos, senão milénios, por inúmeras veredas para peões e animais e por caminhos para carros de bois ou carreteiros (LAUTENSACH 1989: 849 a 854). Os caminhos de pé posto, que ligam as povoações aos campos agrícolas e servem, também, para estabelecimento de comunicações com o exterior, evitam os fundos dos vales, seguindo, por longos quilómetros, as "lombas divisórias de água" e os planaltos de montanha. Quando seguem os vales os caminhos correspondem frequentemente ao leito seco das ribeiras (LAUTENSACH 1989: 851; RIBEIRO 1989b: 875). Como consequência os transportes são efectuados pelos animais, pelos carros de bois de duas rodas cheias, que fazem lembrar o *plaustrum romano* (LAUTENSACH 1989: 852; RIBEIRO 1989b: 874) e pela força humana, sendo frequente a mulher transportar grandes pesos à cabeça: água, lenha, feno, palha, carvão e mesmo esterco (GERALDES 1979: 43, 72; GUERREIRO 1981: 128, 163; LAUTENSACH 1989: 852; SILVA 1994: 75, 97). Também o homem transporta às costas ou ao ombro muitas cargas (lenha, resultado das culturas, água, ou mesmo peças de mobiliário) (RIBEIRO 1989: 775; RIBEIRO 1989b: 874; SILVA 1994: 75).

As dificuldades com os meios de transportes que isolavam muitas aldeias serranas não devem ser indiferentes ao relativo imobilismo de muitas populações rurais que não conheceram mais do que os limites da freguesia ou da sede do concelho. É curioso que até à década de 60 os moradores, na sua grande maioria, da freguesia de Aguiar, no concelho de Barcelos, localizada no vale e próxima do litoral, viviam num relativo isolamento, ocorrendo o mesmo no concelho de Ponte da Barca, onde as populações do Lindoso raramente ultrapassavam a sede do concelho, a cerca de 28Km (SILVA 1994: 75). O mesmo acontecia com as aldeias da serra do Gerês, pelo menos até ao início do séc. XX (SOUSA 1909: 22). Esta situação deve ter favorecido a perpetuação de artesãos itinerantes, conhecidos, pelo menos até meados do século XX, no Baixo e Alto Minho (SILVA 1994: 75), o baixo índice de trocas, bem como uma noção centrífuga de espaço,

onde imperava "...uma mobilidade tradicional ligada ao trabalho agrícola, ao comércio de gado e aos rituais" (SILVANO 1997: 125)<sup>103</sup>.

### 3.6.3. As trocas

P. Descamps (1935: 7-8) observa que a raridade de moeda era uma constante, no Noroeste, onde se trabalhava pela comida, e onde a troca mercantil de bens e serviços era actividade extraordinária no mundo rural. Na serra da Peneda, até há muito pouco tempo, a moeda de troca das populações rurais eram o gado, o carvão, o mel, a cera e a caça e no Gerês, as trocas eram efectuadas por produtos ou serviços, pelo menos até aos inícios do séc. XX (SOUSA 1909: 38). Até há década de 60, nas freguesias de Castro Laboreiro e Soajo (Peneda), A. Geraldês (1979: 62) verificou que a economia de autoconsumo implicava que se passassem privações para se poder obter excedentes para a troca. Na freguesia da Correlhã (Ponte de Lima-serra Amarela) localizada em ecologia de vale, até meados do séc. XX os excedentes usados para troca de bens, necessários à "auto-manutenção", eram escassos e apenas constituídos por géneros e gado (GERALDES 1987: 168). A escassez de intercâmbio monetarizado de bens e serviços foi também apanágio, até à década de 70, do Lindoso (Ponte da Barca) e até à de 60, de Aguiar (Barcelos), onde a norma era a auto-suficiência económica, o auto-abastecimento, a troca directa, a prática de todas as actividades artesanais necessárias à vida dos povoados (SILVA 1994: 77, 91). Na feira, rara e longínqua, apenas se adquiria o que não existia no local: peixe fresco ou salgado; panos finos; couros e artefactos de ferro (F. ALMEIDA 1978: 24).

---

<sup>103</sup>-Já Estrabão falava do isolamento do Noroeste oceânico dizendo ser terra que "...não contacta, nem tem comércio com as demais regiões" e que "Sendo longos os caminhos por terra e por mar, para chegar até eles, não tendo relações com outros, perderam toda a sociabilidade humana" (CARDOSO 1994: 34-35,73). Ignorando a perspectiva, necessariamente distinta que este autor tinha de sociabilidade, parece ser de aceitar a dificuldade de comunicações existentes entre o Noroeste e as restantes regiões, bem como a escassez de trocas supra-regionais.



#### 3.6.4. Instrumentos e vestuário

Os moinhos manuais parecem ter chegado até ao séc. XX, no Entre-Douro-e-Minho (PEIXOTO 1967: 146). Como exemplo disto são os encontrados em Vila Chã (Esposende) semelhantes aos de contextos de Pré-História recente e Proto-História da região. Neles era costume triturar-se o milho ou esmagar o trigo (SARMENTO 1933: 154). De madeira era a maioria das alfaias agrícolas, desde o carro de bois, as forquilhas, as grades, os malhos, os engaços, os cabos das enxadas e a maioria dos arados. Entre os diversos artefactos destacamos o "caneco de madeira", grande pote, com capacidade de 30 litros, onde se colocava a água para beber, encontrado em Castro Laboreiro por A. Geraldès (1979: 14).

Em Pitões das Júnias, sobre a lareira era costume prender-se uma corrente de ferro, suspensa do tecto, que servia para suportar potes de ferro ou caldeiros de cobre, sendo os primeiros usados para confeccionar comida e os segundos para aquecimento de água (GUERREIRO 1981: 39).

No vestuário é de destacar o corçoço, feito com junco, que, além de quente, permite uma boa impermeabilização à chuva e à neve. É também curioso a persistência de calçado em madeira, os tamancos ou socos, tradicionais do Norte de Portugal e o andar descalço<sup>104</sup> até à década de 70 (RIBEIRO 1989: 772). No Minho, a prática da tinturaria caseira perdurou até há pouco tempo, através do uso da casca de carvalho e do lírio (F. ALMEIDA 1978: 126 - 128).

Numa população que ainda nos inícios deste século era predominantemente analfabeta e rural "*...os elementos tradicionais mantêm-se vivazes: o costume tem grande força e as gerações transmitem inalterado um vasto património de ideias, hábitos e atitudes*" (RIBEIRO 1989: 773). Mesmo que seja discutível a ideia de

---

<sup>104</sup>-Segundo A. Geraldès (1987: 108) as populações da freguesia da Correlhã, localizada numa área de vale, em Ponte de Lima, andavam maioritariamente descalças na década de 30 e assim percorriam quilómetros. Mesmo nos anos 60, os socos de madeira eram usados por uma minoria das crianças que frequentavam a escola.

inalteração que se transmite neste pequeno extracto de O. Ribeiro, ele revela a força da tradição ou, pelo menos, que as tentativas de incorporar as novidades da sociedade moderna, transmitidas pela rádio, pelos escassos jornais ou pelo contacto das populações com o meio urbano ou o estrangeiro, se efectuam ainda no seio dos valores tradicionais, se bem que nesse discurso negocial entre passado e presente, possam intervir fenómenos de equilíbrio e desequilíbrio, conducentes a novos códigos comportamentais. Tais ideias parecem estar expressas noutro texto de O. Ribeiro (1989: 774), escrito em meados do século, quando diz que Portugal "*Conservando arcaísmos que se extinguíram na Europa Média, revela a desconcertante persistência de elementos do passado no meio da generalização dos recursos da técnica moderna*".

### 3.7. Hábitos

Os casamentos consanguíneos<sup>105</sup> parecem manter-se até, pelo menos aos inícios da década de 80, em várias freguesias do Alto Minho, no concelho de Ponte da Barca, onde a endogamia é muito elevada (Cabral 1984: 279; SILVA 1994: 244). O mesmo se verificava nos inícios do séc. XX, na freguesia de S. João do Campo (Terras do Bouro), onde os casamentos eram exclusivamente efectuados no interior da freguesia (SOUSA 1909: 35; RUIVO *et al*: 1982: 63, 67, notas 24 e 33). No Baixo Minho, estas práticas estão bem documentadas na freguesia de Aguiar (Barcelos), sendo dominantes até 1979 (SILVA 1994: 243).

A importância da dádiva de comida nos rituais de passagem, como forma de prestígio é constante em todo o Entre-Douro-e-Minho, o que se nota pelo baptizado, pelo casamento e, em menor escala, nos funerais. Ofertas de comida durante o velório ou mesmo posteriormente também eram usuais<sup>106</sup> e estão bem documentadas em Trás-os-Montes, onde no velório se servia vinho, pão e, para o regresso dos que vinham de longe, merendas (O'NEILL 1884: 345). Os repastos funerários foram conhecidos nesta

---

<sup>105</sup>-Prática já bastante frequente no Entre-Douro-e-Minho do séc. XIII (F. ALMEIDA 1978: 209).

<sup>106</sup>-No concelho de Barcelos C. Silva (1994: 104-105) refere estes hábitos, por vezes testamentados.

região em tempos anteriores (*Id. ibidem*). Resquícios de cerimónias colectivas onde impera a distribuição da comida pública persistem nas "Fogaceiras" e na festa dos "Tabuleiros" (F. ALMEIDA 1978: 228).

As crenças associadas aos astros (lunares ou outros) ou aos estados do tempo relacionam-se com cultos nos altos das montanhas (outeiros ou penedos), muitos deles, cristianizados através de capelas e cruzeiros (F. ALMEIDA 1978: 250). Note-se que, no Entre-Douro-e-Minho medieval e actual, são frequentes as capelas dedicadas a S. Miguel, "condestável celeste" e a S. Mamede, patrono do gado bovino e ovino (*Id. ibidem*: 250), o mesmo ocorrendo na bacia do Cávado. No monte Ladário, em Fiscal (Amares), há documentação de práticas associadas a estes cultos (COSTA 1959, vol. II: 213)<sup>107</sup>. É curiosa a pervivência da importância da Lua, em Pitões da Júnica, na serra do Gerês, referência para o início de inúmeras tarefas agro-pastoris, como a tosquia, a matança do porco, a sementeira, entre outras actividades (GUERREIRO 1981:223-224)<sup>108</sup>.

Para C. A. F. de Almeida (1978 : 252-253) a tradição de mouras encantadas, antes fadas, a viver no interior de rochedos ou em fontes, são resquícios de antigas divindades femininas<sup>109</sup>, locais que a igreja tornou anti-cristãos pela sua atribuição a mouros<sup>110</sup>, razão pela qual os exorcizou pela gravação de sinais de simbologia cristã, como diversos tipos de cruces. Na freguesia de Lijó (Barcelos), existe a fonte de Ramos ou do Leite, cujas águas são consideradas miraculosas para as mulheres que não possuem leite para amamentar (FONSECA 1948 I: 286). Em Requião (Famalicão), há um penedo com várias protuberâncias mamiformes, que é venerado pelas mulheres que aí efectuam o ritual da sucção, com o objectivo de obterem leite para a amamentação

---

<sup>107</sup>-Citado em C. A. F. de Almeida (1978: 251).

<sup>108</sup>-Os recorrentes cultos lunares para guiar práticas agrícolas, cortar madeira ou construir habitações são repudiados no séc. VI, no II Concílio de Braga (F. ALMEIDA 1978: 233), demonstrando a sua grande antiguidade na região.

<sup>109</sup>-Como curiosidade referimos aqui a romaria da Senhora do Lago, efectuada na Barca do Lago (Esposende), de que nos falam algumas "cantigas de amigo" estudadas por C. A. F. de Almeida (1978: 225).

<sup>110</sup>-Fenómeno que só parece ter ocorrido no séc. XI segundo C. A. F. Almeida (1978: 241).

(CHAVES 1940: 445). Lemos ainda que, algures, num monte do concelho de Barcelos, ainda nos meados deste século, as mulheres veneravam um afloramento rochoso, acreditando que os rituais aí praticados poderiam melhorar a sua fertilidade. O mesmo ocorria no séc. XVIII, num afloramento da acrópole do Monte de S. Simão de Coussourado (Barcelos), onde as populações iam pedir chuva ou sol (B. ALMEIDA *et al* 1984: 103-104). São também vestígios de paganismo as festas com touros e cavalos, feitas em Maio, onde "*...os ritos da vegetação associam-se sempre à sorte dos animais*", pelo que o antigo costume de enfeitar moradias, currais e animais com flores parece ter dado lugar às Maias (F. ALMEIDA 1978: 236) que ocorrem em todo o Minho actual. Exemplo de Senhoras da vegetação e da seiva são as festividades em honra da Senhora da Goma, na Abadia, concelho de Amares (*Id. ibidem*: 228-229). Vestígios de crenças vegetalistas, como o uso de um ramo de Sabugueiro, que no dia de S. João, é colocado no meio das batatas e de outros produtos hortícolas, para que estes prosperem, são também comuns no Gerês, em Pitões das Júnias (GUERREIRO 1981: 229).

#### 4. AS TRANSFORMAÇÕES DO QUADRO TRADICIONAL

De uma forma breve poder-se-á defender para os cursos inferiores e médios do Cávado, até aos meados do séc. XX, a existência de uma paisagem predominantemente de vale e dispersa com um regime de médias e pequenas propriedades, campos retalhados e intensamente cultivados através de um sistema de policultura, acompanhado da criação de gado e do usufruto do monte ou das bouças, como complemento importante de uma agricultura feita, quase na íntegra, pelo trabalho humano onde intervém o conjunto familiar. De qualquer modo, não está ausente o povoamento concentrado, em zonas médias de montanha, com regimes agrícolas tendencialmente extensivos, com maior suporte pastoril, fruição e dependência do monte, sobretudo dos baldios.

Em ambos os casos a economia é essencialmente de autoconsumo, onde o comércio se pauta por ser escasso e apenas relativo aos bens de primeira necessidade.

Em relação a hábitos nota-se ainda uma tendência acentuada para a endogamia no seio da freguesia, uma escassa mobilidade geo-social por parte da maioria da população e um arraigamento de costumes religiosos onde impera o cristianismo, sem que este tenha abafado crenças diferentes, frequentemente catalogadas de bruxaria, feitiçaria e crendice.

Evidentemente que a partir dos meados dos anos 60 e 70, consoante as zonas, começa a modificar-se, de forma mais acentuada, o modo de vida tradicional das comunidades rurais do Minho. Torna-se dominante o sistema agrícola a tempo parcial, feito muitas vezes, quase só aos fins de semana e com recurso a uma maior mecanização, se bem que ainda incipiente (CAVACO 1980; GERALDES 1987; SILVA 1994; SILVANO 1997) revelando a passagem de uma economia essencialmente agro-pastoril, para uma economia mista. A esta situação não parece ser alheia uma maior e mais diversificada mobilidade das populações, com aumento significativo da emigração e da migração para os centros urbanos, para onde os antigos camponeses e os seus descendentes fornecem mão de obra às fábricas e aos diversos serviços. Esta circunstância é acompanhada de uma maior índice de escolaridade das populações rurais, de capacidade para se ligar ao mundo exterior (através dos novos meios de comunicação e dos "mass media") e de uma mudança a nível global dos hábitos, dos códigos comportamentais e das mentalidades.